



**Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER
Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS
Discente: Paulla Kalliny Moura Cronemberger
Orientadora: Kênia Augusta Figueiredo**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO:

**VOZES DOS EGRESSOS DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO NO
DISTRITO FEDERAL: OS PROCESSOS COMUNICATIVOS NA PERSPECTIVA
DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA**

Brasília - DF
2021

Paula Kalliny Moura Cronemberger

**VOZES DOS EGRESSOS DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO NO
DISTRITO FEDERAL: OS PROCESSOS COMUNICATIVOS NA PERSPECTIVA
DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília - UnB.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Kênia Augusta Figueiredo.

Brasília - DF
2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CC947v Cronemberger, Paulla Kalliny Moura
Vozes dos egressos da medida socioeducativa de internação
no Distrito Federal: os processos comunicativos na
perspectiva da Comunicação Pública / Paulla Kalliny Moura
Cronemberger; orientador Kênia Augusta Figueiredo. --
Brasília, 2021.
107 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Política Social) --
Universidade de Brasília, 2021.

1. Comunicação Pública. 2. Estatuto da Criança e do
Adolescente. 3. Medida Socioeducativa de Internação. 4.
Egressos da Medida Socioeducativa de Internação. I.
Figueiredo, Kênia Augusta , orient. II. Título.

Paula Kalliny Moura Cronemberger

**VOZES DOS EGRESSOS DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO NO
DISTRITO FEDERAL: OS PROCESSOS COMUNICATIVOS NA PERSPECTIVA
DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito final para obtenção de título de Mestre em Política Social no Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – UnB, avaliada dia 31 de maio de 2021 pela seguinte banca examinadora:

Dra. Kênia Augusta Figueiredo

Orientadora/Membro Interno vinculado ao Programa SER/UnB
Doutora em Comunicação
Universidade de Brasília/UnB

Dra. Elen Cristina Gerales

Membro Interno não vinculado ao Programa FAC/UnB
Doutora em Sociologia
Universidade de Brasília/UnB

Dra. Claudiana Tavares da Silva Sgorlon

Membro Externo não vinculado ao Programa
Universidade Estadual de Maringá/UEM
Doutora em Serviço Social e Política Social
Universidade Estadual de Londrina/UEL

Dra. Silvia Cristina Yannoulas

Suplente/Membro Interno vinculado ao Programa SER/UnB
Doutora em Sociologia/FLACSO/UnB
Universidade de Brasília/UnB

Brasília - DF
2021

AGRADECIMENTOS

À minha família, que tem a tradição de acreditar no poder da educação e incentivá-la a todos os seus membros em suas diversas vocações. As iniciativas de todas desde a alfabetização foram o suporte que nos levou ao degrau da graduação e da pós-graduação;

À minha mãe, a pessoa que mais acredita que não devemos desistir dos nossos sonhos, e com a conclusão do mestrado se realiza um dos meus. Ao meu pai (em memória), que teve seu indispensável papel de apoio e cuidado, à sua maneira, para inúmeras realizações ao longo de minha vida;

À muitos amigos, em especial Douglas, Janaina e Daisy. Nossas trajetórias não nos permitiram vivenciar a vida acadêmica na mesma sala de aula como na “Escolinha Menino Deus”, mas não nos roubaram o sentimento de força que nos acompanha pela confiança em cada um de vocês.

Ao meu companheiro, Rubem. Afirmo vaidosamente que tenho ao meu lado um grande homem que incentiva minha formação profissional, o meu trabalho e que defende publicamente a importância do Serviço Social.

À orientadora, pelas muitas colaborações ao longo desse processo. Se esta pesquisa utiliza a conjugação verbal na terceira pessoa do plural é pelo reconhecimento de que a experiência e a disponibilidade da/para a docência foram fundamentais para compreender como se constrói uma pesquisa.

À banca examinadora, pois compreendo que a avaliação nas produções acadêmicas é indispensável para construir, dividir conhecimento e de nos possibilitar superar algumas dificuldades.

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo refletir sobre os processos comunicativos na medida socioeducativa de internação no Distrito Federal, a partir do referencial da Comunicação Pública. Para tal, se aproxima da utilização desta e de sua interação com princípios e ações que reforçam e aprofundam a cidadania e a democracia dentro do contexto de medidas socioeducativas de internação. É uma pesquisa qualitativa realizada com egressos de medida socioeducativa de internação, uma vez que a vivência dos mesmos traz consigo elementos para mensurar, através da medida socioeducativa, os efeitos dos processos de comunicação vivenciados quando da passagem dos mesmos pelos equipamentos. As análises de dados coletados por meio de entrevistas semiestruturadas se fundamentaram no método materialista dialético. As entrevistas realizadas revelaram um contexto de vivência de processos contraditórios pelos socioeducandos, com elementos que apontam para a utilização da Comunicação Pública nesses espaços, mas com limitações constantes impostas pelo contexto institucional, imprimido pelos efeitos do capitalismo em tempos de neoliberalismo sobre a classe trabalhadora, que negligencia a doutrina de proteção da criança e do adolescente e os princípios contidos na Comunicação Pública, sendo estas condições necessárias para a emancipação dos adolescentes em conflito com a lei.

Palavras-Chave: Comunicação Pública; Estatuto da Criança e do Adolescente; Medida Socioeducativa de Internação; Egressos da Medida Socioeducativa de Internação.

ABSTRACT

This research aims to reflect on the communication processes in the juvenile detention system in the Federal District, based on the framework of Public Communication. To do so, it approaches its use and its interaction with principles and actions that reinforce and deepen citizenship and democracy within the context of socio-educational measures of internment. This is a qualitative research carried out with former inmates of the egresses detention program, since their experience brings with it elements to measure, through the juvenile detention program, the effects of the communication processes experienced during their passage through the facilities. The analysis of the data collected through semi-structured interviews was based on the dialectic materialist method. The interviews revealed a context of contradictory processes experienced by the socioeducados, with elements that point to the use of Public Communication in these spaces, but with constant limitations imposed by the institutional context, imposed by the effects of capitalism in times of neoliberalism on the working class, which neglects the doctrine of protection of children and adolescents and the principles contained in Public Communication, these being necessary conditions for the emancipation of adolescents in conflict with the law.

Keywords: Public Communication; Child and Adolescent Statute; Socio-educational measure of internment; Egresses of the Socio-Educational Internment Measure.

LISTA DE SIGLAS

BDBTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BDTD	Biblioteca de Teses e Dissertações da Universidade de Brasília
BRB	Banco de Brasília
CAI	Conselho de Avaliação Interdisciplinar
CAJE	Centro de Atendimento Juvenil Especializado
CIESPAL	Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina
CDCA	Conselho dos Direitos das Crianças e Adolescentes
CETRO	Centro de Triagem e Observação de Menores
CIAMF	Centro Integrado de Atendimento ao Menor e à Família
COMEIA	Comunidade de Educação, Integração e Apoio de Menores e Família
COTEME	Comunidade de Terapia e Educação de Menores
CP	Comunicação Pública
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DCA	Delegacia da Criança e do Adolescente
DPCA	Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente
EAPE	Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
INESC	Instituto de Estudos Econômicos
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MD	Módulo Disciplinar
MDH	Ministério dos Direitos Humanos
MNPCT	Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
RH	Recursos Humanos
SIGRH	Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos
SGD	Sistema de Garantia de Direitos

SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SNDCA	Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
SSE	Sistema Socioeducativo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UIP	Unidade de Internação de Planaltina
UIBRA	Unidade de Internação de Brazlândia
UISM	Unidade de Internação de Santa Maria
UISS	Unidade de Internação São Sebastião
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNISS	Unidade de Internação de Saída Sistemática
UNIRE	Unidade de Internação do Recanto das Emas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O MÉTODO E O PERCURSO METODOLÓGICO	15
3. MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO: IMPLICAÇÕES NO ESTADO NO CONTEXTO CAPITALISTA	22
3.1 BREVE DISCUSSÃO SOBRE ALGUMAS CATEGORIAS CENTRAIS PARA PENSAR O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	26
3.2 EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL	43
4. COMUNICAÇÃO PÚBLICA: UMA REFERÊNCIA PARA ANALIZAR PROCESSOS COMUNICATIVOS	51
4.1 COMUNICAÇÃO PÚBLICA: CONDIÇÕES NECESSÁRIAS E FUNÇÕES CLÁSSICAS	51
5. PROCESSOS COMUNICATIVOS, COMUNICAÇÃO PÚBLICA E SUAS POSSIBILIDADES NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO: AS VOZES DOS JOVENS EGRESSOS	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	99
APÊNDICES	105

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS – da Universidade de Brasília – UnB – tem como objeto de pesquisa o estudo sobre os processos comunicativos na medida socioeducativa de internação no Distrito Federal, no contexto de hegemonia do neoliberalismo, tendo por referencial a Comunicação Pública. É uma pesquisa qualitativa, e converge-se com os autores que defendem esta como um tipo de produção acadêmica com a capacidade de se inserir na dinâmica da realidade social que se pretende estudar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – possibilita um rol de medidas socioeducativas a serem aplicadas a adolescentes que cometeram atos infracionais, sendo elas subdivididas em dois conjuntos distintos. O primeiro deles inclui aquelas medidas cujo cumprimento se dá em meio aberto, ou seja, o adolescente permanece em liberdade e se apresenta em locais e horários específicos para cumprir com o determinado pela autoridade judicial, sendo elas: Advertência, Obrigação de Reparar o Dano, Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. O segundo grupo é composto pelas denominadas medidas socioeducativas de meio fechado, nas quais os adolescentes ficam sob a tutela do Estado, tendo sua liberdade limitada. As medidas de meio fechado são compostas por: Semiliberdade, em que podem sair da unidade para suas residências e outras atividades externas em dias específicos; e a mais gravosa de todas as medidas, que é a Internação, em que só saem da unidade de execução em situação de exceção (como por exemplo para atendimento médico ou participação em audiências). Dessa forma, é obrigação dos estados e do Distrito Federal disponibilizar unidades de execução de medida socioeducativa de internação, que só deverá ser aplicada em casos de atos infracionais considerados graves ou algumas situações específicas, e quando não houver medida mais adequada.

Essa execução deveria respeitar alguns princípios trazidos pela doutrina da proteção integral, constantes no ECA e na legislação pertinente. No entanto, algumas pesquisas, dados estatísticos, investigação de órgãos públicos e outros mecanismos, inclusive de controle social, apontam que a realidade muitas vezes não consegue alcançar o que foi posto nas leis.

A trajetória das políticas de atendimento a adolescentes envolvidos em atos infracionais no Brasil aponta que a construção do atual aparato institucional e legal passou por reformulações que buscaram romper, ao menos formalmente, com a concepção de sujeitos

considerados “desajustados” dos padrões conservadores que estão enraizados na formação social brasileira. Os movimentos sociais e o processo de redemocratização impulsionaram um novo paradigma, que os coloca como sujeitos de direito e trouxeram normativas legais como desdobramentos da Constituição Federal de 1988 para regulamentarem as medidas socioeducativas, como o ECA, vigente desde o ano de 2009, e o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, em vigor desde 2012. Mesmo com os avanços citados, os adolescentes que cometem atos infracionais são recorrentemente lembrados pela mídia, que faz apelos, matérias sensacionalistas e discursos midiáticos com argumentos para defender a redução da maioria penal e a revogação de direitos. Somam-se a esses discursos outros setores sociais, como por exemplo os grupos sociais conservadores que se opõem à doutrina da proteção integral contida no ECA. Assim, a socioeducação à qual são encaminhados é contestada por uma parcela da sociedade, apontando que os direitos historicamente conquistados pelos adolescentes não superaram o campo de conflitos sociais, bem como estão passíveis de desconstrução.

A comunicação é um processo inerente aos seres humanos, mas que também se insere, de forma interdisciplinar, nos estudos sobre Comunicação, grafada em letra maiúscula para representar uma categoria de análise, ou seja, uma expressão teórica e histórica utilizada no processo de busca por aproximação de uma realidade concreta. Netto (2011) destaca que Karl Marx muito se preocupou com as categorias que constituem os processos internos da sociedade burguesa e servem de instrumento para os pesquisadores realizarem reflexões contextualizadas, através de procedimentos científicos. A Declaração dos Direitos Humanos reconhece o direito à informação e comunicação, e nossa Constituição o afirma como um direito fundamental. Para que a comunicação colabore para qualificar a cidadania dos adolescentes e estes para atuar em uma sociedade democrática, faz-se necessário viabilizar a participação das pessoas de forma interativa e autônoma.

O direito à comunicação é imprescindível às sociedades democráticas, pois a partir do acesso às informações e às trocas comunicativas o ser humano pode se posicionar, fortalecer sua autonomia e exercer seu direito de cidadania. Nessa perspectiva, um ambiente de privação de liberdade é um campo perigoso para transgressão desse direito e a medida socioeducativa de internação nos permite suscitar alguns questionamentos sobre o Estado em relação a como este se organiza para garantir direitos fundamentais, possibilitar a socioeducação com ênfase na ressocialização e como assegura as condições para que os profissionais realizem suas atividades com vistas à novas sociabilidades e perspectivas para esses adolescentes. A abordagem sobre

os processos comunicativos tem como referência a Comunicação Pública, que é aqui compreendida como um direito humano conquistado no interior da dialética dos conflitos sociais e históricos, nas discussões e na prática social cotidiana em favor da justiça social.

As atuações em espaços de trabalho com a temática socioeducativa acompanham a trajetória da pesquisadora desde a formação acadêmica. A primeira aproximação ocorreu no estágio curricular obrigatório na medida socioeducativa de internação feminina em Teresina-PI, por aproximadamente um ano, quando era discente da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Essa experiência trouxe os primeiros apontamentos da prática profissional, assim como levantou o olhar para a importância de uma equipe multidisciplinar nesses espaços, que à época enfrentava a falta de profissionais, além de outras dificuldades, como estrutura física precária, falta de capacitação para os servidores e escassez de recursos para desenvolvimento das atividades voltadas para a socioeducação. Ao assumir o concurso público no Distrito Federal-DF, para exercício profissional na área socioeducativa, a pesquisadora foi lotada em um órgão que executa a internação estrita e no momento da escrita desta pesquisa atua profissionalmente no contexto de internação provisória¹.

Diante de tantos relatos de adolescentes internados² sobre suas vivências de vulnerabilidades – tais como atividades remuneradas extremamente precárias (trabalho de carroceiro, vendedor em semáforos de trânsito, catadores de recicláveis) e as consequências dessa inserção na vida escolar; a família que sobrevive financeiramente do tráfico de drogas; a indignação pela percepção de que a internação não teria sido determinada se pertencesse a outra classe social mais elevada socialmente; o analfabetismo; entre tantos outros – emergiram reflexões sobre a socioeducação ofertada para estes adolescentes e suas reais necessidades diante das políticas públicas.

Para alcançar o objetivo geral de refletir sobre os processos comunicativos na medida socioeducativa de internação no Distrito Federal, a partir do referencial da Comunicação Pública, esta pesquisa se aproxima da utilização desta e de sua interação com princípios e ações que reforçam e aprofundam a cidadania e a democracia dentro do contexto de medidas socioeducativas de internação.

¹ A internação de adolescentes pode ser subdividida em: internação estrita, internação provisória e internação sanção, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. A internação estrita é a medida socioeducativa de privação de liberdade, sem prazo determinado. A internação provisória possui período máximo de 45 dias, em que o adolescente é privado de liberdade enquanto aguarda decisão judicial. A internação-sanção está prevista no seu art. 122, e se aplica em caso de descumprimento de medida socioeducativa mais branda.

² Relatos a partir do cotidiano profissional no exercício do cargo de Especialista Socioeducativo, em internações estrita e provisória para adolescentes do sexo masculino no DF entre 2018 e 2021.

A coleta de dados se deu através da aplicação de roteiro de entrevista semiestruturada com egressos de medida socioeducativa de internação. Esta metodologia de pesquisa justifica pelos elementos que a experiência de vida dos mesmos, através da vivência socioeducativa, trazem para mensurar os efeitos dos processos de comunicação vivenciados quando da passagem dos mesmos pelos equipamentos de execução da medida. As análises destes dados se fundamentaram no método materialista dialético.

O primeiro capítulo se atém à apresentação do percurso metodológico trilhado e os elementos que fizeram parte do projeto de pesquisa apresentado para a banca de qualificação, tais como objeto, objetivos e problema de pesquisa. Também explana e justifica a utilização do método científico que se ponderou mais apropriado para realizar análises e aproximações ao objeto de pesquisa.

A proposta para o segundo capítulo é compreender o percurso da socioeducação no Brasil e sua execução no Distrito Federal através da contextualização da conjuntura de avanços neoliberais e neoconservadores, uma vez que permeiam o Estado, responsável pela oferta das medidas socioeducativas. São trabalhadas categorias que darão embasamento inicial para análise posterior, como: Racismo, Questão Social, Cidadania, entre outras. Neste capítulo também são apresentados aspectos da socioeducação no Distrito Federal, que possui sete unidades de internação em funcionamento: Unidade de Internação de Planaltina (UIP); Unidade de Internação do Recanto das Emas (UNIRE); Unidade de Internação de Santa Maria (UISM); Unidade de Internação São Sebastião (UISS); Unidade de Internação de Brazlândia (UIBRA); Unidade de Internação Provisória de São Sebastião (UIPSS); e Unidade de Internação de Saída Sistemática (UNISS). A mais recente delas, a UIBRA, só foi inaugurada em 2020 e estava funcionando em São Sebastião-DF, até então.

No terceiro capítulo é realizada uma discussão teórica sobre a Comunicação Pública, pois ela é a referência para análise dos processos comunicativos que se desenvolvem nas medidas socioeducativas de internação, dessa forma, pretende-se aprofundar seus conceitos, elementos essenciais, correntes que a influenciaram historicamente, suas formas de aplicabilidade e sua dimensão política.

Por fim, no quarto capítulo, são apresentados os dados coletados na pesquisa de campo, que são as falas dos jovens egressos do sistema socioeducativo no DF, bem como análise desses dados a partir das considerações teóricas já problematizadas nos capítulos anteriores, entre os quais o referencial teórico da Comunicação Pública. As entrevistas realizadas revelaram um contexto de vivência de processos contraditórios pelos socioeducandos, com elementos que

apontam para a inserção da Comunicação Pública nesses espaços, mas com limitações constantes impostas pelo contexto institucional, pela conjuntura que estão inseridas e a necessidade de maior compreensão dos efeitos do capitalismo em tempos de neoliberalismo sobre a classe trabalhadora, bem como sobre a importância da doutrina de proteção da criança e do adolescente e da Comunicação Pública como condições necessárias para a emancipação dos adolescentes em conflito com a lei.

A pesquisa foi enviada para o Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) através da Plataforma Brasil e também se encontram nos apêndices o instrumento de coleta de dados e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para se tornar exequível, este percurso não contemplou um universo de discussões teóricas que também colaborariam para se aproximar dessa realidade concreta, no entanto, visto que a pesquisa possui limites, realizou um recorte fundamentado em construções teóricas e metodológicas que possibilitaram reflexões sobre o contexto em que as medidas socioeducativas de internação estão imersas.

Esta pesquisa se justifica pela defesa de que a aproximação teórica e a pesquisa científica contribuem com debates internos e externos ao ambiente de execução da medida socioeducativa de internação, que se propõe, teoricamente, a executar cotidianamente uma política que não transborde o limite da garantia de direitos.

O mestrado em políticas sociais vai além da especificidade do Serviço Social, nos possibilitando uma aproximação maior com uma superestrutura que perpassa várias políticas, mas não posso deixar de destacar que esta pesquisa converge com o projeto ético-político da profissão, que, em seu Código de Ética, reforça nosso compromisso com um projeto societário de democratização e de poder popular para transformação das relações sociais e emancipação humana. Dessa forma, a comunicação é um meio e um instrumento nesse campo de lutas, em que nos posicionamos contrários aos interesses capitalistas.

2. O MÉTODO E O PERCURSO METODOLÓGICO

Considera-se que a escolha de um método científico para a realização de uma pesquisa tem como requisito um conhecimento mínimo dos principais métodos abordados pela comunidade científica nas pesquisas em Ciências Sociais, pois, de alguma forma, estes possuem alguma relevância e esta aproximação possibilita abrir espaço para a análise de diferentes pontos de partida de reflexões teóricas. A escolha do método aqui utilizado se deu após observar que os demais não conseguem, com a mesma profundidade, abraçar as contradições e dinâmicas que envolvem o objeto de pesquisa.

Esta pesquisa, que se debruçou sobre uma reflexão sobre os processos comunicativos a partir da perspectiva da Comunicação Pública na medida socioeducativa de internação do Distrito Federal, utilizou o método materialista dialético para construção das reflexões aqui apresentadas. Autor do método, Karl Marx, não construiu o conjunto de sua obra sobre o discurso da neutralidade, se posicionando em defesa da transformação societária. O raciocínio dialético que utiliza para fazer sucessivas aproximações ao real utiliza-se da realidade concreta e da contradição. Afinal, sendo tão labiríntico o esforço na busca do conhecimento científico, qual a serventia da ciência se esta e suas reflexões não puderem colaborar para que as relações societárias sejam transformadas?

Considera-se que o discurso da neutralidade metodológica é um mito e está carregado de traços conservadores. Segundo Mézáros (2004), um discurso verdadeiramente racional tanto reconhece como constata uma ordem social vigente. O mesmo autor destaca ainda que Karl Marx não vê utilidade em uma ciência que não tenha compromisso social e a escolha do método carrega um compromisso ideológico.

Para Basbaum (1978), o materialismo tem como uma de suas principais características o reconhecimento de que não prescinde da vontade extranatural a existência do mundo exterior, ou seja, existe um mundo independente da consciência dos homens sobre ele, e essa afirmação tem relação direta com o problema do conhecimento humano. Destarte, o autor resgata que Marx considera a prática social como origem e fim do conhecimento, estando presente para alcance deste as fases de afirmação, negação e negação da negação. O conhecimento de um fenômeno é alcançado quando se conhece também seu processo evolutivo, que é dialético.

O método materialista dialético tem como partida o concreto figurado, abstrai e retorna ao ponto de partida, que é o concreto pensado. A cada retorno, a compreensão se torna mais abrangente. Dessa forma, devem ser realizadas sucessivas aproximações ao real. A totalidade

tem relação direta com o sistema capitalista, uma vez que o objeto de estudo está inserido neste contexto, e as preocupações práticas do método estão ligadas aos históricos interesses de classes.

Partimos de uma singularidade inscrita em uma totalidade e retornamos ao caminho de volta pela particularidade – que são as contradições e mediações sobre o objeto em estudo, que nesse caso trata sobre os processos comunicativos no sistema socioeducativo. Afinal, como é compreendido o direito à informação e à comunicação, na medida socioeducativa de internação, no contexto capitalista sob hegemonia neoliberal?

A Comunicação Pública é uma construção sociohistórica, não está imune às implicações decorrentes do sistema capitalista e se insere nas políticas socioeducativas. A partir dessa afirmação, resgata-se o problema de pesquisa deste trabalho: Como se dão os processos comunicativos na medida socioeducativa de internação no Distrito Federal, sendo a comunicação um direito dos socioeducandos? Quais as possibilidades da Comunicação Pública ocorrer nesse contexto, considerando suas formas e singularidades? Para tentar responder, serão analisadas as falas dos entrevistados, egressos que responderam ao roteiro de entrevista semiestruturadas.

Com base nessas questões levantadas inicialmente, o objetivo geral dessa pesquisa foi refletir sobre os processos comunicativos na medida socioeducativa de internação no Distrito Federal, tendo por referencial a Comunicação Pública. Os objetivos específicos - que são considerados desdobramentos necessários para aproximar-se do objetivo geral - são:

- Contextualizar o Estado no seu papel de regulamentador, financiador e executor do sistema socioeducativo;
- Confrontar os aspectos legais e reais na trajetória da socioeducação no Brasil e no Distrito Federal, visando se aproximar da essência de suas contradições;
- Debater sobre a perspectiva socioeducativa e sua relação com as políticas públicas e a justiça social;
- Investigar como se dão os processos comunicativos na medida socioeducativa de internação no Distrito Federal
- Analisar sobre o papel da Comunicação Pública no sistema socioeducativo;

O objeto e os objetivos da pesquisa levam à definição do método e da metodologia. Neste sentido, Yamamoto (2003) defende que se faz necessário conduzir-se pela produção e reprodução social, pois no interior desse movimento que os sujeitos se tornam históricos, e

conferir centralidade à história, para nesta buscar a heurística da problemática a qual se pretende estudar.

Este trabalho realizou a pesquisa qualitativa. De acordo com Minayo (1993), a pesquisa qualitativa pode ser dividida em três etapas, que não acontecem linearmente. A primeira delas é a fase exploratória. A segunda é a fase de coleta de dados e trabalho de campo; e a terceira é análise e tratamento de dados.

Na primeira fase foram levantadas fontes variadas e relevantes para o estudo, buscando material necessário para embasamentos teóricos e conhecimento do atual modelo socioeducativo no Brasil e no Distrito Federal. Foram utilizadas fontes como: sites oficiais do governo distrital, artigos, livros, relatórios governamentais, além da revisão bibliográfica, que foi o processo de aproximação com a temática em estudo.

Existem diferentes recortes sobre a idade que delimita a infância, adolescência e juventude, como, por exemplo, os utilizados pela ONU e pela OMS. Nesta pesquisa a idade utilizada como referência para delimitar o período da adolescência é a estabelecida pelo ECA, que afirma que os adolescentes são aqueles que estão na idade de doze anos completos até dezoito anos incompletos, sendo que é possível cumprir medida socioeducativa até os vinte e um anos incompletos, desde que o ato infracional tenha sido praticado até os dezoito anos incompletos.

A pesquisadora é atualmente servidora da Secretaria de Justiça, e faz parte da Carreira Socioeducativa e disponibiliza sua força de trabalho para o Estado no cargo público de Especialista Socioeducativo na medida de internação provisória masculina no Distrito Federal. Dessa forma, possui ampla rede de contatos com outros profissionais que também atuam na área, e que, além da atuação profissional, estão inseridos em espaços de controle social, militância e espaços coletivos de debate sobre o sistema socioeducativo. Essa inserção profissional tem possibilitado, ao longo de três anos de atuação na área, a participação em eventos públicos em que há como participantes egressos do sistema socioeducativo, que se manifestam publicamente sobre sua condição de ex-socioeducandos, e verbalizam publicamente algumas de suas experiências nesse contexto. Esses espaços são conferências, cursos, simpósios, conselhos, além de eventos organizados pela sociedade civil, dos quais esses egressos participam.

Outro contato constante com egressos do sistema socioeducativo são as palestras realizadas pelos mesmos nos órgãos de execução da medida socioeducativa de internação, pois

é recorrente a realização de momentos coletivos com internos e egressos, que são espaços voluntários de troca de experiências.

O compartilhamento de experiências com ex-socioeducandos durante esses eventos possibilita uma dinâmica de convivência com esses sujeitos diferente da vivenciada nas unidades de internação, de uma forma não hierárquica, portanto, com outro alcance, menos enraizado de hipóteses negativas sobre a vivência de medida socioeducativa. Estes espaços, no entanto, também são contraditórios e fazem emergir uma realidade latente, que são os explícitos posicionamentos, realizados por servidores da carreira socioeducativa, favoráveis ao encarceramento como única medida que viabiliza a segurança pública e que são contrários à socioeducação.

Através da participação nos espaços citados, a pesquisadora teve acesso direto e indireto, através de outros profissionais da área, aos possíveis participantes da pesquisa. Dessa forma, não houve instituição de pesquisa, pois os participantes são sujeitos autônomos, com maioria civil e sem vinculação institucional.

Os requisitos para participar da pesquisa foram: ter passagem por alguma das unidades de internação do Distrito Federal, ter atingido a maioria penal, aceitar participar da pesquisa, com assinatura de termo de consentimento, e já ter declarado publicamente que é egresso do sistema socioeducativo. Poderiam participar da pesquisa os egressos de ambos os sexos, pois não houve recorte de gênero.

A pesquisadora realizou contato com os profissionais da área socioeducativa e com os egressos a que tem acesso através de diálogos durante eventos e espaços de trabalho com essa temática. Com os profissionais, foi solicitado o contato dos egressos; com os egressos que tem acesso direto, foi realizado o convite para participar da pesquisa.

Os possíveis participantes da pesquisa foram abordados pela primeira vez por meio de mensagem de texto, enviada por aplicativo de mensagens (WhatsApp). Na referida mensagem, a pesquisadora se apresentou, explanou resumidamente a pesquisa, explicitando os objetivos, e solicitou autorização para realizar contato por ligação telefônica, que só aconteceu com expressa autorização. O convite para a participação na pesquisa continha as instruções de informações de que era possível, a qualquer momento, a retirada do consentimento de utilização dos dados do participante da pesquisa.

No contato telefônico, a pesquisadora forneceu informações claras sobre as pesquisas, abordando o conteúdo que está no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, para que o possível participante decidisse aceitaria ou não participar. Em caso de resposta negativa,

como aconteceu com um egresso, a pesquisadora seguiu buscando outros participantes, respeitando a autonomia e o direito ao consentimento voluntário.

Nos casos de resposta positiva, após o contato telefônico autorizado pelo participante no qual foi realizado o convite, a pesquisadora agendou o dia da entrevista, de acordo com a disponibilidade do participante e da pesquisadora e foi definido se a entrevista seria presencial ou por meio de aplicativo de videochamada. O participante recebeu a TCLE com antecedência, via correio eletrônico, em formato de arquivo não-editável (PDF), para garantir a integralidade e a não modificação das informações. O participante e a pesquisadora assinaram o termo antes de iniciar a entrevista. Os participantes foram orientados a manter em seus arquivos pessoais uma cópia do TCLE e a pesquisadora também providenciou o arquivo de outra cópia.

O atual contexto de Pandemia por Covid-19 trouxe uma série de desafios à realização de pesquisas presenciais, pois devem ser resguardadas as medidas sanitárias emitidas pelos órgãos oficiais de saúde pública, necessárias à proteção dos participantes e da pesquisadora. Dessa forma, foi admitida a possibilidade dos entrevistados escolherem entre a entrevista presencial ou através de meios eletrônicos que atendessem também aos requisitos de privacidade e acessibilidade. Nenhum participante escolheu a metodologia de entrevista presencial, sendo todas realizadas por meio eletrônico e a pesquisadora ficou responsável pela realização da videochamada e pela transcrição da entrevista. Não houve gravação da videochamada, e as falas foram sendo digitadas pela pesquisadora no momento da entrevista.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com jovens egressos do sistema socioeducativo do DF. O instrumento de coleta de dados possibilitou à pesquisadora um ponto de partida e uma vinculação ao tema da pesquisa, mas também se mostrou flexível para possibilitar a inclusão de aprofundamentos a partir da fala inicial dos participantes da pesquisa, para possibilitar melhor compreensão dos contextos e vivências narrados. Os participantes foram informados que tinham o direito de não responder qualquer questão apresentada no roteiro sem a necessidade de explicação ou justificativa para tal.

A etapa de coleta de dados previa cinco entrevistas. Quando realizados os contatos para convite de participação houve uma recusa em participar em que o convidado não apresentou nenhum argumento. Houve uma recusa afirmando falta de tempo para participação, em virtude de questões pessoais, e houve um possível participante que foi preso antes da realização da entrevista. As respostas positivas de aceite foram três.

Foi realizada uma observação sobre o instrumento de coleta de dados após a realização da primeira entrevista, quando se concluiu que os tópicos elencados conseguiram resgatar as

vivências dos ex-socioeducandos durante o período de internação e coletar elementos sobre os processos comunicativos vivenciados.

A escolha do objeto de pesquisa sobre a comunicação pública na medida socioeducativa de internação no Distrito Federal se justifica pela consciência de que a aproximação teórica contribui com debates internos e externos ao ambiente de execução da medida socioeducativa, que se propõe, teoricamente, a executar cotidianamente um trabalho profissional comprometido com a construção de metodologias de trabalho que não transbordem o limite da garantia de direitos.

O método marxista, como afirma Netto (2011), tem por objetivo conhecer as categorias que compõem a sociedade burguesa. Essas categorias – que são capazes de exprimir aspectos de uma sociedade – são objetivas, históricas, transitórias e reais. Através de procedimentos de mediação e abstração, o pesquisador as reproduz teoricamente, exprimindo através delas as relações e a compreensão da realidade. Considerando que, no campo das Ciências Sociais, as categorias estão em constante revisão teórica, foi realizado nesta pesquisa um recorte de quais referências serão utilizadas para analisar as medidas socioeducativas de internação e o contexto em que sua oferta acontece enquanto política pública. Essa introdução contribuiu também para melhor compreensão do uso da Comunicação Pública na medida socioeducativa de internação, que é trabalhada em um capítulo específico.

A pesquisa possui relevância social, por isso também interessa indiretamente aos envolvidos, devido sua contribuição social. Após a coleta de dados a pesquisadora passou para a próxima etapa, que foi a análise de dados, recorrendo ao referencial teórico já destacado na primeira fase e incluindo outros que se fizeram necessários diante dos dados obtidos.

Foi realizada consulta à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDBTD - buscando pelas palavras chave “Comunicação Pública e Sistema socioeducativo”. Destaca-se que, quando procuradas separadamente, houve retorno de muitas pesquisas acadêmicas, mas, quando buscadas em conjunto, não houve nenhum trabalho encontrado. Foi realizada também consulta à Biblioteca de Teses e Dissertações (BDTD) da Universidade de Brasília - UnB, que ficam armazenadas no Repositório Institucional da UnB (RIUnB), e também não foram encontrados trabalho de pós-graduação que contemplem essas duas categorias em uma única produção acadêmica.

A pesquisa observou, na construção de sua metodologia, o disposto na Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, na Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, ambas do Conselho Nacional de Saúde, e no Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, de 24 de

fevereiro de 2021, também do Conselho Nacional de Saúde, que traz orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual, a fim de convergir com os preceitos éticos e científicos necessários à pesquisa em ciências humanas e sociais. Antes do início da coleta de dados, o projeto de pesquisa foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília, através da Plataforma Brasil, que é uma base nacional e unificada de registro de pesquisas envolvendo seres humanos, para avaliação ética da pesquisa.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos. Como riscos possíveis em decorrência da participação nesta pesquisa, elencam-se: risco de invasão de privacidade; levantamento, durante as entrevistas, de assuntos sensíveis, tais como atos ilegais, violência, sexualidade; revitimização e perda do autocontrole ao relembrar pensamentos e sentimentos talvez nunca revelados; tomar o tempo do sujeito para participar da entrevista. Não houve riscos relacionados à divulgação de imagem, pois não foram realizadas filmagens nem registros fotográficos.

Diante dos riscos elencados, as medidas e cautelas que puderam ser adotadas foram: garantia do acesso aos resultados individuais e coletivos; minimização dos desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras; garantia que a pesquisadora esteja habilitada ao método de coleta dos dados, através da observância metodológica e ética durante a entrevista; atenção aos sinais verbais e não verbais de desconforto; e garantia de que sempre foram respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos.

3. MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO: IMPLICAÇÕES NO ESTADO NO CONTEXTO CAPITALISTA

NUNCA DESISTA³
Por O.A.e T. C.

Quantas vezes nesse lugar pensei em me matar
Passar a teresa⁴ no pescoço para o sofrimento acabar
Dentro da cela, o frio é intenso
Só dor, lágrimas e tormento

Estou cansado de ser incomodado
Os agentes gritando no meu ouvido:
Ó o barulho, senão a energia vai ser desligada
Não tenho medo de nada

Quando sair, não vou mexer mais com essas paradas
Nesse lugar minha palavra não vale nada, é em vão
Só dor e sofrimento é o que restou, ladrão

As mães são as que mais sentem falta do filho em casa
Pare, pensa e reflita, irmão
O crime não compensa, menorzão!

Tudo passa, dias de luta
Dias de glória
Mas no final vai chegar sua vitória

Tudo que sempre sonhei ainda não se realizou
Mas rezo todo dia para que eu saia daqui um doutor

Este capítulo objetiva desenvolver algumas categorias essenciais à análise dos dados de pesquisa a serem apresentados no último capítulo. Por serem abordadas neste capítulo diferentes categorias, que possuem desdobramentos próprios, este texto não seguirá uma ordem cronológica linear, mas retomará um dado momento mais de uma vez, sempre que se fizer necessário para apresentar o entendimento da categoria em análise. Como categorias centrais para este projeto destacam-se: Comunicação Pública, Socioeducação, Cidadania e Questão Social. A problematização das categorias analisadas serve como mediação para aproximação

³ Poesia escrita por um socioeducando da medida de internação do Distrito Federal, em obra publicada pelo INESC – Instituto de Estudos Econômicos –, com apoio do Conselho dos Direitos das Crianças e Adolescentes do DF - CDCA. Foi um projeto desenvolvido em 2019 que resultou em um livro de poesias e artes gráficas de produção dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

⁴ Denominação criada pelos socioeducandos para nominar uma corda artesanal fabricada (sem consentimento e conhecimento das unidades em que se encontram) com retalhos das roupas que utilizam durante a internação. A “teresa” é o principal instrumento utilizado em ideias suicidas.

de uma totalidade e recebem diferentes contribuições, a depender dos autores utilizados para reflexões sobre as mesmas.

No Brasil, longa foi a trajetória para que a infância e a adolescência fossem reconhecidas como sujeitos de direitos. É preciso destacar que essa construção é essencialmente histórica e como exemplos de avanços nessa trajetória cita-se a mudança de paradigma sobre o olhar das políticas públicas para as crianças e adolescentes e a legislação brasileira que pauta esse tema e os considera sujeitos de direitos que necessitam da proteção do Estado e da sociedade, conquistando espaço através de lutas que envolveram a defesa de diferentes posicionamentos.

A socioeducação é um processo educativo que possui bases na educação social⁵ e se insere em vários espaços institucionais, inclusive nas medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes que praticaram ato infracional, ou seja, ato análogo a um crime, pois adolescentes são penalmente inimputáveis. Sobre o conceito de socioeducação, destaca-se:

Nesse sentido, a socioeducação configura-se como um conjunto articulado de programas, serviços e ações desenvolvidos a partir da inter-relação entre práticas educativas, demandas sociais e direitos humanos, com os objetivos de promover o desenvolvimento de potencialidades humanas, da autonomia e da emancipação, bem como fortalecer os princípios éticos da vida social (BISINOTO et al, p. 584).

O atual paradigma para todas as políticas públicas destinadas a crianças e adolescentes é o da proteção integral, que rompe – ao menos formalmente – com o paradigma da situação irregular do revogado Código de Menores, vigente desde o ano de 1979 até o ECA, em 1990. No novo modelo, são propostos princípios como excepcionalidade, brevidade, e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Dessa forma, o adolescente deveria deixar de ser um mero objeto de intervenção para ser incluído em um Sistema de Garantia de Direitos – SGD⁶, que promoveria inclusão social.

O Código de 1979, legislação que antecedeu ao ECA e que era destinado aos menores que ele definia como em “situação irregular”, eram entendidos como aqueles privados de condições essenciais à sua subsistência, saúde e educação obrigatória, por omissão dos pais ou responsáveis, situação de maus-tratos e castigos, de perigo moral, de falta de assistência legal,

⁵ Neste artigo, utiliza-se a concepção de Zanella (2011), que afirma que a educação social, conceituada a partir da perspectiva marxista, tem como finalidade a emancipação de segmentos socialmente excluídos, como adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

⁶SGD é o conjunto de princípios e normas que regem as políticas para crianças e adolescentes a nível federal, estadual, distrital e municipal. É constituído de diversos subsistemas, dentre os quais aqueles que regulamentam as políticas sociais e o subsistema que se volta para as medidas socioeducativas, o SINASE.

de desvio de conduta por inadaptação familiar ou comunitária, ou a quem fosse atribuída autoria de infração penal (BRASIL, 1979).

Art. 2º Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:
 I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:
 a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
 b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;
 II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;
 III - em perigo moral, devido a:
 a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
 b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;
 IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;
 V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;
 VI - autor de infração penal. (BRASIL, 1979).

O texto do Código causa estranheza àqueles já estão familiarizados com as novas abordagens sobre a condição de pessoa em peculiar desenvolvimento, mas foi o ponto de partida – com respaldo da Política Nacional do Bem-Estar do Menor – para a atuação do Estado e configuração das políticas públicas durante os onze anos em que esteve vigente.

A regulamentação da internação no Código de 1979 previa que o “menor” poderia ser internado e assim permanecesse até que a autoridade judiciária determinasse seu desligamento. A avaliação sobre esse procedimento aconteceria a cada dois anos⁷, com possibilidade de cumprimento em estabelecimento destinado a maiores de idade, desde que isolados do segundo grupo. O cumprimento de medidas judiciais pelos menores em situação irregular, segundo seu texto, tinha como objetivo prioritário o “ajustamento”, como explícito em seu artigo 60.

De acordo com Aguiar (2006), o Código de Menores trouxe uma nova necessidade para a área de atuação junto aos menores, que foi a necessidade de equipe técnica especializada, a partir de então responsável por realizar estudos sobre personalidade e meio social desses adolescentes. Foi responsável também por prever e instituir um aparato judicial específico para os menores, que se organizou paralelamente ao destinado aos adultos.

A instituição do SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – em 2012, buscou, no plano legal, o desenvolvimento de ações socioeducativas pautadas em direitos humanos, a partir de bases éticas e pedagógicas. Para sua execução, são necessárias instalações físicas que possibilitem condições arquitetônicas para prática de atividades físicas,

⁷ No ECA o prazo para avaliação da permanência na MSE de internação ou desligamento do socioeducando é de seis meses.

educacionais, atendimento individual e familiar, entre muitos outros requisitos indispensáveis à condição peculiar dos adolescentes. O referido Sistema parte do princípio da incompletude institucional, ou seja, os direitos fundamentais são garantidos através da integração com as políticas públicas e sociais da rede de atendimento, além de poder realizar parcerias com entidades da sociedade civil que ofertam algum serviço que lhe seja pertinente. Inclusive os membros de seus órgãos deliberativos são atores inseridos nas diferentes políticas sociais.

Visto que é uma política pública, considera-se um avanço teórico e político o reconhecimento, no SINASE, de que as condições de vida da população infanto-juvenil têm repercussões dos indicadores sociais brasileiros, que apontam para grandes disparidades sociais. No entanto, os dados oficiais apontam inúmeros gargalos ao cumprimento de seus objetivos. Cita-se como exemplo o déficit de vagas que gera superlotação nas unidades de execução de medidas socioeducativas de internação, a falta de estrutura física, condições insalubres e carência de profissionais para execução dos serviços.

As medidas socioeducativas atualmente existentes no Brasil são definidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e regulamentadas pelo SINASE. As medidas possíveis são: Advertência, Obrigação de reparar o dano, Prestação de Serviços à Comunidade, Liberdade Assistida, Semiliberdade e Internação, sendo que esta última é a aplicada a adolescentes, por autoridade judicial, em casos que envolvem maior violência ou com grave ameaça.

Diante de suas deficiências estruturais, o Estado apresenta dificuldades (ou talvez seja intencionalidade) para oferecer a estrutura necessária para socioeducação, no entanto, recorre ao “aprisionamento” como mecanismo de intervenção social, estratégia que possui o apoio midiático e de setores conservadores da sociedade.

Os jovens e adolescentes inseridos nas medidas socioeducativas também fazem parte da atual dinâmica societária capitalista, que se movimenta através de suas metamorfoses para fortalecer as relações de consumo. Mas porque é tão importante inserir os jovens na massa de consumidores? Sobre o consumo, Marx (2011) desvela sua relação com o ciclo de produção capitalista. Segundo ele, o consumo também é produção e existe um movimento mediador entre ambos. Somente a partir do consumo a produção é útil e cria a necessidade de nova produção. Assim, para que o sistema capitalista se reproduza, é preciso continuamente expandir o número de consumidores.

Alguns autores fazem críticas à compreensão do infrator, como Tejedas (2007, p. 33), ao “considerar infrator ao acusado é explicado pela persistência da velha ideologia

‘protecionista-salvadora’ que necessitava vitimizar ou culpabilizar como requisito prévio à outorga de proteção”.

Sem dúvida, as medidas socioeducativas estruturam-se em campo de permanente contradição, a iniciar pela sua almejada face responsabilizadora e socioeducativa, que se efetivam em um contexto de imposição ao jovem. Com muita facilidade, é possível se percorrerem caminhos muito diversos: a exacerbação do viés punitivo ou a pretensão tutelar (TEJADAS, 2007, p. 60).

Dessa forma, se torna um desafio não recair no viés punitivo e manter-se a linha da responsabilização (que atribui a culpabilidade e responsabilidade do ato ao adolescente que o praticou) e socioeducativa (que pondera a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e criminalmente incapaz, portanto, com direito de orientação socioeducativa).

Essas ponderações levam a uma necessidade de reflexões sobre as implicações do neoliberalismo sobre a democracia, esta compreendida no pensamento de Coutinho (2000) como o caminho para a emancipação humana, o que inclui a socialização da economia, da cultura e também da participação política.

Pereira-Pereira (2019, p. 42) destaca que a combinação do neoliberalismo com o neoconservadorismo não aconteceu recentemente e não produz alterações na essência de cada um desses elementos, mas ataca diretamente a democracia e as políticas sociais, imprimindo no campo político, econômico e social sua marca individualista e com apelo à auto responsabilização dos indivíduos, transferindo para a esfera privada o bem estar social, enquanto o Estado se retira do campo dos direitos sociais tão arduamente conquistados no pós-guerra.

Esse contexto de hegemonia traz repercussões para as políticas de Estado, em especial as políticas sociais, que tem relação direta com a Comunicação Pública, uma vez que esta é compreendida no rol de direitos humanos e precisa estar inserida nestas políticas. Destarte, as aproximações apresentadas situam esses adolescentes como sujeitos políticos, reconhecimento este que não se inicia nem termina dentro de uma unidade de internação.

3.1 BREVE DISCUSSÃO SOBRE ALGUMAS CATEGORIAS CENTRAIS PARA PENSAR O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

"A única coisa que aprendi aqui (...) foi a não sonhar".⁸

⁸ Relato de adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, trazido por Oliveira (2003), em pesquisa com socioeducandos.

A epígrafe destacada no início deste tópico teve por objetivo protagonizar a fala de um adolescente no seu percurso de medida socioeducativa. Ao observar que esse adolescente afirma que o cumprimento da internação lhe retira as expectativas de futuro, questiona-se o papel ressocializador da medida, que deveria gerar outro discurso, voltado para inserção social e materialização da sua cidadania.

Inicia-se essa discussão a partir do Estado, que, no Brasil, é o principal responsável pela execução de medidas socioeducativas. Ou o poder público a executa diretamente ou delega outras instituições privadas para assumir seu lugar, apenas financiando, fiscalizando e regulamentando os aspectos gerais. Consequentemente, discorrer sobre estas medidas deverá ser precedido de algumas ponderações sobre o Estado.

De acordo com Mandel (1982), o Estado é mais antigo que o capital, e nasce da divisão social do trabalho. Surge também antes da burguesia se consolidar como uma classe, pois já era pilar de sustentação da nobreza. Observa-se que, independentemente do modo de produção (capitalista ou feudalista), o Estado sempre atendeu a interesses dominantes, promoveu despolitização e, consequentemente, dificultou revoluções sociais. Ainda sobre a compreensão do que é o Estado, destaca-se a afirmação:

Portanto, o Estado plasma-se no processo de lutas que friccionam a relação orgânica e dialética entre estrutura e superestrutura, como mediação de interesses econômicos, políticos, ideológicos, culturais, consequentes, e que, em última instância, podem ser direcionados para a conquista da emancipação humana. O erro comum consiste em considerar que o tratamento do Estado como relação abrange concessões reformistas e mistificadoras à ordem do capital (PAULA, 2003, p. 128).

O Estado possui, entre outros, importante papel para a dominação das parcelas mais vulneráveis da população. Marx (2015) destaca que no final do século XV as leis, ou seja, o aparato estatal, já eram sanguinárias com os expropriados⁹. Naquele contexto, a população expropriada era violentada com açoites, ferroadas e tortura, podendo até mesmo serem executados, tendo que se submeter à disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, pois a vagabundagem era fortemente reprimida.

Wacant (2013) resgata que Karl Marx elaborou algumas reflexões não apenas sobre o papel social da legislação da época, mas também sobre a prática de ações consideradas

⁹ Denomina-se expropriados, neste contexto, os trabalhadores expulsos do campo no momento de transição do feudalismo para o capitalismo, a fim de promover reconfigurações necessárias ao novo sistema e ter disponível mão de obra barata.

criminosas e que inclusive defendia que estas práticas também colaboravam com os processos de produção capitalista e suscitavam uma tensão que favorecia a dinâmica competitiva do capital:

o criminoso produz uma impressão ora moral, ora trágica, e presta um “serviço” ao despertar os sentimentos morais e estéticos do público. Ele produz não somente os manuais de lei penal e a própria lei penal, e, portanto, os legisladores, mas também a arte, a literatura e o teatro dramático [...] O criminoso rompe com a monotonia e a segurança da vida burguesa. Assim, ele a protege da estagnação e suscita essa tensão constante, essa mobilidade de espírito sem a qual o estímulo da própria competição se esmoreceria (WACANT, 2013, p. 63).

Essas citações sobre o aparato estatal parecem remeter a uma realidade distante do período de consolidação do capitalismo, no entanto, Harvey (2004) destaca que, no estágio atual, o capitalismo se utiliza da mesma lógica que nos seus primórdios, mesmo que com algumas características diferentes, que o autor denomina acumulação por espoliação. Nesta, o sistema se utiliza recorrentemente da violência e da superexploração.

O capitalismo na América Latina tem sua origem na crise do sistema feudal e possui a especificidade de expansão concomitante de grupos internos e externos dos países centrais. As sociedades latinas não tiveram forças políticas e econômicas para passarem do colonialismo para a sociedade moderna, e dessa forma permitiram organizar a colonização no seu sentido explorador. A ausência de um mercado interno e as estruturas das relações econômicas não evoluíram no sentido de progresso econômico, social e político, mas em uma espécie de modernização neocolonial, que serviu de base para o capitalismo.

O desenvolvimento do capitalismo, considerando o contexto brasileiro, é permeado por instrumentos de dominação e a emancipação política é um patamar que se estabelece pela necessidade, por meio do Estado, de regular a propriedade privada e a exploração do homem. Dessa forma, a emancipação política se converte na necessidade de reprodução da mercadoria e ao mesmo tempo retira caráter particular do indivíduo, que se transforma no egoísmo concreto do cidadão (LESSA, 2015).

Somente no fim do século XIX, com a crise das relações neocoloniais até então estabelecidas com a Europa, houve espaço para o capitalismo moderno. O primitivo capitalismo mercantilista do período colonial e neocolonial foi se diluindo aos poucos. As dinâmicas de superação dessas configurações foram permeadas por conflitos de classes em que a apropriação capitalista e a dependência são as características principais desse processo (FERNANDES, 2009).

Esse desenvolvimento capitalista chegou a estágios que possuem características marcantes, como o neoliberalismo, que atingiu proporções globais e que possui desdobramentos que afetam diretamente as políticas sociais. Segundo Harvey (2004), a experiência neoliberalista surgiu no Chile, logo após o golpe de Pinochet. A ideia do neoliberalismo veio permeada pelo ideal de liberdade, em que o Estado tem o papel de assegurar estrutura mínima, mas não de se aventurar no mercado financeiro. A virada neoliberal aconteceu após a segunda guerra mundial e buscou neutralizar forças que ameaçavam o capitalismo. Pretendia também diminuir a rivalidade entre Estados, conjuntura que já havia gerado divisão geopolítica e guerra. O Estado então incorporou a classe e promoveu uma economia social e moral sustentada, entre outros, pelo nacionalismo das décadas de 50 e 60. Essa frente liberal começou a ruir na década de 60, com a crise de acumulação, quando se iniciou uma onda de desemprego e inflação. Mas o capital é mutável, e sempre reinventa formas de retomar o processo de acumulação.

Harvey (2004) resgata a filósofa e economista marxista Rosa Luxemburgo para explicar a lógica da acumulação capitalista, pois, segundo a mesma, esta lógica é composta por dois aspectos. O primeiro deles é o mercado de bens e valores e o lugar onde a mais-valia é produzida, o que abraça desde a propriedade agrícola até a fábrica. O outro aspecto são as relações entre capitalismo e modos de produção não-capitalistas que despontam no cenário internacional. Essas relações são as políticas coloniais e a guerra. Quanto às relações coloniais, nesse contexto refere-se ao sistema de empréstimos internacionais que geram dependência e exploração das economias mais fracas. Estão presentes aqui a opressão, a força e a violência política, numa luta constante pelo poder.

Esse processo leva ao imperialismo, uma forma de dominação e organização internacional do espaço de dominação e expansão capitalista. "Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias (Harvey, 2004, p. 121)". No processo de espoliação as populações são expulsas de suas terras e inseridas na lógica capitalista de consumo, não extinguindo a escravidão, e foram sendo criados, ao longo do tempo, mecanismos de acumulação por espoliação. Essa espoliação proporciona uma mão de obra barata, extremamente explorada, e recai sobre a população mais pobre.

O imperialismo foi um período que se utilizou largamente do racismo, outra categoria que possui destaque nesta pesquisa, para fixar suas bases e se manter, desenvolvendo, inclusive, formas mais sofisticadas de dominação que as até então existentes. Existe, no interior da

dinâmica capitalista, a interferência de fatores que aparentemente não possuem correlação com a ordem social capitalista e criam a falsa sensação em contradição com esta. Fatores de ordem natural, tais como sexo e etnia, “operam como válvula de escape no sentido de um alívio simulado de tensões sociais geradas pelo modo capitalista de produção; e no sentido, ainda, de desviar da estrutura de classes a atenção dos membros da sociedade” (SAFFIOTI, 1976, p. 58,59). A autora destaca também o papel das classes sociais nas relações societárias, e atribui o pertencimento a classes menos privilegiadas uma dificuldade de inserção social historicamente presente no capitalismo:

Do ponto de vista da aparência, portanto, não é a estrutura de classes que limita a atualização das potencialidades humanas, mas ao contrário, a ausência de potencialidades de determinadas categorias sociais que dificulta e mesmo impede a realização plena da ordem social competitiva (SAFFIOTI, 1976, p. 59).

A percepção do racismo como estratégia política está presente nas produções intelectuais de autores dos países explorados e também dos países exploradores. De acordo com Angela Davis (2016), uma autora feminista¹⁰ que também se dedica ao estudo das relações raciais nos Estados Unidos, o racismo foi o responsável pela invenção do negro como violador, e a consequência dessa propagação gerou alienação, divisão de classe e ondas de violência contra a comunidade negra.

Em conexão com estes linchamentos e as suas incontáveis barbaridades, o mito do violador negro foi conjurado. Apenas podia adquirir o seu terrível poder de persuasão dentro do irracional mundo da ideologia racista. Por muito irracional que o mito possa ser, não foi uma aberração espontânea. Pelo contrário, o mito do violador negro foi uma diferenciada invenção política (DAVIS, 2016, p. 133).

Dessa forma, o linchamento do povo negro foi a estratégia política de terror racista do pós-guerra que possibilitou ao capitalismo uma superexploração da classe trabalhadora negra pela via da violência. Essa prática não aconteceu sem o consentimento de parte da classe trabalhadora, os brancos, que não assumiram uma postura de solidariedade de classe, aderindo à ideologia racista.

A questão racial é ponto central para entender como as relações sociais e o mercado de trabalho no Brasil foram moldados. Theodoro (2008) defende que o racismo surge no Brasil

¹⁰ Apesar deste trabalho não ter centralidade na temática feminista, recupera alguns autores da área, pois estes também se atêm, em suas pesquisas e publicações de grande pertinência, às questões raciais.

associado à escravidão, se consolida após a abolição e se espalha no território nacional como estratégia de desenvolvimento nacional, permeando inclusive as políticas públicas.

Com o final do período de legalidade da escravidão, o Brasil manteve um constante desenvolvimento econômico, rompido, por vezes, pelos ciclos de crise do capital. Entretanto, foi concomitante a esse processo o crescimento das desigualdades sociais, apontada como uma das maiores do mundo. O Brasil não permitiu aos ex-escravizados condições de inserção social, e a ideia central não era a desumanização das relações, mas sim interesses econômicos na superexploração dessa mão de obra, fundamental para que a apropriação de sua força de trabalho favorecesse a acumulação capitalista. Um dos reflexos desse destrato é a falta de educação que essa população esteve submetida. Esse lugar de subordinação empurrou a população negra para espaços geográficos desvalorizados e os manteve na inferioridade de uma classe desprivilegiada e explorada, sem acesso às condições para exercício da cidadania.

Persiste nos dias atuais a dificuldade de reconhecer a questão racial como uma “questão”, pois, no planejamento ou na execução de políticas públicas muitas vezes não é ponderada. Se não existe o problema, a “questão”, não é preciso pensar em como superá-la. Mesmo presente historicamente no país, dada sua dinâmica interna, o enfrentamento ao racismo é uma realidade posta, e aos que possuem percepção crítica, fica a incumbência de serem precursores no campo de disputas. Um exemplo que ilustra essa afirmativa foi que, no último período eleitoral presidencial (2018), muitas pessoas negras fizeram campanha para um candidato, hoje presidente em exercício, que proferia frases racistas e desconsiderava a questão racial no país.

No primeiro capítulo da tese de doutorado de Ana Paula Procópio (2017) em Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro, a pesquisadora traz o título "O racismo como elemento estrutural do capitalismo", e situa a existência do racismo não como uma anomalia dentro do capitalismo, mas algo que faz parte dele, em especial tomando como referência as sociedades ocidentais modernas. Por ser também estruturante, o racismo mantém sua própria racionalidade e função dentro do sistema. A referida racionalidade pode ser observada nos processos de colonização, responsáveis por uma nova forma de poder. A autora destaca que todas as formas de exploração do trabalho e de controle da produção se organizaram em torno do capital. Como consequência, as concepções de raça, a partir desse processo estão associadas aos papéis desempenhados nesta estrutura de controle do trabalho. A partir dessas reflexões se faz necessária uma problematização do significado do racismo, pois essa investigação permite se aproximar de sua construção histórica.

A difusão de ideias sobre a raça foi utilizada como instrumento para expansão sobre povos considerados racialmente como inferiores. Já o racismo moderno possui um significado mais abrangente, com papel social, ideológico e político. Em busca da expansão do sistema capitalista, a utilização da raça negra foi uma estratégia bastante útil, sustentada, entre outros, de argumentos que se diziam “científicos”, além de forçar nações a mudar sua forma de economia. Sobre isso, Marx e Engels já afirmavam:

[...] devido ao rápido desenvolvimento dos instrumentos de produção e dos meios de comunicação, a burguesia arrasta na corrente da civilização até as nações mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e faz capitular os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de morte, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção. Numa palavra, modela o mundo à sua imagem" (MARX; ENGELS, 1981, p. 24).

No pensamento social brasileiro, a tese do branqueamento veio como estratégia para justificar o racismo e a legislação brasileira chegou a proibir a migração africana para o país, através da Constituição de 1891, assim como instituiu estratégias para financiar o aumento da migração da população europeia branca (PROCÓPIO, 2017).

A classificação social da população a partir da perspectiva de raça é um traço não superado da experiência colonial que persiste como um dos eixos fundamentais do padrão de poder ainda vigente no atual estágio de globalização. A colonialidade se expressa também através de formas de poder e tem como justificativa a superioridade biológica naturalizada pelos europeus no período colonial para fortalecer o capital em sua expansão mundial. “Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população” (QUIJANO, 2005, p. 117).

Para os explorados do capital e em geral para os dominados do padrão de poder, a modernidade gerou um horizonte de libertação das pessoas de toda relação, estrutura ou instituição vinculada com a dominação e exploração, mas também condições sociais para avançar em direção a esse horizonte. A modernidade é, assim, também uma questão de conflito de interesses sociais. Um deles é a contínua democratização da existência social das pessoas (QUIJANO, 2005, p. 125).

O trabalho é um meio de inserção social através do qual são construídas relações sociais que modificam a realidade onde se vive. Destarte, a venda da força de trabalho está permeada por imposições e determinações (FEIJÓ & ASSIS, 2004). O primeiro elemento que caracteriza o excluído é ser ele uma pessoa sem inserção no mundo do trabalho. No caso brasileiro, cita-se a figura do “flanelinha”, do morador de rua, dos desempregados das favelas, entre os quais estão um grande número de jovens. A realidade interna brasileira moldou o lugar

do negro no mercado de trabalho, com processos de separação e hierarquia, ou seja, há trabalhos que podem, historicamente, ser realizados por negros, assim como há trabalhos que não possuem legitimidade social para serem exercidos por negros. O capitalismo racializado é sustentado pelo Estado, o mesmo que promoveu uma ação contundente de migração para branqueamento da população. Esse mesmo Estado é que vai legislar, por exemplo, sobre as políticas públicas de inclusão social.

Além das dificuldades de inserção qualificada no mercado de trabalho, a população negra também enfrenta outros desafios para alcançar a garantia de seus direitos e a igualdade social. Alguns estudos apontam que réus negros, no Brasil, estão mais vulneráveis que réus brancos diante do sistema de justiça. É possível encontrar aprofundamentos a essa verificação percorrendo obras de estudiosos sobre o tema, como nos trabalhos de Adorno (1995), Costa Ribeiro (1999) e Ribeiro (2010). Esses autores defendem que existe um viés racista nas decisões judiciais.

Não apenas os dados estatísticos, mas também as pesquisas acadêmicas, trazem dados que apontam que jovens aos quais é aplicada uma medida socioeducativa, no Brasil, tem classe e raça. São predominantemente não-brancos e pobres. As leituras realizadas até o momento possuem como conclusão que o país ainda é marcado por características coloniais e não escapa às questões sociais impostas pelo capitalismo, dessa forma, jovens negros e de classe econômica desprivilegiada são mais afetados pelas características estruturais do sistema. Um trabalho interessante sobre esse tema é a pesquisa de mestrado de Oliveira (2017), que investigou os mecanismos sociais das decisões judiciais. Para o autor, algumas características dos adolescentes, como raça e inserção no mundo do trabalho influenciam na medida socioeducativa que será aplicada. Segundo o mesmo, a internação ou uma medida mais branda, está ligada a valores sociais carregados pelos operadores do direito:

É possível argumentar, ainda, que relações de poder inscritas na sociedade são reproduzidas nos momentos em que as decisões são tomadas, de modo que indivíduos do lado mais fraco dessa balança desigual recebem um tratamento diferenciado, estando mais propensos a receber medidas mais punitivas do que eventuais réus do outro lado (OLIVEIRA, 2017, p. 59).

O sistema de justiça é permeado por relações de poder históricas, e muito desconsidera o contexto social dos adolescentes que chegam até ele, assim como as violações sofridas por estes jovens ao longo de suas trajetórias. Sobre a atuação do sistema de justiça para jovens que cometeram ato infracional, na referida pesquisa, são destacados os percentuais de chance de

encaminhamento para uma internação, ou seja, uma medida socioeducativa mais severa, a partir de algumas categorias: os adolescentes que são usuários de drogas aumentam em 45% a probabilidade de internação em relação aos não-usuários, os adolescentes brancos diminuem em 69% sua possibilidade de internação em relação aos não-brancos; e adolescentes que nem estudam nem trabalham elevam em 66% a chance de uma medida socioeducativa internação em relação àqueles que só estudam.

Esses dados apontam para a existência de influência de aspectos estruturais na sentença recebida por um adolescente. Classe, raça e julgamentos morais (a partir do uso de drogas), são aparentemente características que agravam a medida aplicada. Infere-se, dessa forma, que existem relações de poder determinadas por uma estrutura maior, que são as relações sociais na sociedade capitalista, que extrapolam o campo econômico e se inserem nas relações sociais e jurídicas.

Ainda para reforçar a relação entre as categorias a que este trabalho acadêmico se debruça, destaca-se uma pesquisa do UNICEF, realizada em 2002, na qual foram entrevistados aproximadamente 5.200 jovens em diversos locais do território nacional. Quando questionados sobre a percepção do direito de ser respeitados pelos professores nas escolas, foi gritante a diferença entre jovens brancos e negros. Os brancos responderam bem mais que se sentem respeitados, confirmando que a característica racista se insere em todos os campos da vida, inclusive nos processos educacionais.

Saffioti (1976) defende que o discurso de liberdade presente no sistema capitalista não está disponível para todos os membros da sociedade, em especial para alguns membros de categorias consideradas subalternas, como por exemplo as pessoas negras. Dessa forma, o discurso de igualdade jurídica camufla as verdadeiras relações existentes entre as classes sociais.

Sobre o conceito de subalternidade, resgata-se o pensamento de Yasbek (1999, p. 95), pois a mesma define que “[...] a subalternidade é aqui entendida como resultante direta das relações de poder na sociedade e se expressa em diferentes circunstâncias e condições da vida social, além da exploração do trabalho. (ex.: a condição do idoso, de mulher, de negro, etc)”.

O tripé racismo, preconceito e discriminação não é alheio à realidade dos adolescentes inseridos em medidas socioeducativas no Brasil. É possível inferir que os jovens negros são percebidos socialmente através de uma construção histórica e política como sujeitos perigosos. Esse imaginário não é exclusivo do Brasil, mas herdado de características coloniais ainda

ressoantes e com difícil combate, uma vez que está no meio de disputas sociais de um sistema que se utiliza da subalternização para sua reprodução.

Permeadas por relações de poder entre as classes sociais e por características racistas, ao invés de cumprir seu papel ressocializador, as medidas socioeducativas também podem atuar sobre adolescentes acentuando a dificuldade de inserção de amplos segmentos de jovens na sociedade dos consumidores, no mercado de trabalho formal e no processo educacional qualificado.

A característica de classe social, aliada à raça, são agravantes para aplicação de medidas socioeducativas mais severas, e a situação do jovem negro ainda é mais fragilizada diante do sistema de justiça quando imerso de valores morais. Segundo Silva e Guerresi (2003), entre 1992 e 2013 o percentual de jovens brasileiros com idade entre 15 e 17 anos que frequentavam a escola elevou de 59,7% para 84,4%. Entre os anos de 2004 a 2013, o percentual de jovens dessa mesma faixa etária que estava frequentando o ensino médio subiu de 44,2% para 55,2%. Mesmo com elevação dos percentuais, ainda é gritante a quantidade de jovens fora das escolas.

Os dados da PNAD 2013 mostram que, no Brasil, os adolescentes que não estudam e só trabalham também são, na maior parte, negros (61,46%) e pobres (63,68%). Quanto aos adolescentes que tanto trabalham quanto estudam, observa-se o perfil de exclusão social despontar, pois a maioria é de negros (59,8%) e pobres (63,03%).

As afirmações teóricas aqui levantadas são reforçadas ainda por outros dados estatísticos, que são aqueles relacionados à violência e mortalidade. Segundo Phebo (2005), o número de mortes por armas de fogo vem aumentando desde 1982. Enquanto no referido ano a taxa de mortalidade por arma de fogo foi de 7,2, no ano de 2002, passou a ser de 21,8 mortes a cada 100.000 habitantes. Fazendo um recorte para a faixa etária juvenil, entre 15 e 19 anos, deste total de mortes em 2002, aproximadamente 39% foram vítimas de arma de fogo.

A vitimização de jovens pela violência contraria as expectativas de vida e tem sido apontada como um dos fatores responsáveis pelo déficit de jovens do sexo masculino no perfil demográfico nacional, hoje similar a "sociedades que estão em guerra" (SOARES, 2004, p.130).

Como referência para essa afirmação, resgata-se os dados relacionados às intervenções policiais em áreas geográficas de menor poder aquisitivo financeiro, em especial as favelas. Nestes ambientes, são utilizadas armas com maior poder de fogo, com maior capacidade de atingir um alvo à distância, que atravessam corpos com mais facilidade e com mais tiros por

segundo (RIVERA, 2005, p. 240). Analisando sob essa outra perspectiva, a partir desse estudo, percebe-se que o segmento jovem está extremamente exposto à violência e com respaldo em instituições formais para ações que tiram vidas, apontando sua fragilidade.

De acordo como Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2017 houve um crescimento de aproximadamente 25% de mortes, mais de 04 mil pessoas morreram em decorrência de intervenções policiais no Brasil, destas, 99% são homens, 76% são negros e 81% tem entre 12 e 29 anos. O mesmo anuário reconhece a hipertrofia de gastos com o sistema socioeducativo no país. Apesar da referência estatística da obra, critica-se a justificativa utilizada por seus autores para aumentos futuros do investimento em segurança pública, pois a obra utiliza a justificativa de que "o risco da morte prematura devido aos homicídios diminui o valor esperado da produção, do consumo e da poupança, o que pode ser monetarizado por meio de inferência estatística baseada em modelos econômicos", e avaliam o custo do bem-estar social (LIMA; BUENO, 2017, p. 77).

Quando se discute os atos infracionais, há que se considerar também o contexto em que se insere a reincidência na prática de atos infracionais. O art. 122, II do ECA, regulamenta que "a medida de internação só poderá ser aplicada quando[...] II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves". Assim, a reincidência torna-se expressão da forma como o adolescente se insere no mundo social e como passa a ser reconhecido pelo ambiente em que vive e pelo sistema de justiça.

A vulnerabilidade social aproxima o sujeito de um outro tipo de vulnerabilidade, a penal, ou seja, o jovem, pobre, muitas vezes negro, com baixa escolaridade, morador da periferia das grandes cidades, torna-se alvo do Sistema de Justiça. Ele corresponde ao estereótipo e, sem encontrar outras possibilidades de ressignificação de sua própria identidade, torna-se reincidente, passando a se utilizar da violência como forma de se impor e relacionar-se com o mundo social (TEJADAS, 2007, pp. 18-19).

Wacant (2013, p. 15) defende que o aumento do aparato institucional da segurança pública nos países pós-industriais a partir do final do século XX é, ao mesmo tempo, uma reação, um desvio e uma negação da insegurança social e mental com causas que podem ser observadas no mundo do trabalho, e resgata o pensamento Pierre Bourdieu, afirmando que este é capaz de atentar, através de sua abordagem simbolista "à capacidade que o Estado detém de traçar as demarcações sociais salientes e de produzir a realidade social por meio de seu trabalho de inculcação de categorias de classificação eficientes".

Não é possível analisar separadamente o papel instrumental da penalidade como um vetor de poder, em oposição à sua missão expressiva e sua capacidade integrativa, pois as

instituições penais “atuam, simultaneamente, para impor categorias controvertidas de hierarquias e controle, num plano, e para comunicar normas e moldar representações coletivas e subjetividades, em outro” (WACANT, 2013, p. 16). O autor destaca que a punição adotada pelo Estado “preenche três funções interrelacionadas, correspondendo, cada uma delas, grosso modo, a um ‘nível’ na nova estrutura de classes, dualizada pela desregulamentação econômica”. No nível mais baixo, cumpre a função de estocar fisicamente as frações excedentes da classe operária. O segundo nível seria de impor a disciplina do trabalho assalariado dessocializado entre os segmentos superiores e menos precarizados do proletariado e os segmentos em declínio e sem segurança. E em último nível a instituição penal cumpre o papel simbólico que reafirma a autoridade do Estado e das elites políticas, impondo uma fronteira entre os denominados cidadãos de bem e as categorias consideradas desviantes.

Assim, o proletariado fica regulamentado e pressionado não apenas pela legislação trabalhista e as medidas assistenciais, mas também pelo sistema penitenciário. Com isso a ideologia dominante do mercado se impõe através de suas relações extraeconômicas, servido unilateralmente a um projeto político que tem convergência com o projeto neoliberalista. Para alcance desse objetivo, três estratégias são lançadas: a primeira é a socialização, ou seja, agir no nível estrutural para inserção de todos os indivíduos. A segunda é a medicalização, procurando remédios, por exemplo, para o morador de rua usuário de drogas, tratando como uma patologia individual. A terceira estratégia é a penalização, invisibilizando os “problemas sociais”. Essas estratégias não caminham separadas e se complementam.

Como decorrência dessa vulnerabilidade, e da falta de capacidade de proteção da política socioeducativa, outros aspectos da vida dos adolescentes acabam sendo afetados, por exemplo, a questão educacional. A evasão escolar, ainda segundo Paiva (1996), tem sido uma preocupação constante e um grande desafio para a política educacional brasileira.

No Brasil, a situação de baixa escolaridade do adolescente em conflito com a Lei replica os dados da América do Norte: quase a totalidade dos adolescentes que estão cumprindo alguma medida socioeducativa abandonou os estudos muito cedo. [...] Por serem tachados de alunos problemáticos, colegas agressivos e outros estereótipos estigmatizantes, tais adolescentes evadem-se das escolas e preferem assumir a "identidade do bandido" (PEREIRA; MESTRINER, 1999, p. 38).

De acordo com esta citação, a evasão escolar acontece, entre outros, por causa da ineficácia dos métodos educacionais em sua totalidade, por fracassar em ensinar as habilidades necessárias, mas não somente, pois neste contexto deve ser ponderada também a exclusão social proveniente de discriminações de diversos atores que compõem o ambiente escolar.

Resgatamos o pensamento da autora Yannoulas (2013a), pesquisadora que se dedica, entre outros, a relacionar as categorias pobreza e educação, para a qual utiliza a sigla REP - Relação Educação Pobreza -, que toma emprestado para realizar estudos que envolvem as dinâmicas do processo de oferta da educação formal. Convergimos com o posicionamento de que o direito à educação enfrenta as tensões da lógica capitalista e é estruturada dentro dos conflitos e contradições, que sustenta privilégios. O direito à educação foi conquistado em meio a lutas políticas, portanto, sua oferta dentro do sistema socioeducativo não escapa a essas tensões.

Para Yannoulas e Duarte (2013b), a definição da pobreza é relativa ao momento histórico e às compreensões epistemológicas, mas que em um exercício de sistematização podem ser agrupadas em quatro concepções axiológicas diferentes, sendo elas: perspectiva técnica, perspectiva liberal, perspectiva moralista e perspectiva socialista, que é aqui adotada. Não será realizada aqui discussão sobre as outras três, mas no que concerne à perspectiva socialista, esta defende que a pobreza é resultado de uma dinâmica que não é individual, mas faz parte de uma estrutura, portanto, um problema social. A partir dessa concepção,

na lei geral da acumulação, Marx demonstra que o proletariado vai, a cada período, ser cada vez mais explorado e menos remunerado por seu trabalho. Tal fato faz com que proliferem, no seio da sociedade, camadas miseravelmente pagas, que vivem em situação de pobreza e miséria (MARX *apud* YANNOULAS; DUARTE, 2013b, p. 223).

A partir de uma análise que tem como ponto de partida a percepção trazida por esta última citação, a pobreza ganha outras dimensões com a revolução industrial, cujas causas estão relacionadas e são indissociáveis do modo de organização da produção capitalista, que necessita dessa camada para se reproduzir.

Além das categorias já apresentadas, é recorrente o uso da categoria cidadania quando se discute socioeducação. Um dos autores que mais se dedicou ao tema, Marshall (1967), defende uma teoria em que a cidadania incide na relação entre desenvolvimento da natureza da cidadania e do sistema de classes. O autor aponta o aparecimento da cidadania em termos de evolução histórica da sociedade capitalista e afirma que direitos não são negociáveis, assim como os cidadãos desiguais terão diferentes possibilidades de exercer seus direitos, mas não terão as mesmas capacidades. O cidadão ganha o status da condição de membro da sociedade, e que o possui goza de igualdade nos direitos e deveres. Os elementos da cidadania (direitos civis, políticos e sociais) só têm sentido em determinados contextos institucionais e só são

realizáveis sob condições materiais específicas, ou seja, mantêm relações diferentes com grupos sociais diferentes e uns com os outros.

Da prática da cidadania decorrem duas implicações. A primeira delas é sobre quem pode exercer a cidadania, possibilidade não raramente ligada a recursos sociais que dominam ou tem acesso. A segunda diz respeito às consequências do progresso dos direitos de cidadania, alargando a possibilidade de inclusão na categoria, mas com a interrogação de que atingir esse patamar de cidadão talvez não promova melhoria nas condições de vida. Barbalet (1989) afirma que Karl Marx foi o responsável pela crítica à cidadania moderna ao afirmar que esta é importante, mas a mera emancipação política em cidadania é inadequada, pois defende uma emancipação humana geral em que as pessoas sejam libertas da dominação, sendo a revolução social o caminho para essa cidadania, eliminando as desigualdades de condições sociais.

Para Marx (2010), não é suficiente falar em emancipação, mas é preciso definir de que emancipação se está se referindo. Ele defende que os direitos humanos reconhecidos são os direitos dos membros da sociedade burguesa a partir da emancipação política, dessa forma, a ampliação do direito humano à liberdade equivale ao direito humano de propriedade privada. A emancipação política, conseqüentemente, não constitui a emancipação humana, pois a primeira é limitada.

Historicamente, os poderes político e econômico estão diretamente relacionados e não raramente são manifestações diferentes do mesmo poder. Nesse contexto de poder, a cidadania assume papel importante, pois a luta para sua conquista é ao mesmo tempo a luta contra as desigualdades sociais.

Os dados apresentados de estatísticas oficiais apontam que os adolescentes encaminhados para medidas socioeducativas possuem a característica de serem predominantemente não-brancos. Consideramos que essa configuração não é aleatória, mas decorrente do sistema capitalista que produz e reproduz a questão social.

A segregação étnica constitui por si só problema relevante, trazendo consigo conseqüências, como o desemprego, a falta de alimento, de acesso a serviços de saúde, de moradia adequada, de recursos que possibilitem desempenhar bem papéis na comunidade (FEIJÓ & ASSIS, 2004, p. 158).

O conceito de questão social utilizado nesta pesquisa tem como referência Castel (1998, p. 30), que a define “como uma aporia fundamental a partir da qual uma sociedade se interroga sobre sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. Ela é um desafio que interroga, que põe em questão a capacidade de uma sociedade (que em termos políticos se chama nação) existir

como um todo”. Além do referido autor, ressalta-se aqui o delineamento de Raichelis (2006, p. 17), e, segundo esta, “a questão social, tal como a entendemos, é a expressão das desigualdades sociais produzidas e reproduzidas na dinâmica contraditória das relações sociais, e, na particularidade atual, a partir das configurações assumidas pelo trabalho e pelo Estado, no atual estágio mundializado do capitalismo contemporâneo”.

Octávio Ianni (1992) destaca que a questão social é antiga, e já existia, por exemplo, durante o período escravista. Ele define questão social como antagonismos sociais, no qual o trabalho é elemento central. No caso do período escravista, dado o modelo de organização sociopolítica, não era possível que emergissem apelos para a negociação entre diferentes grupos societários. A partir do pós-abolição, e em todos os modelos de república adotados posteriormente na história brasileira, a questão social foi inserida na agenda política e passou a ser debatida e questionada em suas diversas manifestações, entre as quais nas disparidades econômicas, sociais e raciais. O autor destaca que:

as contradições presentes na reforma agrária, as migrações internas, o problema indígena, o movimento negro, a liberdade sindical, o protesto popular, o saque ou a expropriação, a ocupação de habitações, a legalidade ou ilegalidade dos movimentos sociais, as revoltas populares e outros temas da realidade nacional, essas controvérsias sempre suscitam aspectos mais ou menos urgentes da questão (IANNI, 1992, p. 88).

Apesar de, em um primeiro momento, as tentativas de negociação resultarem em práticas repressivas e violentas, o reconhecimento da questão social ganhou espaço para negociação de forma gradativa e precisou ser incorporado pelo poder público, dado o enfrentamento social que tencionava alguns *status* socialmente e historicamente construídos. A transição para uma questão política não foi linear nem aconteceu sem avanços e retrocessos, além de que a violência no interior de seu enfrentamento nunca deixou de existir. O autor destaca que muitos são os termos utilizados para falar da questão social, assim como as distintas explicações, dadas diversas influências de correntes teóricas que versam sobre o mesmo assunto: "desemprego, subemprego, marginalidade, periferia, pobreza miséria, menor abandonado, mortalidade infantil, desamparo, ignorância, analfabetismo, agitação, baderna, violência, caos, subversão" (IANNI, 1992, p. 94).

A juventude é um dos segmentos mais afetados pelo recrudescimento da questão social. Essa mesma juventude vulnerabilizada apresenta demandas de atuação do Estado através de políticas públicas que sejam formuladas considerando suas necessidades e que atuem antes de

se inserirem em situação de total fragilidade já existente quando se envolvem em um ato infracional:

Nesse contexto, aquele jovem que porta uma arma para praticar um assalto e torna-se visível nas manchetes dos jornais, antes de adquirir notoriedade, foi invisível para vários segmentos, quiçá para sua própria família, seus vizinhos, sua escola, seu posto de saúde. Ele estava lá, ele existia, mas talvez estivesse sob o manto da invisibilidade, inalcançável pelas políticas, e passou despercebido (TEJADAS, 2007, p. 14).

A contradição social é decorrente da relação capital e trabalho e Tonet (2015) destaca que as políticas sociais são instrumentos do Estado para enfrentar a questão social. Essas políticas vão ganhando novas configurações, a depender da correlação de força entre as classes sociais, e, ao se impregnarem do neoconservadorismo e do neoliberalismo, renegam a democracia e aprofundam as desigualdades sociais.

A individualização das explicações sobre as manifestações da questão social ainda está presentes nos discursos veiculados no Brasil, com naturalização dos diferentes papéis sociais e apelo à meritocracia, sem, no entanto, buscar compreender a trama de relações que estão implícitas nas desigualdades sociais.

mas cabe lembrar que a economia e a sociedade, a produção e as condições de produção, o capital e o trabalho, a mercadoria e o lucro, o pauperismo e a propriedade privada capitalista reproduzem-se reciprocamente. O pauperismo não se reproduz do nada, mas da pauperização (IANNI, 1992, p. 99).

Análises mais aprofundadas apontam que a pauperização relativa é responsável pela sustentação do progresso econômico, além de estar entranhada nos na estrutura dos processos de dominação política. Ianni (1992) destaca ainda que, dentre as vertentes que naturalizam a questão social, uma delas tende a transformar a manifestação da questão social em problemas de violência e caos. Mas por que destacar essa corrente? Essa apelação é utilizada para se referir aos adolescentes que são encaminhados para o sistema socioeducativo, construindo o discurso socialmente aceito de que são pessoas violentas que escolheram o mundo do crime por falta de valores morais, portanto, devem ser severamente punidos, não devendo o Estado lhes tratar de forma diferenciada de uma pessoa em plenas capacidades civis e penais. A partir desta defesa, a solução estaria nas medidas de repressão e violência:

quando criminaliza "o outro", isto é, um amplo segmento da sociedade civil, defende-se, mais uma vez, a ordem social estabelecida. Assim, as desigualdades sociais podem ser apresentadas como manifestações inequívocas de "fatalidades", "carências", "heranças", quando não "responsabilidade" daqueles que dependem de medidas de assistência, previdência, segurança ou repressão (IANNI, 1992, p. 101).

O período de redemocratização brasileira teve como marco inicial o fim da ditadura militar e possui como uma de suas características os crescentes quantitativos de ações estatais no interior das políticas públicas, entre os quais, segundo Fachini (2018), estiveram presentes o enfrentamento das desigualdades. Apesar de essas políticas tentarem diminuir a desigualdade e a exclusão, não emergiram sem resistência das classes conservadoras. Os desmontes neoliberais e ultraconservadores afetam negativamente a vida de uma grande parcela da população que necessita dessas políticas.

De acordo com a professora Potyara Pereira (2019), a política é a ação (ou ainda omissão) do Estado diante das demandas e das necessidades de uma sociedade. Apesar dessa ação acontecer em uma arena de conflitos de interesses, de acordo com as prioridades de determinadas classes sociais e suas correlações de força, ela também permite a busca pela ampliação da cidadania.

Barbalet (1989) afirma que a política social tem como aspecto positivo a satisfação de algumas demandas sociais, mas ao mesmo tempo a legislação social também atende aos interesses do governo, salvaguarda a ordem política e econômica estabelecida, assim como enfraquece agitações capazes de provocar transformações substanciais.

Segundo Wacant (2013), nos países ditos de primeiro mundo, a partir da década de 1990 houve um aprofundamento da relação entre a ideologia neoliberalista e suas práticas de livre mercado, com o apelo à responsabilização individual. Além disso, nesse recorte temporal que ele destaca, houve também grande desenvolvimento de políticas punitivistas cujo foco eram as pequenas ocorrências de crimes cometidos nas ruas e cometidas por indivíduos que se situam à margem da lógica do capital financeiro e da inserção no assalariamento precário. O autor cita como característica dessas políticas punitivas seu discurso alarmista, voltado para a insegurança, espalhando o medo de forma exaustiva pelas mídias comerciais e pelos partidos políticos.

Diante dessa lógica, os sujeitos são autorresponsabilizados e devem superar as inseguranças sociais, não sendo mais cidadãos, e sim consumidores. Tonet (2015) defende que neste cenário o papel das políticas sociais também se modifica, pois deixa de ter foco nas necessidades sociais para mitigar riscos a que os sujeitos estão passíveis, uma vez que, mesmo sendo resultados das lutas dos trabalhadores, são medidas desenvolvidas pelo Estado, dessa forma, possuem caráter contraditório e, a depender das forças políticas, estarão mais voltadas para a reprodução da força de trabalho ou dos interesses dos trabalhadores.

As ponderações apresentadas na análise das categorias deste tópico apontam que não houve mudanças profundas recentes com relação à criminalidade, e sim uma mudança do olhar societário sobre ela. Os segmentos mais vulnerabilizados da sociedade são também personificados como a representação da insegurança social, como acontece com a população negra. No entanto, o verdadeiro motivo dessa vulnerabilidade não é discutido, ou seja, a erosão do trabalho assalariado, a decomposição da solidariedade de classe e da cultura. Dessa forma, acontecem simultaneamente a retração do aspecto social do Estado, a ampliação do aparato penal e a precarização das condições de trabalho.

3.2 EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

Apesar do CAJE – Centro de Atendimento Juvenil Especializado – ser a nomenclatura mais conhecida popularmente no Distrito Federal quando o assunto é a internação de adolescentes por cometimento de ato infracional, ele não foi a primeira instituição distrital criada com a finalidade de realizar um trabalho com adolescentes que se inserem nesse contexto.

Aguiar (2006) resgata que no ano de 1973 a Fundação do Serviço Social – FSS/DF começou sua organização para implementar a política de assistência ao “menor”, que até este momento era de responsabilidade do Juizado de Menores. Essa mobilização resultou em um projeto enviado à FUNABEM, à qual se solicitava cooperação financeira. Entre 1979 e 1980 existiu a unidade de internação CIAMF (Centro Integrado de Atendimento ao Menor e à Família), substituída pela CETRAM, que funcionou até 1983, quando a FSS/DF dividiu a política de atenção ao “menor” em três instituições: CETRO (Centro de Triagem e Observação de Menores), COMEIA (Comunidade de Educação, Integração e Apoio de Menores e Família) e COTEME (Comunidade de Terapia e Educação de Menores). Essa configuração sofre novas mudanças em 1990, quando a COMEIA foi desativada e as ações foram todas transferidas para o CETRO, que recebeu nova nomenclatura: CERE (Centro de Reclusão de Adolescente Infrator).

O ECA foi lançado no ano de 1990, e como resposta institucional ao que o novo Estatuto demandava para as medidas socioeducativas, a internação provisória e a internação estrita

ficaram sob a responsabilidade do CERRE, já existente à época, e balizados por um documento que instituiu o chamado SASE (Sistema de Atendimento Sócio-Educativo).

Em seguida foi instituído, no Distrito Federal, o CAJE, cuja criação e estrutura foi delimitada pela Lei nº 663, do ano de 1994, alojado em um prédio antigo, com algumas instalações construídas no ano de 1976, quando ainda funcionava no local o Centro de Observação de Menores. O CAJE foi muito veiculado na mídia local por ter sido palco de muitas rebeliões, fugas e mortes de socioeducandos e servidores. Nesse constante tensionamento institucional os cargos de maior poder foram gradativamente sendo ocupados por policiais, estratégia que se mostrou ineficiente, alcançando proporções que inviabilizaram a continuidade de seu funcionamento, e conseqüentemente, a unidade foi desativada e demolida.

Foi apontado o CAJE como o maior problema do sistema socioeducativo do Distrito Federal, em especial por sua superlotação (319 adolescentes), o que impossibilitava um atendimento individualizado. É destinado ao recebimento de adolescentes para o pernoite, internação provisória e internação definitiva, sendo que, nas duas primeiras hipóteses, não eram incluídos em atividades escolares. Para comportar mais adolescentes, percebeu-se que sua estrutura prisional foi aumentada com a criação de anexos disfuncionais e sem integração. Havia deficiência no oferecimento de atividades profissionalizantes por ausência de materiais. A acomodação inadequada de adolescentes em seus alojamentos pela superação de sua capacidade fazia com que alguns tivessem que dormir no banheiro, onde também, por vezes, eram guardados os alimentos e objetos de uso pessoal levados por familiares. Além disso, anotou-se que os alojamentos eram úmidos, escuros e havia formigas, mosquitos e baratas. Os adolescentes permaneciam a maior parte do tempo ociosos e tinham uma hora de banho de sol diária. Não havia refeitórios e as refeições eram realizadas nos próprios alojamentos. Não havia separação por idade, compleição física ou gravidade do ato infracional (CNJ, 2015).

Considerando sua forma de organização interna, alguns autores classificam o CAJE, a partir de um paralelo às análises de Goffman (GOFFMAN *apud* AGRUIAR, 2006, p. 51) como tendo sido uma instituição total, dentre suas características, as quais cita-se: “a) Todos os aspectos da vida dos internados são realizados na instituição e sob uma determinada autoridade; b) As várias atividades são reunidas em um plano racional único, supostamente planejadas para atender aos objetivos da instituição”. Instituição total, na perspectiva utilizada por Aguiar (2006), é de uma instituição fechada, em que a vida é regulada e as necessidades supridas em ambiente interno que busca a padronização de comportamentos através da disciplina, que quando não obedecida, levará a sanções.

A criação de órgãos, disponibilização de recursos humanos e financeiros para as medidas socioeducativas no Distrito Federal é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania, mais especificamente da Subsecretaria do Sistema Socioeducativo,

configuração organizacional vigente desde janeiro de 2019, com a nova gestão que extinguiu a Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude, até então responsável pela pasta. O Distrito Federal conta com uma vara judicial exclusiva para a área socioeducativa, a VEMSE – Vara de Execução de Medidas Socioeducativas, que é responsável ainda, além de determinar o cumprimento de medida socioeducativa, por fiscalizar os órgãos que ofertam as MSE.

Os cargos existentes no Distrito Federal para atuarem na política socioeducativa estão definidos na Lei Distrital nº 5.351, de 04 de junho de 2014, que dispõe sobre a criação da carreira Socioeducativa. Sendo esta lei bastante resumida, outras regulamentações foram inseridas pela Portaria Conjunta SEGAD/SECRIANÇA nº 10, de 02 de julho de 2015. Resgata-se que a instituição do SINASE ocorreu apenas em 2012. Antes dessa configuração os servidores que atuavam nessa área eram cedidos da carreira da Assistência Social.

Existem cargos de nível médio e técnico, mas destacamos aqui os cargos de nível superior, pois são estes que atuam, em sua maioria, diretamente com os socioeducandos. Os cargos de maior contato com os adolescentes são os de Agente Socioeducativo e de Especialista Socioeducativo, que no Distrito Federal são das seguintes áreas de formação: Administração; Artes Cênicas; Artes Música; Artes Plásticas; Comunicação Social – Jornalismo; Contabilidade; Direito e Legislação; Educação Física; Estatística; Pedagogia; Psicologia; Serviço Social; Sociologia.

Apesar deste rol de profissões estar prevista na legislação, as especialidades presentes em todas as unidades de internação estrita no Distrito Federal são apenas Pedagogia, Serviço Social e Psicologia. A Portaria Conjunta SEGAD/SECRIANCA nº 10 define como atribuições para estas especialidades as descritas no Quadro 01.

QUADRO 01 - ATRIBUIÇÕES DOS ESPECIALISTAS SOCIOEDUCATIVOS (PEDAGOGOS, PSICÓLOGOS E ASSISTENTES SOCIAIS) NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DF

	Planejar, coordenar e executar processos de diagnóstico pedagógico identificando interesses, aptidões e habilidades dos jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; elaborar e acompanhar a execução de planos de ações socioeducativas complementares; planejar, coordenar, supervisionar e assessorar a execução de programas pedagógicos no âmbito do órgão; executar pesquisas e propor metodologia de atendimento pedagógico aos socioeducandos; promover articulação com órgãos públicos e privados, tendo em vista a execução de programas integrados; planejar, coordenar e participar de encontros, seminários, treinamentos, simpósios e
--	---

PEDAGOGIA	<p> cursos; fornecer informações para subsidiar o planejamento, acompanhamento e execução físico-orçamentário das ações do órgão; participar de análise, estudo, organização, elaboração e implantação de projetos educacionais relacionados às áreas de esporte, cultura, lazer, iniciação profissional e escolarização ou em outras áreas cujos reflexos nela venham incidir; participar e coordenar reuniões intra e inter-profissionais com equipes de trabalho das unidades, estabelecendo indicadores de efetividade da programação-fim e da atividade-meio; participar da elaboração do plano de ação, assegurando a unidade da programação-fim; participar de estudos de caso, visitas técnicas, comissões de avaliações disciplinares, audiências e demais reuniões no âmbito escolar, de iniciação profissional e comunitário ou em outras áreas cujos reflexos nela venham incidir; elaborar parecer técnico pedagógico; realizar atendimentos pedagógicos individuais, grupais e familiares; articular parcerias com organizações governamentais e não governamentais, com rede de ensino, empresas e órgãos públicos; encaminhar jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas para a rede interna e externa nas demandas relacionadas às temáticas escolares, iniciação profissionalizante e de esporte, cultura e lazer; realizar acompanhamento e avaliação técnica pedagógica do desempenho do socioeducando; elaborar e apresentar relatórios periódicos; fornecer dados estatísticos de suas atividades; emitir parecer técnico sobre assuntos de sua competência; observar normas de higiene e segurança do trabalho; zelar pela guarda, conservação e manutenção de materiais e equipamentos; realizar outros trabalhos referentes à especialidade ou característica da unidade de lotação; prestar assessoramento técnico em assuntos específicos de Pedagogia.</p>
PSICOLOGIA	<p> Realizar atendimento psicológico dirigido aos jovens e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, aos seus familiares e/ou responsáveis de forma individual e grupal; realizar atendimento psicológico aos servidores do órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas; elaborar planos operativos, pareceres psicológicos, laudos, relatórios, diagnósticos e encaminhamentos; intervir em situações específicas no cumprimento da medida socioeducativa intra ou extra unidade voltadas diretamente à execução da medida; elaborar encaminhamento à rede de apoio ao sistema de garantia de direitos e/ou à comunidade; direcionar as intervenções e atendimentos interdisciplinares; participar do planejamento das atividades do órgão; planejar, elaborar e executar treinamentos, palestras, esclarecimentos, seminários, cursos e afins para servidores, socioeducandos, família, equipe interdisciplinar, instituições parceiras e comunidade em geral; planejar e executar atividades socioeducativas e psicoterapêuticas individuais e grupais; participar e promover reuniões e atividades internas e externas para estudos de caso; colaborar na elaboração de instrumentais de acompanhamento, avaliação e pesquisa; fornecer informações para subsidiar o planejamento, acompanhamento e execução físico-orçamentário das ações do órgão; realizar estudos a fim de subsidiar o planejamento e as modalidades de intervenção junto ao socioeducando; participar das discussões relativas aos aspectos legais, políticos, culturais e técnicos do sistema socioeducativo; colaborar, elaborar, coordenar e executar atividades relacionadas à área de Gestão de Pessoas, no âmbito de sua competência; elaborar e apresentar relatórios periódicos; fornecer dados estatísticos de suas atividades; emitir parecer técnico sobre assuntos de sua competência; observar normas de higiene e segurança do trabalho; zelar pela guarda, conservação e manutenção de materiais e equipamentos; realizar outros trabalhos referentes à</p>

	especialidade ou característica da unidade de lotação; prestar assessoramento técnico em assuntos específicos de Psicologia.
SERVIÇO SOCIAL	Participar da definição da metodologia de trabalho para garantir a participação do socioeducando em todos os níveis de ação institucional, acompanhando e avaliando a programação da unidade para realimentação dos planos operativos; participar do planejamento de atividades elaborando as diretrizes operacionais e o plano operativo, compatibilizando os recursos institucionais com as expectativas e necessidades da comunidade socioeducativa; participar, em conjunto com outras unidades, da elaboração de projeto de captação de recursos externos; participar, em conjunto com outros profissionais, de estudos, levantamentos, amostragens e elaboração de relatórios para órgãos externos e internos; propor articulação dos organismos públicos e privados para racionalização e otimização de recursos; orientar a comunidade do sistema socioeducativo sobre direitos e deveres, normas, códigos e legislação; encaminhar os socioeducandos e famílias para acesso a direitos instituídos; participar da elaboração de instrumentos de coleta de dados para subsidiar a avaliação social, sua aplicação e organização; realizar atendimento, triagem, avaliação social e acompanhamento do socioeducando; manter articulação sistemática com os sistemas e políticas integrantes do Sistema de Garantia de Direitos em consonância com o disposto no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE; estudar, propor e estabelecer indicadores de efetividade e de racionalização das atividades propostas; criar, implantar e manter sistema de acompanhamento e controle das ações estabelecidas; fornecer informações para subsidiar o planejamento, acompanhamento e execução físico-orçamentário das ações do órgão; elaborar e executar projetos de pesquisas e levantamentos na área social para subsidiar a avaliação e a execução da programação-fim; elaborar e apresentar relatórios periódicos; fornecer dados estatísticos de suas atividades; emitir parecer técnico sobre assuntos de sua competência; observar normas de higiene e segurança do trabalho; zelar pela guarda, conservação e manutenção de materiais e equipamentos; realizar outros trabalhos referentes à especialidade ou característica da unidade de lotação; prestar assessoramento técnico em assuntos específicos de Serviço Social.

Fonte: Portaria Conjunta SEGAD/SECRIANÇA nº 10, de 02 de julho de 2015.

O conjunto de atribuições apresentado no quadro anterior resgata uma série de competências adquiridas no processo de formação de cada profissão e não se limitam ao acompanhamento direto de adolescentes nas diversas medidas socioeducativas, mas também contemplam outras atribuições como assessoramento técnico, participação em estudos sobre a área, avaliação de programas socioeducativos e elaboração de projetos de pesquisa que subsidiem a avaliação das medidas socioeducativas.

QUADRO 02 - CARGOS DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DO DF EM 2021

Carreira	Cargo	Cargos vagos	Cargos ocupados	Total de cargos
----------	-------	--------------	-----------------	-----------------

Socioeducativa	Especialista socioeducativo	331	369	700
Socioeducativa	Agente socioeducativo	996	1504	2500
Socioeducativa	Técnico socioeducativo	513	287	800

Fonte: <http://www.sejus.df.gov.br/quantitativos-de-cargos-da-carreira/>. Acesso em 05/04/2021

De acordo com o Portal da Transparência do Distrito Federal, a referência de cargos efetivos da carreira socioeducativa, com atualização de março de 2021, cuja fonte é o SIGRH – Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos –, o quantitativo de servidores necessário para o desenvolvimento das atividades está muito abaixo do que é permitido por lei, conforme aponta o Quadro 02.

A definição do local de cumprimento da MSE observará a disponibilidade de internação o mais perto possível da residência de seus responsáveis e terão direito receber visitas no mínimo uma vez por semana. Deverão ainda ter acesso aos itens de higiene pessoal e condições adequadas de salubridade, local seguro para guarda de pertences e documentos pessoais. Com relação às unidades de execução de medida socioeducativa, sete delas estão atualmente em funcionamento, todas diretamente administradas pelo Governo do Distrito Federal, sendo elas:

- Unidade de Internação de Planaltina (UIP)
- Unidade de Internação do Recanto das Emas (UNIRE)
- Unidade de Internação de Santa Maria (UISM)
- Unidade de Internação São Sebastião (UISS)
- Unidade de Internação de Brazlândia (UIBRA)
- Unidade de Internação Provisória de São Sebastião (UIPSS)
- Unidade de Internação de Saída Sistemática (UNISS)

Destas unidades, cinco são destinadas à internação de adolescentes do sexo masculino, e apenas uma (UISM) ao sexo feminino. A UNIRE possui um perfil particular, pois todos os adolescentes que recebe já são maiores de 18 anos, no entanto, cometeram o ato infracional quando ainda eram adolescentes, e podem permanecer na unidade até 21 anos, quando são liberados compulsoriamente.

O Distrito Federal possui uma unidade com características peculiares, que recebe adolescentes de todas as outras unidades de internação estrita, que é a Unidade de Internação

de Saída Sistemática (UNISS), responsável pelo acompanhamento final dos adolescentes e jovens quando estes estão próximos do fim da medida privativa de liberdade. A UNISS foi inaugurada em 2013 e os socioeducandos são inseridos em uma dinâmica que gradativamente vai possibilitando convivência extramuros através de saídas quinzenais e semanais, com autorização judicial. Esses jovens são responsáveis pelo retorno à UNISS após alguns dias no ambiente familiar proporcionado pelas saídas programadas, quando demonstram através da vinculação à medida socioeducativa a sua percepção sobre seu processo de responsabilização.

No ano de 2013 a Secretaria de Educação do Distrito Federal publicou a Portaria nº 257/2013, na qual está prevista que os profissionais que atuam na política pública de escolarização nos Núcleos de Ensino das Unidades de Internação Socioeducativa e de Internação Cautelar das unidades de internação deverão obrigatoriamente participar de formação continuada anual por meio da oferta de cursos e capacitações da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE).

Neste mesmo ano de 2013, para cumprimento de obrigação prevista pelo SINASE, o governo do DF publica o documento intitulado *Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal - Internação*, que baliza as práticas pedagógicas das unidades de internação. Esse documento é parâmetro para a construção de regimentos internos, normas disciplinares, planos individuais de atendimento e traz ainda outras importantes orientações, como a articulação da rede de proteção com as medidas socioeducativas de internação no DF: "As políticas sociais básicas, as políticas de caráter universal, os serviços de assistência social e de proteção devem, portanto, estar articulados aos programas de execução das medidas socioeducativas, visando assegurar aos adolescentes a proteção integral" (GDF, 2013, p. 81).

As unidades de internação são regidas ainda pelo *Regulamento Disciplinar das Unidades de Internação do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal*. Sobre este documento, que normatiza a apuração de conduta disciplinar nas unidades de internação, prevê suas respectivas punições e formas de apuração e defesa, destacamos dois itens referentes ao direito à comunicação. O item 8.1, que trata das infrações de natureza leve, prevê que será punido o jovem que "Comunicar-se com outros socioeducandos e/ou transeuntes [...] em horários de descanso". O item 8.2, que trata das infrações disciplinares de natureza média, define como uma destas "Comunicar-se nos deslocamentos externos e em outras ocasiões excepcionais com outros socioeducandos ou entregar-lhes quaisquer objetos sem autorização", ou seja, um socioeducando não pode iniciar diálogo, independente do conteúdo da mensagem, com outro

jovem, sem autorização prévia, pois ficará sujeito a medida disciplinar que implica no impedimento de participar de atividades “não essenciais” ao cumprimento da medida socioeducativa por até dez dias.

4. COMUNICAÇÃO PÚBLICA: UMA REFERÊNCIA PARA ANALIZAR PROCESSOS COMUNICATIVOS

“Comunicar é comunicar-se em torno do significado significante. [...] Na comunicação, não há sujeitos passivos. Os sujeitos co-intencionados ao objeto de seu pensar se comunicam com seu conteúdo” (Freire, 1977, p. 67).

Este estudo sobre os processos comunicativos no espaço socioeducativo de internação emerge no contexto de hegemonia do neoliberalismo, que tem propiciado o recrudescimento da Questão Social, perdas de direitos, redução das políticas sociais e outros desdobramentos negativos para a construção de uma sociedade democrática. A reflexão sobre o direito à comunicação – base da Comunicação Pública – na medida socioeducativa de internação se faz importante para que se aprofunde a partir dos processos comunicativos que são cotidianos, o impacto do neoliberalismo na execução dessa política social que tem por orientação a doutrina da proteção integral, conforme preconiza o ECA.

Como requisito introdutório para analisar os processos comunicativos que ocorrem nas medidas socioeducativas de internação, são levantadas neste capítulo algumas conceituações, apresentação teórica do que é comunicação, as especificidades da Comunicação Pública, suas possibilidades de aplicação e elementos que lhe são essenciais.

4.1 COMUNICAÇÃO PÚBLICA: CONDIÇÕES NECESSÁRIAS E FUNÇÕES CLÁSSICAS

Vera França e Paula Simões (FRANÇA; SIMÕES, 2016) iniciam seu livro *Curso básico de teorias da comunicação* com uma indagação importante. Segundo as autoras, aproximar-se de um estudo sobre comunicação – que é um fato concreto e que permeia todas as nossas vivências sociais – inicia-se com o questionamento do que é seu objeto, ou seja: o que é comunicação? Além das ações cotidianas de comunicação nos círculos familiares e sociais, a comunicação se insere também no contexto institucional, com características tecnicizadas e dentro de dinâmicas profissionais.

Essa comunicação - dimensão sensível, concreta, material da realidade social - suscita dois tipos de conhecimento. O primeiro deles poderíamos chamar de conhecimento prático ou operacional. A comunicação é do domínio do fazer: é ação humana, intervenção especializada dos indivíduos no mundo. Enquanto fazer, supõe e aciona

um saber-fazer: o trabalho com a comunicação supõe o domínio de técnicas e operações; a familiaridade com suas linguagens, o desenvolvimento de certas atitudes, como a criatividade, o senso crítico, a capacidade de organização e de síntese (FRANÇA; SIMÕES, 2016, p. 20).

As autoras defendem que a comunicação não é uma mera ação humana que se delimita pelo domínio do fazer, mas requer também um saber-fazer, ou seja, são necessárias outras capacidades para a utilização da comunicação, como, por exemplo, o domínio de linguagens, a prévia existência de senso crítico e a capacidade de organizar o pensamento para transmitir uma mensagem.

Além dos conhecimentos relacionados na última citação direta, existe ainda o campo do conhecimento sobre como ocorrem as práticas comunicativas, suas interações, suas práticas sociais, seus sentidos e outras reflexões acadêmicas sobre como a sociedade domina o fenômeno comunicativo. Esse campo é o da Teoria da Comunicação¹¹:

entendemos que o objeto de estudo da comunicação é exatamente a comunicação: uma concepção, uma forma de ver, perceber e enquadrar uma ação qualquer enfocando e resgatando sua dimensão comunicacional. Trata-se de um modelo através do qual podemos ler um dado fenômeno, por exemplo, um programa televisivo, um comício, uma conversa, enquanto prática comunicativa, troca simbólica que envolve vários elementos (FRANÇA; SIMÕES, 2016, p. 27).

Dessa forma, o campo de estudo da Comunicação se constitui em um caminho para conhecer fenômenos sociais através da análise comunicativa de múltiplos objetos e seus processos comunicativos, as estratégias de produção, divulgação de informações, entre outros, inseridos em determinados contextos e com diferentes elementos:

O processo comunicativo compreende vários elementos: os interlocutores (a presença correferenciada de um e do outro); uma materialidade simbólica (a produção discursiva); a situação discursiva (o contexto imediato; sua inserção numa estrutura sócio-histórica particular). A relação que se estabelece entre esses elementos é móvel e diversificada. O objetivo da análise comunicativa é justamente captar o desenho dessas relações; o posicionamento dos sujeitos interlocutores; a criação das formas simbólicas; a dinâmica de produção de sentidos. O que, sem dúvida, é contribuição ímpar para o conhecimento de nossa realidade contemporânea (FRANÇA; SIMÕES, 2016, p.28).

¹¹O termo Teoria da Comunicação também é utilizado no plural por alguns autores para destacar as tensões existentes na construção deste campo do conhecimento. Citar a existência da Teoria da Comunicação permite resgatar que diferentes correntes construíram historicamente sua análise, inserindo gradativamente elementos e reflexões ao seu objeto, no entanto, este trabalho não pretende discorrer sobre as Teorias da Comunicação, se limita a levantar concepções sobre o conceito de comunicação, seus elementos básicos e dinâmicas em que a comunicação está inserida, para no próximo capítulo poder analisar as falas dos entrevistados e compreender os processos comunicativos no contexto da medida socioeducativa de internação no Distrito Federal.

O livro de Vera França e Paula Simões apresenta algumas tensões internas ao campo de conhecimento da comunicação. É interessante destacar que, levantadas as ponderações pertinentes, dentro desse contexto de diferentes contribuições teóricas, a ciência é histórica e social, um produto dos seres humanos e das condições materiais e concretas de que dispõem para atender às suas necessidades.

Cumpra ainda lembrar a dimensão de poder que permeia as práticas comunicativas, a função que elas desempenham no seio das relações políticas, econômicas e sociais. O que significa dizer: o conhecimento da comunicação não está isento do revestimento ideológico e de condicionamentos de toda ordem (FRANÇA; SIMÕES, 2016, p. 31).

França e Simões (2016) resgatam que os estudos voltados diretamente para o fazer comunicativo e os meios de comunicação emergem com as necessidades das sociedades ocidentais do século XX, em um contexto de transformações globais, crescente urbanização, aprofundamento dos padrões de consumo, expansão capitalista industrial e polarização entre capitalismo e comunismo. Assim, essas sociedades perceberam que se aprofundando no campo da comunicação poderiam utilizá-la de maneira mais qualificada em suas dinâmicas e na busca por seus objetivos.

Um nome recorrente para quem estuda sobre a Alemanha Nazista, Joseph Goebbels¹², que foi ministro da propaganda nazista, utilizou-se da comunicação durante a segunda guerra mundial e de seu grande potencial para fortalecer as ações político-ideológicas do regime, utilizando os instrumentos disponíveis para atingir massivamente a população com a propaganda, utilizada como instrumento de controle e de manipulação.

O contexto da segunda guerra mundial foi um período em que não apenas a Alemanha, mas também outros países, a exemplo dos Estados Unidos, perceberam a importância da comunicação e se dedicaram a estudar, adaptar, testar e aperfeiçoá-la para fins políticos, ideológicos e econômicos (FRANÇA; SIMÕES, 2016).

Em meados do século XX, já no contexto de Guerra Fria, a América Latina também inicia um aprofundamento na pesquisa sobre comunicação, mais especificamente no Equador, com a criação do Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina, o CIESPAL, que ofereceu cursos de formação, desenvolveu projetos de pesquisa e

¹² O nome do ministro Joseph Goebbels retornou à mídia brasileira em janeiro de 2020, em um discurso do então Secretário de cultura, Roberto Alvim, que fez um pronunciamento oficial que copiava um discurso do ministro nazista. A ação teve grande e rápida repercussão, em especial nas redes sociais, foi prontamente criticada e o pronunciante foi afastado do cargo de secretário. Esse fato aponta que a referência à Goebbels não está ultrapassada, para alguns setores políticos conservadores.

atividades em parceria com universidades. Vale ressaltar que a instituição é considerada uma estratégia liderada pelos Estados Unidos para balizar e subordinar o pensamento cultural latino-americano e fazer frente à Revolução Cubana através das estratégias de comunicação (FRANÇA; SIMÕES, 2016).

O CIESPAL só assume novo direcionamento nos estudos comunicacionais a partir da década de 1970, quando, após duras críticas de pesquisadores com relação à falta de visão crítica e contextualização socioeconômica, volta-se para pesquisas que abrangem a percepção da totalidade histórica latino-americana, com objetivos, entre outros, de transformação social. Nessa investida, diversas iniciativas se espalharam pelo continente e levantaram esforços pelo fortalecimento de um “pensamento ‘latino-americano’ da comunicação” (FRANÇA; SIMÕES, 2016, p. 167). Entre os pensadores que se destacaram neste cenário está o brasileiro Paulo Freire.

Como legado dos anos 1970, observa-se a articulação crítica sobre a intervenção ideológica norte-americana nos meios e nos conteúdos de comunicação¹³, inclusive refutando seu falso neutralismo científico, além de desenvolvimento de um marco teórico próprio, que tinha a intenção de fortalecer práticas comunicativas horizontais. Os pesquisadores observaram, à época, que se mantinha a relação de dependência – não apenas econômica, originária no período colonial – que tinha como uma de suas estratégias de manutenção a neutralização do pensamento crítico através da manipulação dos meios de comunicação.

Sobre a comunicação horizontal, esta foi liderada inicialmente no Brasil pelo educador Paulo Freire, que, ao estudar a educação, afirmou esta indissociável da conscientização e do diálogo, afirmando que educação também é comunicação, ultrapassando a ideia da transferência de saberes e direcionando suas práticas comunicativas à liberdade dos seres humanos.

Em seus trabalhos, Freire se voltou para as populações mais pobres e privadas dos processos formais de ensino institucionalizado, defendendo e praticando a “comunicação horizontal”, “comunicação participatória” e comunicação popular e alternativa”, defendendo a superação da “incomunicação” latino-americana (FRANÇA; SIMÕES, 2016, p. 174).

França e Simões (2016) destacam as contribuições de Pasquali (PASQUALI *apud* FRANÇA e SIMÕES, 2016) quanto à bilateralidade e reversibilidade da comunicação, que se estabelece através do diálogo entre transmissor e receptor, sendo que os papéis podem se

¹³ Essa vertente ficou conhecida como Teoria do Imperialismo Cultural, e foi construída com referencial teórico essencialmente marxista (FRANÇA; SIMÕES, 2016).

inverter nesse processo. As autoras afirmam que essa concepção deriva das contribuições de Paulo Freire e resultam na formulação de um modelo dialógico de comunicação, que se opõe ao modelo informativo.

O Relatório *Um Mundo e Muitas Vozes*, também conhecido como *Relatório MacBride*, elaborado pela Comissão Internacional para Estudos dos Problemas da Comunicação, da UNESCO, trouxe, já na década de 1980, a problematização de desequilíbrios no campo da comunicação, expondo lógicas de poder e propondo soluções um tanto difíceis, dados os recursos tecnológicos de alguns países, bem como o papel econômico destes em contexto globalizado:

A industrialização tende a estimular a concentração da comunicação, mediante a formação de monopólios ou oligopólios, em matéria de coleta, armazenamento e difusão da informação. A concentração age em três direções: a) integração horizontal e vertical de empresas que agem no setor informativo e recreativo; b) participação de empresas pertencentes a ramos industriais diferentes e interessadas na expansão dos meios de comunicação social [...]; c) fusão e interpenetração de diversas indústrias da informação criação de grandes conglomerados que abarcam vários meios de comunicação social (UNESCO, 1983).

A citação anterior traz algumas dificuldades enfrentadas pelo campo da comunicação, no que diz respeito à concentração da informação e às formas de divulgação. Observa-se o caráter histórico atribuído à concentração da comunicação trazido pelo Relatório. O documento traz ainda a afirmação de que a concentração no campo da comunicação deriva de diversos fatores, entre os quais cita “as tendências fundamentais das economias de mercado” e as “tendências à homogeneização da informação, das mensagens e do conteúdo para atender às necessidades de certos poderes públicos” (UNESCO, 1983).

A comunicação transcorre seu papel de interação social e alcança dimensão política através do seu potencial de direcionamento social dos sujeitos. O real e o aparente podem estar camuflados ou expostos nos processos comunicativos, dessa forma, o conhecimento da realidade e a construção crítica estão intrínsecos ao diálogo e às interações comunicativas.

Esta dimensão política que a comunicação possui como potencial pode ser observada na obra de Paulo Freire, autor que defende o caminho da educação dialógica, capaz de fomentar a reflexão crítica e pensar a realidade sem se prender nas formas atualmente existentes, mas tendo o horizonte de que a organização societária é passível de transformação. Assim, a comunicação é um instrumento nesse processo transformador e educativo.

Freire reconhece que, no diálogo, as partes devem ser reconhecidas como sujeitos, e nesse processo, ser dialógico “é não invadir. É não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico

é empenhar-se na transformação da realidade” (1977, p. 43). Nesta proposta, a teoria freiriana aponta que o caminho é a valorização do ser humano como sujeito e a construção horizontal do diálogo para se chegar à comunicação libertadora, crítica e com a capacidade de transformação societária. A prática libertadora deve estar inserida na comunicação popular, não excluindo desse processo segmentos estigmatizados como incapazes de fazer parte de processos revolucionários, pois as massas precisam estar envolvidas no trabalho e na educação transformadora.

Freire defende a comunicação popular, que, segundo ele, deverá ser comunitária e inserida nos espaços de mobilização social, como estratégia de conscientização e ampliação da cidadania, desalienação e construção de novos conhecimentos, pois, “não é possível compreender o pensamento fora de sua dupla função: cognoscitiva e comunicativa” (FREIRE, 1977, p. 67). No tocante à concepção de comunicação, para o autor, a

coparticipação dos sujeitos do ato de pensar se dá na comunicação. O objeto, por isso mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediador da comunicação. [...] O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo [...] (FREIRE, 1977, p. 66-67).

A construção do espaço propício para o exercício da cidadania no Brasil, de acordo com Duarte (2007), passa pela apropriação, pelo cidadão, de instrumentos que lhe possibilitem esse exercício através dos mecanismos de participação e cobrança, do cidadão para o Estado. O movimento que se fortaleceu com a Constituição de 1988 e teve participação dos movimentos sociais na perspectiva cidadã tem na Comunicação Pública um desses instrumentos.

O processo de redemocratização brasileiro possui trinta e seis anos, e nesse percurso vem disputando espaço com os ataques neoliberais para alcançar a sociedade dos sujeitos de direitos. Entre os instrumentos fundamentais para tal, a Comunicação Pública deve ser destacada, dado seu potencial de fortalecer os processos democráticos.

Na busca por uma aproximação teórica sobre o que é a Comunicação Pública – CP, os textos, artigos e obras publicados remetem principalmente ao autor e professor Jorge Duarte, cujo principal referencial é o teórico Pierre Zémor. Partindo deste referencial, a CP possui cinco características principais, sendo elas:

1. Responder à obrigação que têm as instituições públicas de levar informação a seus públicos;
2. Estabelecer a relação e o diálogo de forma a desempenhar o papel que cabe aos poderes públicos, bem como para permitir que o serviço público atenda às necessidades do cidadão de maneira mais precisa;
3. Apresentar e promover cada um dos serviços oferecidos pela administração pública;

4. Tornar conhecidas as instituições a elas mesmas, tanto por comunicação interna quanto externa;
5. Desenvolver campanhas de informação e ações de comunicação de interesse geral. (ZÉMOR *apud* MANIERI e RIBEIRO, 2013, p. 04).

Esta citação traz importantes apontamentos sobre as principais características da CP, destacando que nela precisa estar presente o diálogo, não somente a informação, que também lhe é inerente, mas não dá conta, se não estiver inserida em processos de troca de saberes, de alcançar os objetivos da CP.

Para a Figueiredo (2016, p. 10), a Comunicação Pública é uma categoria em construção, mas que possui algumas atribuições consensuais, dentre as quais “contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto sujeito); acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as de organização social”. Quanto ao conceito de CP, a autora destaca ainda:

É, portanto, no campo da contra hegemonia que emerge o direito a informação e a comunicação pública que, embora seja um conceito ainda em construção, pode ser compreendida como uma comunicação formal, realizada pelo poder público e legitimada pelo interesse geral e pela utilidade das mensagens. Nela o cidadão é percebido como um interlocutor que é contribuinte, eleitor, usuário, dentre outros papéis. É ele quem custeia os serviços, detém o poder de decisão e de legitimação das ações tomadas pelos representantes do Poder Público (FIGUEIREDO, 2018, p. 09).

Inserida no interior das relações sociais, e, portanto, também passível de sofrer embargo diante das dinâmicas societárias que também são contraditórias, a comunicação é um direito conquistado e que faz parte do processo necessário para se alcançar a emancipação humana. Sobre o direito à Comunicação Pública, destaca-se:

É mais que a liberdade de expressão e o direito à informação. É o direito de todos terem acesso aos meios de produção e veiculação de informação, de possuir condições técnicas e materiais para ouvirem e serem ouvidos, de ter conhecimento necessário para estabelecer uma relação autônoma e independente frente à atual conjuntura de desigualdades do mundo contemporâneo (URUPÁ, 2017, p. 100).

Matos (1997) afirma que no trajeto histórico da Comunicação Pública, durante o regime militar, o governo sentiu a necessidade de fortalecer a imagem do novo regime, e a partir de então surgiram os departamentos governamentais responsáveis por esta comunicação entre o governo e a sociedade brasileira. Merece destaque o caráter manipulatório observado pela autora nessa comunicação, que era direcionada ao sustentáculo do regime autoritário. No Brasil, o último governo do regime militar, sob o comando do presidente Figueiredo (entre os anos de 1979 e 1985), o governo tinha a percepção de que, neste processo de reabertura para a

democratização, a sociedade já possuía o anseio por maior transparência e participação – apreensão fortalecida pelos movimentos sociais da época – e criou a Secretaria de Comunicação Social.

Neste momento, uma parcela da sociedade, através, principalmente das entidades não governamentais, passou a observar e debater políticas públicas e sua interface com a comunicação, surgindo aqui a Comunicação Pública, que possibilitou maior interação entre governo e sociedade (MATOS, 1997). Ressalta-se que a autora defende que, neste percurso histórico, até meados do governo de Fernando Henrique Cardoso (cujo mandatos foram de 1995 a 1 de janeiro de 2003), a preocupação continuava sendo restrita às ações do governo e promoção da imagem do governante, não rompendo com o modelo de comunicação do regime militar, e não se fazendo ainda quase nada de CP.

Heloisa Matos (1999) finalmente chega, nessa trajetória, ao momento em que a Comunicação Pública fixa bases mais sólidas no Brasil, que aconteceu no período de governo do presidente Lula, a partir de 2003, quando se ampliou o debate sobre as políticas públicas junto à sociedade e se democratizaram as decisões com a participação social.

Nobre e Gil (2013) destacam que uma das grandes estratégias do governo Lula foi a participação da sociedade civil através dos espaços deliberativos, geralmente divididos por debates temáticos através de conferências locais, regionais e nacionais, cujos debates subsidiaram parcialmente a formulação de políticas públicas. Entre as muitas conferências realizadas no referido governo citamos a CONFECOM – I Conferência Nacional de Comunicação, realizada em 2009 com o tema *Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital* e reuniu representantes de todos os estados da federação.

Essa forma de participação social, porém, não aconteceu sem entraves, como a capacitação prévia para participação qualificada nos debates. Essa ressalva é importante para não construir a ideia de que é suficiente estar inserido em um espaço de discussão coletiva para colaborar qualitativamente, ao mesmo tempo em que também não anula a importância da realização das conferências, que vem a fortalecer a discussão regionalizada, as particularidades dos territórios em um país tão grande e o embrião da cultura da participação civil na formulação de políticas públicas até então bem mais verticalizadas.

A existência desses espaços também não possui força para impor mudanças na democratização dos meios de comunicação. As grandes empresas de comunicação no Brasil estão entre os grupos empresariais de maior concentração econômica e as concessões estatais possuem histórico de destinação alguns grupos familiares e políticos, cujos interesses refletiram

no texto aprovado para a Constituição de 1988, que resguardou seus interesses (LIMA, 2011). Esse cenário tem relação direta com a legislação do setor, que tem se mantido propositalmente omissa ao controle da concentração dessa propriedade e possibilitado oligopolização ou monopolização. A ausência do Estado no combate à concentração reflete no debate sobre temas de interesse público, em especial cidadania e política, que são centrais na influência sobre uma organização democrática e diante dessas configurações são prejudicados.

Observa-se que a ampliação da utilização da Comunicação Pública, no sentido já explanado neste capítulo, é muito recente, portanto, possui o desafio de se difundir na esfera pública através das políticas de comunicação e outras estratégias que colaborem com o processo democrático e a participação cidadã.

É importante lembrar que cidadania se refere aos direitos e às obrigações nas relações entre o Estado e cidadão. Falar em cidadania implica recorrer a aspectos ligados a justiça, direitos, inclusão social, vida digna para as pessoas, respeito aos outros, coletividade e causa pública no âmbito de um Estado-nação. Ela pressupõe, conforme um dos autores clássicos dos primeiros estudos de cidadania, Tomas H. Marshall (1967), conquistas e usos dos direitos civis (“liberdade pessoal, liberdade de expressão, pensamento e crença, o direito de propriedade e de firmar contratos válidos e o direito à justiça”); políticos (“como o do voto e do acesso ao cargo público”); e sociais (“que vão desde o direito a um mínimo de segurança e bem-estar econômico, até o direito de participar plenamente da herança social e de viver a vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade”) (KUNSCH, 2012, p. 17).

A citação acima destaca pontos importantes já debatidos no capítulo anterior, na breve discussão sobre o conceito de cidadania problematizado por Barbalet (1989). Reitera-se que neste trabalho, apesar de se ponderar que existe a necessidade da atuação do Estado para garantia dos direitos sociais já conquistados, não se perde o horizonte que a cidadania ainda é limitada.

De acordo com Brandão (*apud* FIGUEIREDO, 2018), a concepção do que é Comunicação Pública é ampla, portanto, para melhor compreensão, sugere subdividi-la em cinco áreas diferentes, que a compõem concomitantemente: a) conhecimentos e técnicas da área de comunicação organizacional; b) comunicação científica; c) comunicação política; d) comunicação da sociedade civil organizada; e) comunicação do Estado e/ou governamental.

Destaca-se que algumas das áreas relacionadas na citação muitas vezes não estão presentes, a depender do espaço institucional em que é realizada a CP, mas elas não são necessariamente excludentes. No caso desta pesquisa, a comunicação acontece prioritariamente através do Estado, uma vez que a execução de medidas socioeducativas é um serviço estatal

para um público específico, que são os adolescentes aos quais foi imputado um ato infracional, e, segundo a legislação, devem ter seus direitos humanos resguardados, entre os quais está o direito à comunicação. Uma vez inserida na esfera pública, a Comunicação Pública assume características específicas, podendo ser agrupadas da seguinte forma (DUARTE *apud* FIGUEIREDO, 2016, p. 91):

a) institucional: refere-se às informações que orientam sobre a estrutura, atribuições e funcionamento das instituições, além dos direitos e deveres; b) gestão: refere-se às informações que indicam as decisões e as ações de agentes que atuam em temas de interesse público; c) de utilidade pública: diz respeito às informações que estão relacionadas ao dia a dia das pessoas; d) de prestação de contas: diz respeito à apresentação e aos esclarecimentos sobre decisões políticas e sobre o uso de recursos públicos; e) de interesse privado: são informações que dizem respeito exclusivamente ao cidadão ou às instituições privadas; f) mercadológicos: referem-se a produtos e serviços que participam de concorrências no mercado; g) dados públicos: diz respeito à informação de dados produzidos pelo Estado e que dizem respeito à coletividade como as leis, as normas, os estudos e as estatísticas.

Com base em estudos, Figueiredo (2016) afirma que para se realizar a CP, são necessárias condições e estruturas, sendo elas: estrutura de armazenamento e disponibilização de dados; recepção; escuta; diálogo; publicidade dos serviços oferecidos; campanhas de informações de interesse geral; comunicação interna; e valorização da política institucional.

A maior referência na discussão sobre a Comunicação Pública, de acordo com Kunsch (2012) é o professor italiano Stefano Rolando, que defende que a comunicação cumpre papel de utilidade pública sob diferentes formas, sendo elas: comunicação política, alavancada principalmente pelos partidos políticos e movimentos sociais na defesa de suas bandeiras; comunicação institucional, dedicada principalmente ao aspectos internos das organizações e divulgação de serviços ofertados; comunicação social, sendo esta a comunicação realizada por sujeitos públicos e privados na defesa de direitos aos quais se organizam para defender; e a comunicação empresarial, importante instrumento para o crescimento das empresas no competitivo mercado capitalista. O autor defende que todos estes espaços são transformados pela comunicação e interação com a sociedade.

A leitura sobre Comunicação Pública remete a uma necessidade teórica de diferenciação de outras formas de comunicação, em especial da comunicação governamental e da comunicação política. Kunsch (2012) resgata o pensamento de Duarte (2011) nesta diferenciação. Segundo este, a comunicação governamental se dedica a estabelecer fluxos de informações e cria canais de relacionamento entre a população e o governo. Kunsch (2012) ainda amplia a concepção de comunicação governamental à esfera legislativa e judiciária, nos

âmbitos federal, estadual, distrital e municipal. No que diz respeito à comunicação política, esta está mais preocupada em conquistar a opinião pública para que seus emissores conquistem o espaço público representativo e de poder. E por fim, a Comunicação Pública é a mais voltada para o interesse coletivo que não seja os interesses do emissor, mas da sociedade.

Nobre e Gil (2013) afirmam que a dificuldade de diferenciação entre comunicação pública e política é uma questão cultural no Brasil, e estão relacionados às práticas das estruturas formais que se estruturaram entre o governo e a sociedade, que mantiveram uma cultura política que colaborou para moldar estruturas de poder.

A dimensão política, no entanto, ainda facilmente se confunde com a da vida social. Entendemos que a comunicação política, estrito senso, deve ser entendida como aquela que articula os jogos de disputa ou manutenção de poder, envolvendo, portanto, momentos eleitorais, debates partidários e ainda as abordagens ideológicas intragoverno ou em ambientes legislativos nos quais se diferenciam grupos organizados que tentam ocupar o espaço institucionalizado de tomada de decisões (NOBRE E GIL, 2013, p. 16).

A comunicação realizada diretamente com o adolescente privado de liberdade é um processo contraditório, pois é uma oferta do Estado capitalista, ao mesmo tempo em que é um processo com potencial para trabalhar a perspectiva crítica dos adolescentes frente a esse mesmo Estado, pois os mediadores podem utilizá-la conforme seus princípios ético-políticos para proporcionar reflexões sobre as inserções sociais.

Quando nos referimos às produções midiáticas que causam a sensação de insegurança, precisamos destacar que essa forma de comunicação não se restringe às mídias comerciais, mas faz parte de uma cultura enraizada também por aqueles que trabalham na socioeducação, e consequentemente está impregnada nos processos comunicativos e nas publicações oficiais da carreira socioeducativa.

Exemplifica-se essa afirmativa com as informações disponíveis no site do Sindicato dos Servidores da Carreira Socioeducativa (SINDSSE/DF), sindicato fundado em 2014 com a finalidade de ser a entidade representativa de Agentes Socioeducativos, Especialistas Socioeducativos, Técnicos Socioeducativos, Auxiliares Socioeducativos, e também dos aposentados da carreira, se colocando “na linha de frente das lutas de classe”, como explícito em sua página eletrônica. Seguem os títulos das reportagens de destaque no referido site¹⁴.

¹⁴ As reportagens foram acessadas em julho de 2019 e podem ser acessadas no endereço eletrônico do Sindicato: <https://www.sindssedf.org.br/>.

Algumas delas são reportagens próprias, outras são links para páginas eletrônicas de outros sites de todo o Brasil que o sindicato considera relevante divulgar:

- Adolescentes infratores em SP deixa um agente morto e dois feridos
- Internos tentam fazer agente refém em Unidade de Internação de São Sebastião
- Agentes socioeducativos denunciam falta de pessoal e risco de rebelião
- Obra da unidade de internação de Brazlândia está atrasada há três anos
- Adolescentes tentam matar agente socioeducativo em Ceilândia
- Agente do sistema socioeducativo sofre tentativa de assassinato em Samambaia
- “Vamos arrancar sua cabeça.” Jovens infratores ameaçam servidores
- Agente socioeducativo é assassinado no Recanto das Emas
- Dupla armada cerca viatura do Ciago e liberta interno no Recanto Emas
- Vídeo: Agente do Ciago é assassinado no Recanto das Emas
- Agente é agredido por adolescentes do antigo Caje, no DF
- Rebelião em prisão para menores em Brasília foi controlada
- Nove feridos na rebelião do Caje, em Brasília
- PM põe fim a rebelião em Brasília
- Agentes socioeducativos interceptam carta com ameaça de fuga e morte de servidores
- Interno do sistema socioeducativo foge durante escolta no DF
- Agente socioeducativo sofre corte na testa após tentativa de fuga
- Agente socioeducativo é atacado em carro e suspeita de atentado
- Agente socioeducativo é morto a tiros na Serra – ES
- Agente socioeducativo do DF é morto a tiros na porta de restaurante em Valparaíso de Goiás (20/01/2019)
- Agente socioeducativo é morto a tiros na Serra – ES
- Socioeducador é morto durante assalto dentro de ônibus no dia do aniversário 24/02/2020
- Menores viram chefes do crime e ordenam mortes de dentro da cadeia
- CCJ aprova tramitação de PEC da maioria penal
- Quase 80% dos deputados da comissão especial defendem redução da maioria penal
- Secretaria da Criança lança campanha de doações de livros.
- TJDF mantêm constitucionalidade de Lei que regula a Carreira Socioeducativa do DF
- Uniss tem evento de prevenção à Cegueira
- Maioria penal não é pauta do governo, diz Eduardo Cunha
- Comissão especial da Câmara aprova redução da maioria penal em crimes hediondos

O objetivo de destacar todos os tópicos publicados na página eletrônica, desde sua criação, é demonstrar que, de um total de mais de 30 publicações, em todas elas se faz referência aos socioeducandos como criminosos perigosos, assim como não existe referência positiva à socioeducação, construindo um imaginário de que esses adolescentes e jovens proporcionam um cotidiano e ameaças dentro das unidades de execução de medidas socioeducativas e também para a sociedade, quando estão em liberdade.

[...] aqueles que articulam um discurso eminentemente ligado a instituições políticas atuam em comunicação política; ou os que colaboram para que as organizações participem de um debate cívico e socialmente responsável ainda assim atuam em comunicação organizacional. O locus de fala não é irrelevante. Isso não significa que todas as narrativas postas em circulação e em negociação por estes agentes na sociedade não possa fazer parte de um debate público maior, como propõem Oliveira (2004), Mancini (2008) e Kunsch (2011). Mas o conceito da comunicação não pode se confundir com práticas especializadas, como as citadas.

Esta citação aponta para problematizações importantes, que são as formas de comunicação realizadas por agentes públicos e da sociedade civil e seu *locus* de fala, que devem ser devidamente ponderados quanto à dimensão de suas defesas em práticas especializadas. Nenhuma comunicação é neutra ou estática, destarte, a Comunicação Pública é uma relação dialética no ambiente de privação de liberdade, evolui com as relações sociais e está permeada pelas necessidades do modo capitalista de produção.

O campo da Comunicação vem ganhando, em especial nas últimas duas décadas, contribuições que surgiram com a discussão de um neologismo que se expandiu no meio acadêmico: a Educomunicação. As contribuições teóricas foram inicialmente mais centradas nos estudos do Núcleo de Comunicação e Educação, Departamento de Comunicações e Artes da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – USP – e se expandiram para outros polos de produção de pesquisa acadêmica.

Para Soares (2006) praticar a Educomunicação implica em buscar construir relações sociais horizontais que têm entre seus objetivos principais a intervenção e a transformação social, pois considera, entre outros, as diversidades cultural, econômica, política e de formação dos sujeitos nela envolvidos.

Trata-se, portanto, de um campo de ação política, entendida como o lugar de encontro e debate da diversidade de posturas, das diferenças e semelhanças, das aproximações e distanciamentos. Por excelência, uma área de transdiscursividade e, por isso, multidisciplinar e pluricultural (SOARES, 2006, p. 04).

O termo não agrega somente as palavras “educação” e “comunicação”, mas também a palavra “ação”, ponderada como caráter prático que se traduz no processo de conhecimento que ocorre através das práticas de reflexão. Soares (2006) destaca ainda que a Educomunicação não se confunde com as ideias de protagonismo e de liderança. O diálogo, nessa perspectiva, é o instrumento de investigação e de veiculação de conhecimentos onde os envolvidos, que se inserem nesse processo por algum motivo, possuem a liberdade de questionar, solicitar informações, exprimir sensações, sentimentos e compartilhar seus conhecimentos.

Essa perspectiva defende que o debate é um processo necessário para a aprendizagem, desde que realizado com a observância não de impor pontos de vista, mas conhecer diferentes “verdades”, suas contradições e questionar seus fundamentos. “É na elaboração e realização dessa investigação coletiva, momento em que os participantes encontram espaços e condições de se constituírem sujeitos autônomos, que se dá a construção de um novo discurso” (SOARES, 2006, p. 11).

A grande referência para a Educomunicação é o pensamento de Paulo Freire, que defende a dialogicidade como base para sua proposta pedagógica. Apesar de Paulo Freire não se referir diretamente à Educomunicação, os autores que defendem este neologismo destacam que resgataram no pensamento freiriano algumas categorias como comunicação, diálogo, colaboração e o caráter político da educação.

Resgata-se que o modelo dialógico de Freire (1979) se baseia no respeito, em que não se busca um enquadramento ou ajustamento, mas a superação da condição de objeto passivo e sem voz para um sujeito que interfere no ambiente em que vive. “O que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo” (FREIRE, 1979, p. 67).

A comunicação acontece na interação face a face, de forma verbal, mas não se limita a isto. Está também na troca de experiências, nas manifestações públicas, nos padrões de tratamento e em outros canais não verbais. A ação sobre o meio que se interage também é uma forma de comunicação e de construção de consciência crítica. Diante de sua dinamicidade, a comunicação tem acompanhado o avanço da tecnologia e atualmente as redes sociais são exemplos de ferramentas extremamente importantes para pensar as estratégias de comunicação, pois estão acessíveis a quase toda a população, em todo o território nacional.

Mas comunicação requer investimento e se não existir, por parte do governo, o reconhecimento da importância da comunicação, ficaremos presos apenas à comunicação de Estado. Sobre a diferença entre o que é Estado e o que é governo, destaca-se que Estado é maior que o governo, pois este é transitório, é o que foi eleito, mas sairá de cena para que outros ocupem esse espaço. A CP não pode se prender ao governo, deve ser independente. No cenário de desmonte dos direitos já adquiridos e apelo ao Estado mínimo, é constante o ataque também à CP e tentativas de controle econômico sobre regulamentação da informação.

A discussão teórica levantada por Marques, Mafra e Martino (2017) traz uma importante problematização sobre a Comunicação Pública. Para os autores, a teorização desse tema possui bases na perspectiva de Jürgen Habermas sobre a esfera pública, a democracia e o diálogo

racional para, a partir dessas considerações, se buscar solução para os problemas públicos através do debate, que presume uma situação paritária entre os atores envolvidos.

Uma comunicação pública pautada pelos ideais de construção de redes de esferas públicas nas quais os debates sejam marcados pela publicidade, inclusividade, paridade, igualdade e uso racional da linguagem apresenta certamente características muito inspiradoras e passíveis de sedimentarem muitos modelos de negociação e resolução de conflitos (MARQUES, MAFRA; MARTINO, 2017, p. 77).

No entanto, existem, segundo os autores, assimetrias e dificuldades presentes nesse processo, que também fazem parte da construção da Comunicação Pública nas organizações, uma vez que estamos trabalhando com interesses distintos em uma sociedade complexa e com diferentes projetos de poder que estão em constante movimento.

No âmbito público, os sujeitos que utilizam a linguagem para a argumentação e comunicação precisam ponderar o lugar dos outros sujeitos e reiterar suas necessidades, superando sua ética individual e contemplando as vivências do outro dentro das problematizações necessárias. O reconhecimento dos direitos do outro deve envolver vínculos políticos e éticos na perspectiva de uma sociedade que assuma o compromisso da justiça social, e esse processo só se viabilizará com o engajamento dos sujeitos que materializam a comunicação e os espaços de discussão, deliberação e poder.

Como podemos falar em comunicação para construção de sujeitos autônomos sem pensar na capacidade de cada indivíduo se tornar um interlocutor, um sujeito político com capacidade argumentativa, consciência crítica e posicionamento influenciador em um espaço coletivo? A construção de uma sociedade pautada na democracia depende previamente das capacidades e potencialidades dos sujeitos.

A atuação política dos cidadãos os leva a assumir projetos coletivos e propor novas formas organizacionais, multiplicando figuras políticas coletivas capazes de problematizar situações que aparentemente são individuais, mas estão imersas em uma superestrutura que precisa das relações não econômicas para manter padrões conservadores de poder. Dessa forma, os sujeitos coletivos passam a existir através da sua atuação política, e essa existência não ocorre sem o processo de comunicação, uso da linguagem e capacidade de se tornar visíveis e compreensíveis.

Para os atores que estão diretamente relacionados às medidas socioeducativas, a Comunicação Pública é utilizada em intervenções no cotidiano de trabalho, no entanto, considerando que a estrutura que molda a política socioeducativa está subjugada aos interesses do sistema capitalista, que influencia as práticas desses espaços, os adolescentes vivenciam

ambientes de privação de liberdade cercados por preconceitos e admite-se que estas intervenções podem possuir limitações, não apenas no acesso a outros bens públicos, mas também nos momentos de reflexão para ampliação da cidadania. As dinâmicas existentes no contexto socioeducativo, ainda que não excluam as características individuais de cada ator, estão diretamente relacionadas a contextos complexos que precisam ser descortinados através de sucessivas aproximações.

Se os grupos dominantes também possuem formas de ocultar comportamentos e intenções, a depender dos contextos culturais das organizações, as opressões tendem a permanecer na forma de ameaças veladas, situações sutis de assédios, disseminação de uma cultura do medo e do silêncio (MARQUES; MAFRA; MARTINO, 2017, p. 86).

Mesmo com a utilização da CP existem limites e obstáculos à construção de relações autônomas, como as habilidades comunicativas e as estruturas organizacionais que, através de suas estruturas políticas e culturais, dificultam a construção de relações horizontais e reflexivas. A CP possui dimensão política a partir do momento que se assume como estratégia para a construção de relações sociais autônomas, informando, construindo conhecimento e inserindo o cidadão de forma qualificada em espaços de participação democrática.

A pesquisa empírica realizada com ex-socioeducandos do Distrito Federal tem como um dos pontos comuns entre os entrevistados a passagem por alguma das unidades de internação, sendo que estas, apesar das diferenças na gestão e particularidades ao Distrito Federal, possuem características comuns a todo o território nacional, e devem resguardar direitos dos adolescentes, entre os quais o direito à comunicação. As medidas socioeducativas, aplicadas a partir dos doze anos de idade, serão aplicadas até os vinte e um anos de idade, quando haverá liberação compulsória. Durante esse período, diferentes processos comunicativos devem ser estabelecidos, visto que existem diferenças culturais, de faixa etária e outras que surgem nas trajetórias desses sujeitos.

A internação não possui prazo determinado, apenas previsão legal de reavaliação a cada seis meses. Essa reavaliação é realizada através das diferentes formas de interação e comunicação entre os profissionais responsáveis pelo acompanhamento da medida socioeducativa e os socioeducandos por uma equipe que deve ser, por previsão legal, multiprofissional.

O ECA estabelece ainda que, em nenhum caso o adolescente será mantido incomunicável, deverá ter acesso aos meios de comunicação social e poderá trocar correspondências com familiares e amigos. A oferta de educação, atividades esportivas,

culturais e pedagógicas são obrigatórias. Os adolescentes em internação serão informados de sua situação processual sempre que solicitarem, poderão, caso manifestem interesse, peticionar diretamente a qualquer autoridade, além de ter o direito de entrevistar-se com um representante do Ministério Público e com seu defensor.

Quando problematizamos sobre um adolescente inserido no sistema socioeducativo, para além de um processo judicial e responsabilização através de uma medida socioeducativa, o que temos é o Estado, que se materializa através de pessoas, se comunicando com um cidadão leigo através de seus instrumentos técnico-operativos e legais e, principalmente, de pessoas, que também se relacionam através da comunicação. O trabalho dos servidores da carreira socioeducativa representa o Estado na oferta dessa política. As equipes técnicas de acompanhamento dos socioeducandos são compostas principalmente por assistentes sociais, psicólogos e pedagogos, cujo trabalho está permeado pelas contradições que este mesmo Estado está inserido, pois, conforme afirma Marx (2008, p. 47) “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual”.

O direito à comunicação no sistema socioeducativo faz-se necessário por ser um direito humano do qual o Estado não pode se eximir, e possui papel de proteção de direito de pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, dessa forma, a Comunicação Pública possui potencial para colaborar com a construção de novas sociabilidades. Destarte, fica o desafio teórico-prático de utilizar a Comunicação Pública para a construção de sujeitos políticos nas instituições, construindo resistências e vozes que entoarão como novas pontes entre sociedade e poder público.

5. PROCESSOS COMUNICATIVOS, COMUNICAÇÃO PÚBLICA E SUAS POSSIBILIDADES NA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO: AS VOZES DOS JOVENS EGRESSOS

Este capítulo tem por objetivo apresentar os resultados da pesquisa realizada com os egressos do sistema socioeducativo no Distrito Federal, e para tal foram destacados trechos das entrevistas semiestruturadas realizadas com os convidados que aceitaram participar. Foram realizadas três entrevistas com egressos do sistema socioeducativo do Distrito Federal, e suas falas trouxeram importantes elementos que são ponderados à luz de concepções teóricas. Os três jovens entrevistados possuem entre 18 (dezoito) e 25 (vinte e cinco) anos de idade. A respeito da orientação sexual, um se afirma homossexual e os outros dois heterossexuais. Dois deles já estão inseridos no mercado formal de trabalho e um deles está estudando para vestibular e buscando emprego. Dois deles possuem ensino médio completo e um deles ensino superior completo. Um deles possui como núcleo familiar a companheira e um filho, com quem reside. Um deles reside com sua genitora. O outro não apresentou sua composição familiar.

Várias vezes aparecerão nas falas a locução pronominal “a gente”, expressão comumente utilizada para substituir o pronome “nós”. Em outros momentos, aparece a palavra “Agente”, grafada em letra inicial maiúscula, com função morfológica de substantivo, se referindo ao cargo público de Agente Socioeducativo.

Também surgirão algumas palavras ou expressões que são recorrentes para quem vivencia uma unidade de execução de medida socioeducativa, pois a comunicação nestes espaços é permeada por uma linguagem própria do ambiente e são muitas as expressões que os adolescentes terminam por se apropriar, mas que podem ser de difícil entendimento para alguns leitores, pois são comumente utilizadas para expressar outros significados.

Essas mesmas palavras e expressões também são recorrentes no vocabulário dos servidores. Alguns exemplos surgiram nas entrevistas e muitas outras ainda podem ser citadas, como: “jega” (cama), “boi” (buraco que substitui o vaso sanitário no quarto dos adolescentes), “xepa” (marmitta com almoço), “coruja” (cueca), “badagar” (fazer barulho), “cobal” (itens de higiene pessoal trazidos pela família), “Jack” (estuprador, portanto, de acordo com as regras internas criadas pelos socioeducandos, uma pessoa sem direito à vida), “teresa” (corda artesanal), “puxar cadeia” (cumprir a medida socioeducativa), “no corre” (se envolver em prática de ato infracional), “lenda” (mentira), “estoque” (objeto que os socioeducando não

possuem permissão para manter dentro dos alojamentos e que podem ser utilizados como arma branca), “sentença” (medida socioeducativa de internação), “minha dona” (namorada), “atrasar” (situação que se envolve alguma ação que pode influenciar na determinação de uma medida socioeducativa mais severa), “rato” (ladrão), “patifaria” (bagunça generalizada no módulo em que estão inseridos dentro da unidade de execução da medida socioeducativa), “lata” (porta do quarto dos adolescentes); “bater lata” (chutar ou bater com objetos na porta do quarto), “guerra” (conflito interpessoal individual com outro socioeducando), “cadeia pesando” (sofrimento psicológico decorrente da medida socioeducativa), “xerife” (liderança de um socioeducando sobre os demais).

Os instrumentos tecnológicos que possibilitam a comunicação têm sido importantes para as interações nesse momento de pandemia, pois o distanciamento social tornou-se uma estratégia de proteção, e, de acordo com Del Bianco (DEL BIANCO, 2005 *apud* FIGUEIREDO, 2016), a revolução tecnológica possibilitou novas experiências e as transformou, da mesma forma que a revolução industrial também conseguiu modificar substancialmente as relações de produção e alterar as relações sociais. A realização das entrevistas através da utilização de recursos tecnológicos – celular e aplicativo de videochamada – demonstra que os entrevistados estão fazendo uso das ferramentas importantes para a realização da comunicação no atual cenário.

As entrevistas semiestruturadas buscaram dos egressos resgatar quais foram suas vivências mais marcantes antes de serem inseridos em uma medida socioeducativa – MSE. Estiveram presentes nas falas de dois adolescentes entrevistados o envolvimento próprio com o uso de drogas ilícitas. Também apareceu o envolvimento com drogas por parte de outros familiares.

Ainda adolescente comecei a matar aula para ficar na rua. Nessa época minha referência era meu irmão, mas ele era do corre¹⁵. Perdi minha referência quando meu irmão foi preso, e comecei a passar muito tempo na rua, iniciei o uso de drogas e em seguida me envolvi no corre também (Entrevistado 1).

Eu morava no entorno, no novo Gama, e aconteceram várias coisas na minha vida. Eu não tinha condições de estudar, e ocorreu troca de papéis com minha mãe, fui me aproximando de outras pessoas e comecei a usar maconha. Uma coisa puxa a outra, de repente eu estava no corre. Comecei usar maconha por curiosidade, vontade própria, quando vendia bala na rua. Minha mãe não trabalhava, ela estava desempregada. Eu não passava o dinheiro pra minha mãe, eu mesmo que comprava as coisas de casa (Entrevistado 2).

¹⁵ Estar no “corre” é uma expressão muito utilizada pelos socioeducandos que significa estar envolvido em prática de atos infracionais.

O ECA afirma que a internação não deverá ser aplicada caso exista outra medida que se apresente mais adequada, e essa avaliação é realizada pela autoridade judiciária após a apreensão do adolescente, considerando o contexto de vida, se o ato infracional foi grave e se houve emprego de violência ou ameaça.

O roteiro de entrevista semiestruturada contempla o incentivo aos entrevistados para relatarem sobre o momento de sua apreensão. Destaca-se uma frase que um entrevistado se recorda de ter sido falada pelo policial no momento de sua prisão, quando voltava da escola: “agora corre, atleta” (Entrevistado 01). Dentre as três falas, houve mais destaque para esse aspecto pelo Entrevistado 03, com os seguintes relatos:

A polícia chegou daquele jeito, me abordou com a maior ignorância e nos colocou no veículo e levou pra delegacia, mandando colocar as mãos pra traz, com revolveres na mão. Eu me revoltei por aquelas armas apontadas pra nós, e perguntei se eu era o anticristo pra eles estarem apontando aquela arma e ele mandando calar a boca. Não teve nada de dignidade no momento da prisão, e apareceu um policial com meus óculos, foi quando voltei a ter alguma noção do espaço ao redor (Entrevistado 3).

Quando saí de lá não sabia pra onde estava indo, me levaram pra delegacia de Ceilândia, pra delegacia grandona e me trancaram em uma cela. Iam me trancar junto com um monte de homens, mas perceberam que eu era homossexual, então me colocaram em uma cela sozinho. Passei muito frio, até o dia amanhecer. Nisso, não vi mais minha mãe. Não tem aquelas conduções que parecem uma van escolar, me colocaram junto com um monte de gente. Me colocaram sozinho e outras pessoas amontoadas e apertadas, eu pensava que me tratavam como um assassino que iria matar todo mundo. Fui pro IML, queriam tirar uma foto do meu corpo, o doutor pediu pra tirar a roupa, mas esse corpo eu não mostro, disse que não (Entrevistado 3).

Quando apreendidos, os adolescentes são levados a uma das delegacias especializadas do DF, as Delegacias da Criança e do Adolescente – DCAs. A DCA I fica localizada em Ceilândia-DF, e a DCA II na Asa Norte – Brasília. Destaca-se que estas são exclusivas para atendimento de adolescentes considerados infratores. Os adolescentes considerados vítimas são encaminhados à DPCA – Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente.

Um relatório de consultoria técnica realizado por Lima (2016), que analisou a situação de várias delegacias especializadas nas regiões norte e centro-oeste do Brasil, entre as quais estavam as duas DCAs do Distrito Federal, identificou que as instalações físicas são precárias, e que é constantemente desrespeitado o direito de comunicação da apreensão à família dos adolescentes e esta violação do direito de comunicação é proposital e utilizada como estratégia punitiva aos adolescentes. O ECA deveria “ser encontrado” nas unidades policiais

especializadas, mas a pesquisa se deparou exatamente com realidade oposta, com sua ausência e com a manutenção do paradigma punitivista e correccional. A pesquisadora também relata que a maior recorrência de violação de direitos identificada foi referente à violência policial. Essas revelações foram realizadas por assistentes sociais, pedagogos e psicólogos lotados em alguns dos órgãos visitados, que afirmaram que os policiais, mesmo conhecedores do ECA, sujeitam os adolescentes a violências físicas, psicológicas e simbólicas, utilizando para isso a tutela do Estado.

De lá fomos pra outro lugar, eu não entendia nada, fomos pra outro local que parece um sanatório, que vestem a gente todo de branco e falou que tínhamos que falar “senhora”, tinha que respeitar, “senhor”, e outras regras, e se não respeitasse iria “ver só”, foram várias ameaças quanto a isso. Me deram um lanche, tiraram nossos pertences e nos vestiram de branco. O lugar era todo branco e os caras tudo de preto. Eu pensei: se eles acharem que eu sou doido, eu vou fazer um escândalo aqui. Fizemos um cadastro, passamos por uma máquina pra tirar foto. Depois botaram a gente pra ir pra uma cela grandona. Deram almoço e disseram que tal horário seria nossa audiência. Nisso eu já estava rezando e fiquei esperando. Tinham vários meninos aprontando, desrespeitando a regra de estar com a cabeça baixa e falar baixo. Os caras diziam que iriam dar esprezada de pimenta, e eu com medo de jogarem spray em mim também (Entrevistado 3).

O primeiro percurso dentro do sistema socioeducativo é uma incógnita, e a fala do Entrevistado 03 aponta que os adolescentes podem por vezes não receberem nem mesmo as informações mínimas para que compreendam a dinâmica em que acabaram de ser inseridos e quais seus desdobramentos. A inserção na política socioeducativa envolve a necessidade de comunicação tanto sobre o processo judicial quanto dos órgãos que compõem o sistema socioeducativo. Negrini (2017) defende a comunicação normativa como uma das bases para a Comunicação Pública e o conhecimento e a compreensão das leis e de suas aplicações jurídicas como uma pré-condição para que se construa uma relação consciente entre o judiciário e os cidadãos envolvidos em um processo judicial, do contrário, não é viabilizado o exercício democrático de direitos.

O Estado brasileiro ainda não superou a característica histórica e cultural de não compartilhar informações com toda a sociedade e de privilegiar uma classe que tem a informação como instrumento de poder. Assim, a comunicação inacessível no judiciário ainda é um dos elementos que subsidiam a segregação social (GERALDES & REIS, 2012, *apud* NEGRINI, 2017).

A cultura dominante integra a classe dominante, por meio de uma comunicação imediata entre todos os seus membros, distinguindo-os dos integrantes das demais classes. A cultura que une (a classe dominante) é também a cultura que separa (a classe subjugada), pois age como instrumento de distinção. Ou seja, ao adotar uma

comunicação técnico-jurídica elitizada e inacessível, está-se impondo uma distância e delimitando barreiras entre os que dominam os códigos jurídicos e os leigos, afastando estes do Judiciário (NEGRINI, 2017, p. 64).

Os adolescentes, após passagem pelas delegacias, são encaminhados ao NAI – Núcleo de Atendimento Integrado –, que é o lugar citado nesta última fala do Entrevistado 03. O NAI foi pensado para ser um programa humanizado que reúne diversos serviços ao adolescente apreendido em flagrante. Nele se encontram núcleos do Ministério Público, Tribunal de Justiça, Secretaria de Saúde, e outros.

Ao chegarem a todas as unidades do DF, é padrão participarem de um procedimento chamado “carômetro”, que consiste em olhar para fotos dos rostos dos internos do módulo¹⁶ que foi inicialmente encaminhado e identificar se existe algum conflito com adolescente que lá esteja. Em caso negativo é alojado no módulo. Em caso afirmativo, será encaminhado a outro módulo, para evitar conflitos e brigas.

As figuras femininas são as que mais aparecem como referências para os entrevistados quando abordados sobre o acompanhamento familiar durante o período de internação. Ressalta-se que a função social da mulher na sociedade burguesa lhe atribui, entre outros, a naturalização da função do cuidado com os familiares, em especial com os filhos. A figura feminina também aparece como suporte após a liberação da MSE:

Em uma das internações pedi pra ser transferido, pois o local era distante de onde morava minha família, mas quando a transferência foi autorizada, já estava perto de ser liberado e foi difícil pra minha mãe ir me visitar (Entrevistado 1).

Minha família e minha avó sempre me acompanhou na internação, antes e depois também (Entrevistado 2).

Mesmo a figura feminina sendo a mais citada como presente no acompanhamento da MSE durante a internação, tanto a genitora quanto o genitor ou outros responsáveis, na ausência destes, tem autorização para visitas, que acontecem, via de regra, aos finais de semana, mas em casos excepcionais e em ocasiões especiais podem ocorrer em outros dias da semana. Nos dias de visita, é perceptível que os ônibus chegam às unidades de internação do DF lotados de mulheres vestidas de branco¹⁷, e a presença de figuras masculinas para visitas é visivelmente menor.

¹⁶ Denominação utilizada para delimitar um conjunto de quartos em um único corredor ou ainda um prédio específico dentro de uma unidade de internação, pois algumas delas são constituídas por vários edifícios. Pode possuir outros espaços físicos também, como alojamento de servidores, pátio, sala para atendimento técnico e outros. É um termo substitutivo da palavra “Ala”, utilizada nos presídios.

¹⁷ A roupa branca ou de cor clara é uma exigência das unidades de internação para o acesso às mesmas.

Destaca-se que um motivo constante de conflitos nas unidades socioeducativas do DF é a ação de xingamento que envolvam a figura da mãe. Se algum socioeducando, mesmo sem se referir diretamente a uma genitora específica, utilizar alguma expressão pejorativa que faça referência à figura da mãe, o desfecho geralmente são agressões físicas e perda da convivência com aquele socioeducando. As percepções sobre gênero também aparecem nos relatos sobre o cotidiano da unidade, quando os entrevistados levantam questões sobre as ocorrências que acontecem:

Mulher tem um lado mais ser humano do que homem, que quer ser truculento o tempo todo. Nos plantões de mais mulheres, elas conseguiam intermediar quase tudo conversando. As ocorrências são sempre com os mesmos Agentes, porque são truculentos (Entrevistado 1).

Os meninos até combinavam de não brigar nos plantões dos Agentes que respeitavam os meninos. Existe um respeito muito grande pelas Agentes femininas. Conversei com uma Agente do Recanto das Emas depois que eu saí da internação, quando encontrei com ela. Ela me convidou pra participar de uma roda de conversa, e depois me mandou o projeto que ela escreveu (Entrevistado 1).

O entrevistado destaca que seu comportamento é um reflexo do tratamento recebido pelos Agentes, mas ponderam mais ainda sobre se envolver em ocorrências quando existe a presença de Agentes femininas. A respeito, destaca-se que nossa sociedade ainda apresenta dificuldade de romper com as percepções conservadoras sobre as relações de gênero, naturalizando comportamentos que são social e historicamente construídos para atribuir papéis e hierarquias às mulheres na sociedade de classes. Essas mistificações nem sempre são conscientes e, segundo Saffioti (1976) é ilusório imaginar que apenas a emancipação econômica da mulher, nesses casos pela inserção em um cargo público que lhes confere estabilidade e igualdade de salário com homens, seria condição suficiente para libertá-la de todos os preconceitos sociais que lhe recaem. A utilização da força de trabalho de mulheres tem determinações diferentes da força de trabalho masculina e estão sujeitas ao desenvolvimento das forças produtivas materiais e não materiais. A utilização de caracteres sexuais permite dar aos fenômenos econômicos uma aparência capaz de inibir a sua essência histórica e legitimar a ordem social vigente de uma forma sutil. Todas as estruturas de sistemas sociais submetem seus membros a formas de aprendizagem em que os indivíduos projetam padrões culturais necessários ao desempenho de seus papéis nesse sistema, fenômeno denominado processo de socialização. Assim, desenvolvem-se mecanismos de motivação e relevância funcional para o sistema de interação funcional.

Considerando que a comunicação é um todo, e que tudo em uma instituição pública interfere na percepção dos sujeitos sobre os processos sociais, as características físicas das unidades de internação às quais foram encaminhados também foram objeto da entrevista e foram destacadas por todos os entrevistados:

Na primeira internação o que me impactou foi o formato que a unidade é feita, parecia uma jaula pra animais [...] Na internação de Santa Maria eu me sentia um bicho, o muro era bem alto, e o ambiente todo cercado (Entrevistado 1).

Fui internado umas 5 vezes, eu que sustentava a casa. Tinha entre 14 ou 15 anos a primeira internação. A primeira coisa que me chamou a atenção foi a estrutura física quando cheguei, pois é dentro de um complexo, pois contraria o ECA, na minha visão (Entrevistado 2).

As unidades de internação devem observar o disposto no SINASE, e oferecer espaços que atendam às particularidades dos sujeitos que irão vivenciar esses espaços. A falta de estrutura para o entrevistado que se afirmou homossexual o colocou em um módulo destinado para adolescentes que cumprem medida disciplinar, por isso é mais conhecido por características físicas ainda mais precárias:

Tinha um Agente que sentou pra conversar comigo, me deu bastante dicas, me falou que podia me colocar no módulo de segurança pra eu não ter confusão por ser homossexual. Uma mulher perguntou se eu tinha tatuagem, e depois ele me levou pra um lugar escuro e fedido, eu não sabia pra onde ele estava me levando. Esse lugar era o módulo disciplinar. Eu sou muito sensível ao lado espiritual, quando entrei no complexo já tive uma sensação ruim, mas o MD¹⁸ me deu uma sensação de cansaço, parecia que eu estava chegando no inferno. Cheguei calado, não tinha nem lençol e dormi. No outro dia os meninos começaram a falar comigo, me enchendo o saco, perguntando porque eu estava lá. Uma Agente veio me explicar os horários. Tinha os horários do Chernobyl¹⁹, da chepa e de outras coisas lá. Depois de três dias vieram umas mulheres que disseram que eram do socioeducativo perguntando se eu queria mudar de lá, eu disse que sim e elas mexeram os gravetos e me colocaram no PIF²⁰ (Entrevistado 3).

Para refletir sobre os processos comunicativos na medida socioeducativa de internação no Distrito Federal, tendo como referência as funções clássicas da CP, é preciso ponderar as condições para sua realização, ou seja, a estrutura e os serviços oferecidos aos socioeducandos e seus familiares. Mesmo considerando a necessidade de adaptações de infraestrutura (física, humana, etc), estas não podem vir desacompanhadas das considerações sobre a conjuntura do sistema que rege as instituições, que é o modo de organização capitalista. Somente com essa

¹⁸ Abreviação de “Módulo Disciplinar”

¹⁹ Chernobyl é a denominação dada a um lanche servido à noite, após o jantar.

²⁰ Proteção da Integridade Física

leitura é possível se aproximar das relações de poder, hierarquia, e nas causas que reproduzem historicamente essas condições. Ou seja, deve-se considerar o racismo institucional, a heteronormatividade, a apelação à condenação, o classismo, sob pena de simplesmente retirar do convívio social sem oferecer acesso aos direitos fundamentais e à emancipação. O não reconhecimento de sujeitos políticos, como já afirmado anteriormente, não se inicia nem termina dentro de uma unidade de internação.

Ao mesmo tempo em que o ambiente da internação é destacado como um lugar que cria a sensação de se apresentar fisicamente como destinado a pessoas socialmente inferiores e perigosas, um relato traz a descrição de sentimento completamente oposto ao descrever o ambiente onde as autoridades judiciárias desenvolvem suas atividades laborais cotidianas:

Quando cheguei no tribunal, me senti importante, poderoso, me senti o Marcola²¹, tudo muito bonito, aquele lugar é muito bonito. Teve minha audiência e foi muito doloroso ver minha mãe e não podia chegar perto dela, todo movimento que eu fizesse eu seria desmaiado, e eu sempre algemado (Entrevistado 3).

Os adolescentes destacaram várias vezes, mesmo quando a pergunta não era diretamente esta, sobre o tratamento, muitas vezes violento, recebido principalmente dos Agentes Socioeducativos, cargo público da carreira socioeducativa já explanado no segundo capítulo. Nesse sentido, importa pesquisar e refletir sobre a aplicação da doutrina da proteção integral preconizada pelo ECA e sua interação com princípios e ações que reforçam e aprofundam a cidadania e a democracia, como propõe a Comunicação Pública.

Na medida de internação, quando cheguei, os Agentes eram muito truculentos, eles eram antigamente do CAJE²², e na unidade não tinha nenhum projeto. [...] Eu acho muito errado que os Agentes arrancam a dignidade, pela forma que nos tratam, como se fossemos um lixo. Eles chegam pra trabalhar revoltados por coisas lá de fora, e descontam na gente. Eles entravam no quarto, e quebravam tudo. Eu não fui algumas vezes pro castigo porque não questionava, mesmo que tivesse com razão.[...] A cultura é de violência (Entrevistado 1).

Percebi várias agressões dos Agentes, é o que mais tem. Comigo não aconteceu, mas vi muito com os meninos. Agressões de todo tipo, verbalmente, fisicamente (Entrevistado 2).

Quando os meninos iam pra barra²³, as luzes quase sempre estavam apagadas. Se os meninos gritassem eles apanhavam ainda mais, tinha que apanhar calados. Quando

²¹ Nome social de um preso que cumpre prisão em regime de segurança máxima no Distrito Federal e que o Estado atribui grande liderança, poder e periculosidade, consequentemente, a quem é destinado um grande aparato institucional de vigilância, além de constante destaque midiático.

²² O CAJE foi apresentado no segundo capítulo, e por alguns anos foi a instituição que executava a medida socioeducativa de internação no Distrito Federal. As memórias sobre o período em que funcionou sempre são permeadas por citações de violência.

²³ “Barra” é literalmente uma barra de ferro, instalada em uma parede, em que os adolescentes são colocados, às vezes por longos períodos de tempo, e onde ficam presos através de algemas. Geralmente são encaminhados para

eles viam que acordavam o módulo inteiro, e eles sabiam porque ficava um Agente vigiando o módulo e nós calados, eles viam que o escândalo era grande, eles iam na cozinha e preparavam um lanche pra calar nossa boca, era nossa propina. Eles nem falavam nada, apenas entregavam a comida. Na primeira vez que isso aconteceu, eu não entendi nada, um interno que me avisou que era pra eu ficar calado (Entrevistado 03).

A existência de situações de violência nesses espaços já foi evidenciada, entre outras formas, pelo MNPCT – Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – que, após visitas em unidades de execução de medidas socioeducativas espalhadas pelo território nacional, publicou o seguinte relatório:

Conforme o Mecanismo Nacional tem verificado ao longo das inspeções realizadas, esse cenário é causa de graves violações aos direitos básicos dos adolescentes, os submetendo a um quadro de violência institucional contínuo. Também pode propiciar a prática de tortura, visto que permite uma enorme discricionariedade e a possibilidade de abuso de poder, conforme foi constatado em algumas unidades visitadas em 2017 (BRASIL, 2018, p. 78-79).

Destaca-se que o ser social não é apenas subjetivo, mas formado pelas influências objetivas do sistema ao qual estão inseridos, e uma de suas marcas é o conservadorismo. Não se pode resumir a atuação de todos os Agentes às práticas violentas, generalizando algumas posturas, pois, considerando o aspecto contraditório desse aspecto, há que se observar que alguns também trazem iniciativas que colaboram com a construção da autonomia dos adolescentes, como por exemplo o acesso à leitura, à formação e a espaços de construção coletiva e debates sobre direitos, que é convergente com a socioeducação que deveria ser predominante na medida socioeducativa.

[...] alguns Agentes reclamam pros outros colegas que tem gente lá dentro que tratam a gente bem, eles não concordam que alguns Agentes tratam a gente bem (Entrevistado 1).

Não se pretende polarizar esse debate entre categorias profissionais, mas é preciso ponderar que os Especialistas possuem formação profissional em cursos vinculados às ciências humanas e sociais, sendo que nas matrizes curriculares estão contempladas disciplinas que possibilitam uma formação crítica necessária para melhor compreensão da complexidade em que a vida e a reprodução da sociedade está inserida, ou seja, da existência de uma totalidade formada por particularidades complexas, o que pode estar contribuindo para uma percepção dos

esse local após se envolverem em alguma ocorrência disciplinar descrita no regimento interno da unidade de internação.

adolescentes como um profissional que consegue observar e desenvolver, com muitas limitações, a Comunicação Pública na sua metodologia de trabalho.

Em sua pesquisa de mestrado, pela UnB, Andrade (2017, p. 15) realizou entrevistas com pessoas investidas no cargo público atualmente denominado de Agente Socioeducativo, no Distrito Federal, que no contexto da época ainda estavam lotados no CAJE. Entre diversas falas colhidas durante essas entrevistas, destaca-se as seguintes: “E aí que não tive escolha, a gente morava numa casa simples, muito quente a casa e não tinha dinheiro para nada. Então, não tinha escolha, tinha que ir para lá, fazer isso aí” (Fala 1); “Quando você tem empatia você sente a pessoa e você acaba vivenciado o processo da pessoa também e isso é um aprendizado muito grande” (Fala 2); “Não consigo entender isso, é proteção demais pra vagabundo!” (Fala 3).

Foram destacadas estas três falas por exporem três situações diferentes: na primeira delas, o exercício do cargo de Agente Socioeducativo – que à época da elaboração do trabalho ainda era denominado ATRS²⁴ – foi justificado pela situação de desemprego e dificuldade financeira. A segunda pessoa se coloca em situação de aprendizado mútuo com o socioeducando, apontando para um trabalho desenvolvido em horizontalidade entre Agentes e adolescentes, postura que observa característica dos elementos centrais da Comunicação pública e no pensamento de Freire (1979, p. 69) que afirma que “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”. Na terceira fala, o entrevistado manifesta posicionamento contrário, contestando os direitos dos adolescentes e classificando-os como “vagabundos”, problematização trazida no segundo capítulo pelas análises de Ianni (1992) Oliveira (2017) e Tejedadas (2007).

Faz-se ainda a ressalva de que, ao ser investido em um cargo público, a finalidade do trabalho desenvolvido no espaço sociocupacional deverá sempre ser de relevância pública, com vistas a atender o interesse público, independentemente de suas concepções individuais e de seus posicionamentos políticos.

Além da lógica da relação manter-se a mesma, os trabalhadores aqui estudados também são pressionados pela precarização, ainda que esta atinja mais fortemente trabalhadores vinculados a outras esferas. Os agentes socioeducativos são levados a considerar, sobre a decisão de manter-se ou não no cargo, as condições e dificuldades enfrentadas por outros funcionários, ligados a outras atividades e formas de contratação. As mudanças e precarizações pelas quais tem passado o mundo do trabalho, afetam o cotidiano e relações de trabalho de todos os trabalhadores e atingem

²⁴ ATRS (Atendente de Reintegração Social) era a sigla para a antiga denominação do cargo, com modificação pela Lei nº 5.870, promulgada em 2017, após muitas mobilizações dos Agentes a respeito. A modificação também alterou os critérios para inclusão no cargo, que deixou de ser de nível médio e passou a ser de nível superior.

também os agentes públicos concursados, por nós pesquisados (ANDRADE, 2017, p. 34).

Não apenas nas pesquisas citadas, mas também nas entrevistas realizadas nesta pesquisa emergem falas que ressaltam o tratamento respeitoso por parte dos Agentes, portanto, infere-se que essa postura assumida por profissionais também inclui a observância esporádica de alguns elementos da Comunicação Pública.

O maior positivo nesse período foi minha técnica, pois ela tratava a gente de igual para igual. Tinha um Agente que era muito positivo, tratava a gente bem, mas no geral ninguém queria nos ajudar (Entrevistado 1).

Considera-se que, em algum grau, para alguns servidores públicos do sistema socioeducativo, os princípios contidos na CP são utilizados em intervenções no cotidiano de trabalho, no entanto, considerando que a estrutura do sistema capitalista empurra esses adolescentes a ambientes de privação de liberdade cercados por preconceitos, admite-se que estas intervenções possuem limitações, e muitas vezes se resume ao espaço de informação, não avançando para o acesso ao diálogo sobre outros conhecimentos e serviços públicos necessários à ampliação da cidadania, como, por exemplo, espaço educacional qualificado, redistribuição de renda, políticas públicas, além de processos comunicativos que resultem na ampliação da autonomia.

A comunicação pública deve permitir que o cidadão interaja, dê opinião, faça com que a área responsável acolha sua demanda de cidadania participante e se crie uma ponte entre o poder público e esses jovens. Destarte, é uma via de mão dupla, com interesse público. Fazer comunicação é uma ação privilegiada de fazer política.

Portanto, o Estado plasma-se no processo de lutas que friccionam a relação orgânica e dialética entre estrutura e superestrutura, como mediação de interesses econômicos, políticos, ideológicos, culturais, consequentes, e que, em última instância, podem ser direcionados para a conquista da emancipação humana. O erro comum consiste em considerar que o tratamento do Estado como relação abrange concessões reformistas e mistificadoras à ordem do capital (PAULA, 2003, p. 128).

A pesquisa buscou compreender qual o conceito que os entrevistados construíram sobre a socioeducação e a opinião de cada um sobre se essa socioeducação consegue ser materializada durante o cumprimento da MSE. As respostas foram todas negativas e permeadas pela percepção de que ela não se materializa:

A maior parte só queria oprimir. A ideia de socioeducação na prática é falida. Passei muito tempo na internação. Participei de um projeto com um Agente, tínhamos uma

relação muito saudável. [...] Conheci algumas pessoas que realmente fizeram a diferença na internação. No sistema existe uma coisa de hierarquia, eles querem mostrar poder, e nisso deixam de fazer o trabalho deles de socioeducação. O sistema não funciona porque é opressor. Mas alguma minoria faz a diferença (Entrevistado 1).

Particpei de uma Conferência dos direitos da criança e do adolescente, foi uma boa experiência. Lá conheci pessoas que mostraram que podia ser diferente, foi que comecei a entender a socioeducação. [...] O nome é bonito: “socioeducação”, aí pensam que o adolescente vai voltar de lá ressocializado. Como vou voltar ressocializado se o tratamento nesse processo é o contrário disso? Eu ficava pensando, é difícil, porque na prática não existe socioeducação, percebi isso com mais clareza depois da Conferência (Entrevistado 1).

Eu me pergunto como é que eles querem formar novos cidadãos se eles não dão oportunidade. Tem gente lá dentro que não vai mudar, que vai pra cadeia ou pro caixão, mas tem gente que só não tem oportunidade. [...] Eu já tinha uma noção do que era aquele lugar, eu já pensei em ser advogado, mas não sabia direito como era. Eu aprendi que a gente tem que ter oportunidade, parece que lá tem como conseguir emprego, mas eu não consegui nada, tenho entregado muitos currículos, e não tem ninguém pra me ajudar, dá até vontade de ligar lá pra pedir ajuda (Entrevistado 3).

Oliveira (2017, p. 67) destaca que “o Estado pode ser considerado violentador, violência está respaldada em uma sociabilidade autoritária e que atinge seu cume justamente nas unidades de internação de adolescentes”. Sem superar essa característica de violentador, o Estado não alcança a centralidade no cidadão, tal como defende a Comunicação Pública.

A percepção de ineficiência da política socioeducativa também é um desdobramento da força exercida pelo conservadorismo liberal que se manifesta nas ações e nas não-ações governamentais, como destaca Figueiredo (2016), ao resgatar que a esse conservadorismo interessa que a democracia não se fortaleça e os usuários das políticas não assumam o lugar de participante delas.

Existe alguma percepção sobre direitos individuais em todos os entrevistados, no entanto, observou-se que eles tendem a personificar e individualizar a responsabilidade pelas transgressões desses direitos, não culpabilizando o Estado por estas ocorrências enquanto legislador, financiador e executor da política socioeducativa:

Durante as internações vi diversas violações de direitos, violência física. Cansei de ver adolescentes reclamarem, estando com razão, no seu direito, mas os Agentes fazem eles perderem a razão, batiam e levavam pro castigo (Entrevistado 1).

A gente já entra lá com a ideia que somos intocáveis, que nada pode acontecer por ser adolescente, que não pode sofrer agressão física nem verbal, que estamos guardados. Mas vi muita coisa pesada, tinha as pessoas específicas que faziam isso. Eles pegavam meninos de outros módulos e levavam pra barra, davam muitos murros. Eram gritos de “seu Agente, não faz isso não” eu ficava observando a covardia, uns marmanjos enormes e uns meninos pequenos. Eu me coloco muito o lugar das pessoas. Esses meninos também não aprendem, apanham e continuam desobedecendo as regras (Entrevistado 3).

O ambiente de execução de medida socioeducativa tem como expectativa uma prática permeada por defesa do protagonismo juvenil e dos direitos sociais, no entanto, a socioeducação ainda não superou algumas dificuldades históricas e o direito à comunicação, dentro dessa medida, muitas vezes, não consegue ultrapassar a mera transmissão de informações e assegurar esse direito humano fundamental e precípuo para a cidadania.

O SINASE (CONANDA, 2006, p. 46) contempla em seu texto qual deve ser o parâmetro pedagógico a ser desenvolvido no trabalho socioeducativo, e destaca que as ações socioeducativas devem contribuir para que, nesse processo de formação o adolescente se construa como “cidadão autônomo e solidário, capaz de se relacionar melhor consigo mesmo, com os outros”. Afirma também que devem ser potencializadas suas competências cognitivas, relacionais, pessoais e produtivas para “desenvolver a capacidade de tomar decisões fundamentadas, com critérios para avaliar situações relacionadas ao interesse próprio e ao bem-comum”. Algumas experiências são citadas pelos entrevistados para exemplificar como a hierarquia manifesta-se mais recorrentemente que as relações horizontais:

Uma vez eu fui pro castigo, na internação de Planaltina, porque pedi um rodo, e o Agente me questionou porque eu queria um rodo, eu respondi: “olha pro pátio que você vai ver”. O pátio estava bastante molhado. Ele alegou que eu não podia falar assim, mas ele sabia porque eu estava pedindo o rodo. Alguns Agentes estão de verdade pra atrasar²⁵. Eles têm prazer em atrasar. Jogavam na cara que o relatório ia subir com ocorrência. Eles gostam de gritar. Vinte por cento quer ajudar. Quando o Agente é de respeito, não tinha ocorrência. Quando era plantão de Agente truculento, eram várias ocorrências no plantão deles (Entrevistado 1).

A experiência vivida em eventos com a interação com pessoas que vivem outras formas de sociabilidade e que cultivam outras expectativas foi destacada por um entrevistado: “Foi totalmente diferente do meu mundo, porque pra mim até então só existia o crime. Fiz algumas amizades, falavam de viagens, e eu pensava: ‘cara, existe um mundo diferente’. Depois disso aprendi a ler livros, pensar diferente” (Entrevistado 1).

Participar de um evento externo é um grande desafio a ser construído pelas equipes multidisciplinares. Um grande embate atualmente é o CAPS, que não aceita – e os motivos para tal são suficientemente fundamentados – realizar atendimento com internos algemados, enquanto os grupos de escolta se recusam constantemente a manter essa prática:

²⁵ “Atrasar” significa, na linguagem dos adolescentes, a criação de estratégias para prolongar o tempo de cumprimento da medida socioeducativa, uma vez que são enviados relatórios semestrais de acompanhamento das medidas, e o envolvimento em ocorrência é considerado um fator que interfere na decisão judicial de prolongar a medida ou encerrar.

A primeira saída pra essa conferência foi com uma escolta escrota, me trataram como um preso muito perigoso. Eu algemado e as pessoas querendo me abraçar e eu algemado. Fui na secretária e perguntei pra ela sobre meus direitos, que daquele jeito eu preferia voltar pra unidade. A secretária mandou desalgemar, deu uma dura nos Agentes. No retorno eles foram afastados da minha escolta, e os novos Agentes da escolta tiveram outro tratamento, não tentei fugir, eles conversaram comigo me orientando (Entrevistado 1).

Se tudo comunica – o ambiente, a sujeira, as repreensões através de avisos escritos e verbais, as roupas padronizadas, as mãos para trás, o uso de algemas, a cabeça baixa, a restrição de uso de banheiro, a falta de recursos humanos para execução da política, dentre tantas outras questões que fazem parte do cotidiano desses adolescentes – o que se observa é que muitas são as formas de comunicar que os adolescentes e jovens que se inserem no sistema socioeducativo estão em um patamar social inferior que está passível a formas violentas e repreensivas de tratamento.

Durante o período de internação, esses adolescentes estão sujeitos a regras de convivência coletivas, padronizadas e pouco mantém contato com o mundo externo, criando fortes referências nas relações que estabelecem dentro das unidades de execução de medidas socioeducativas. Sobre a comunicação entre os socioeducandos, os processos comunicativos foram relatados com a presença mais recorrente de horizontalidade, mesmo que existissem situações de conflito entre eles:

Fiz amizade no quarto do módulo, todos do quarto queríamos mudar. Colocaram nós 3 porque perceberam que a gente queria mudar, os Agentes conversavam com a gente no Recanto. Terminei o ensino médio na internação do recanto (Entrevistado 1).

Minha relação com os meninos sempre foi tranquila, a gente tem que saber chegar, eu conversava com todo mundo. Eu via brigas entre os adolescentes, mas nada de mais (Entrevistado 2).

Peguei muita amizade no primeiro módulo que eu fiquei, os meninos me davam muitas dicas. Eles diziam que eu não podia acatar o que os meninos falavam porque se não eles iam montar em mim, me usar pra fazer as vontades deles. Eu tentava cortar diálogos, lembrando das dicas que me deram. Os meninos me faziam muita pergunta. Eu percebia que cada dia naquele lugar eram pessoas diferentes, e eu tinha que aprender a lidar com essas pessoas diferentes (Entrevistado 3).

Todas as unidades de internação são divididas em módulos, criados para subdivisões internas a partir de critérios de idade, compleição física, existência de conflitos entre adolescentes e situações que demandam cuidado especial. Existe ainda o Módulo Disciplinar, em que ficam pelo período de cumprimento de medida disciplinar prevista no regimento interno da unidade, e o chamado “PIF”: Módulo de Proteção da Integridade Física. Este último é permeado por inúmeros estigmas, por exemplo, a denominação de “Jack” aos adolescentes a

ele encaminhados, o que impossibilita o retorno ao módulo de origem e impossibilita a convivência em espaços coletivos com adolescentes de outros módulos na unidade.

O acesso à informação é percebido por um dos entrevistados como um instrumento de poder. Ao mesmo tempo, o mesmo destaca que o referido acesso não lhe trouxe muitas possibilidades de intervenção diante de situações as quais observava como transgressoras dos princípios aplicáveis à socioeducação.

Na Conferência descobri que os Agentes recebem pra fazer socioeducação, então comecei a questioná-los quando voltei pra unidade, e eles me respondiam: “você está sabendo demais, menino”. Depois da conferência eu tinha esse conhecimento, mas não podia fazer nada. O máximo que eu podia fazer era pra falar com as Técnicas pra elas tentarem fazer alguma coisa (Entrevistado 1).

Informar e comunicar são conceitos diferentes e a comunicação com o cidadão não se resume aos atendimentos de caráter meramente técnicos (GERALDES & REIS, 2012, *apud* NEGRINI, 2017). A comunicação não se restringe à disponibilização de informações, mas esta última é um de seus elementos, que sozinha, ou seja, sem outros processos comunicativos, não constrói um cotidiano democrático. Além disso, para que a informação seja utilizada para atingir seu objetivo de defesa de direitos, precisam existir condições materiais para que a aquisição de conhecimento que ela proporciona sirva de referencial para as práticas sociais.

Os elementos que constituem a Comunicação Pública, mesmo que os adolescentes não saibam nomeá-la, são trazidos pelos entrevistados como um instrumento capaz de garantir a estabilidade institucional, evitar situações de conflito e interferir positivamente na dinâmica cotidiana, sendo atribuída à comunicação respeitosa a reciprocidade:

Tem que tirar essa questão dos Agentes tratarem os muleques de forma desumana. As agressões dos socioeducandos acontecem porque não tem uma comunicação positiva entre Agentes e internos. Tinha Agente que andava sozinho dentro do módulo, porque tinha respeito e tratavam os meninos como ser humano. Não dá pra respeitar alguém que só bate (Entrevistado 1).

O uso da força dentro das unidades de internação tem previsão legal na Portaria da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do Distrito Federal nº 160, de 19 de setembro de 2016, a qual aprova os Procedimentos de Segurança Socioeducativa – PSS. Esse documento, no entanto, afirma que a força só será utilizada em caso de necessidade de ação mediante risco à integridade física, quando se esgotarem outras possibilidades, entre as quais o diálogo, será aplicada de forma proporcional à resistência oferecida e não pode causar humilhação ao socioeducando.

Ser desligado das medidas socioeducativas é um momento de felicidade para os adolescentes e jovens, no entanto, após esse tempo afastado da vida extramuros, alguns desafios são lançados. A liberdade implica voltar ao mesmo contexto e um dos entrevistados destacou que foi preciso se afastar inclusive do local de moradia, mas para isso precisou receber suporte da família extensa:

Lá dentro a gente pensava em sair e procurar um emprego. Eu comecei fazer um curso de contabilidade, e depois fui liberado, e fui obrigado a parar o curso porque não tinha dinheiro e o IFB não pagava passagem. [...] Quando eu saí foi uma batalha. Quando você é “do corre” a tentação dobra, sair do crime é difícil. Alguns tentam, mas já se envolveram demais. O cara tenta uma vida normal e morre tentando. Eu tive 6 meses duros, aquela rede que eu construí dentro da medida me deu apoio. Essa rede foi muito importante pra mim, fiquei desempregado, e algumas pessoas na minha família não acreditavam que eu queria mudar, mas recebi apoio pra ficar na casa da minha tia. Fiquei 6 meses sem emprego (Entrevistado 1).

A adaptação na rua foi difícil, minhas amigas e minha mãe que me deram força. [...] Depois que eu saí da internação, foi estranho andar de carro, fazer comida, continuei andando de mão pra traz²⁶, minha mãe que me chamava a atenção, continuei repetindo gestos em casa (Entrevistado 3).

Ser ex-socioeducando é algo que eles muitas vezes precisam esconder para tentar se inserir no mercado de trabalho: “Eu dei meu melhor por eu ser egresso. Depois de três meses, o cara descobriu que eu era egresso e me mandou embora” (Entrevistado 01). Os dados históricos trazidos no segundo capítulo desvelam o processo de criminalização da pobreza, criando a sensação social de insegurança com relação às classes mais pobres, taxando-os de preguiçosos, com apelo ao mito da meritocracia, negação os direitos de cidadania e ampliação do aparato da segurança pública para legitimar ações de violência. Esse imaginário do pobre como criminosos ainda é reforçado pelo imaginário popular e pelos meios de comunicação em massa.

Eu percebi que o sistema é muito pesado, lá é racista, homofóbico e preconceituoso. Se você é pobre você é errado, se você é preto você é errado. Se você for rico nem entra lá, se tiver uma condição melhor e for branco lá é o rei. Lá não tinha nenhum rico. A gente percebe o preconceito nos olhares. Na hora de entregar as comidas era com ignorância, e tinha que aguentar calado. Se falar isso na cara deles, mesmo que fale com educação, era punido e tinha que baixar a cabeça (Entrevistado 3).

As unidades de cumprimento da medida socioeducativa de internação possuem rotinas diferentes, a depender das atividades que conseguem ofertar. Essas atividades podem ser realizadas pelos próprios servidores, que muitas vezes possuem habilidades ou formações

²⁶ Considerada uma medida de segurança, os adolescentes são obrigados a circular pela unidade de internação com as mãos para trás e a cabeça baixa.

complementares e se oferecem para repassar esses conhecimentos aos adolescentes. No geral se organizam em forma de oficina recreativa, que não possuem caráter profissionalizante.

A realização dessas atividades pelos próprios servidores sempre foi limitada pelo baixo quantitativo necessário às atividades. Em 2020 houve a aprovação do serviço voluntário, que determina que os Agentes recebam verba indenizatória por horas extras trabalhadas em seus dias de folga para desenvolverem as mesmas atividades cotidianas, além de suporte à realização de oficinas. Essa mobilização foi bastante polêmica, pois a proposta inicial era de que outras categorias também fossem incluídas no serviço voluntário, o que foi refutado pelos Agentes, e o texto final da lei assim foi sancionado. Podem também ser realizadas parcerias que resultam em oferta de cursos, geralmente realizados na estrutura física da unidade de execução da MSE, visto que são restritas as possibilidades de sair de seu interior durante a internação.

As atividades realizadas com contato direto poderiam ser melhores utilizadas para a comunicação cidadã, pois nelas são realizadas comunicações diretas que podem ser adaptadas às especificidades dos participantes (DUARTE, 2009, *apud* FIGUEIREDO, 2016). Podem também identificar as necessidades e potencialidades desses adolescentes e jovens.

Dependendo da unidade de internação a rotina é diferente. Na UIPSS é bem restrito. Na internação são feitas atividades, cursos, escola, mas a escola não tem logística ou efetivo para levar os meninos para a escola, apenas dia sim, dia não. Os cursos eu não concluí, concluí apenas a oficina de grafite, que é atividade ocupacional. O SENAI ofertava cursos de panificação (Entrevistado 02).

Quando o entrevistado cita o “efetivo”, ele se refere ao quantitativo de Agentes de Segurança em um determinado plantão. Se esse quantitativo for insuficiente para realização das atividades cotidianas, estas geralmente são suspensas, prejudicando o acesso dos adolescentes às atividades pedagógicas. Essa realidade é decorrente da defasagem existente no Distrito Federal quanto ao número de servidores necessários à execução da política socioeducativa. Destaca-se que existem candidatos aprovados no último concurso²⁷, ainda passíveis de contratação, mas que o governo distrital ainda não nomeou, mesmo diante da dificuldade de realização das atividades por falta de servidores, o que aponta para a falta de prioridade da

²⁷Os editais do último concurso para a carreira socioeducativa no Distrito Federal foram: Edital Normativo nº 1 - SECRIANÇA-ESPAM/TECS, Edital Normativo nº 1 - SECRIANÇA-ESPAF, de 25 de agosto de 2015, Edital Normativo nº 1 - SECRIANÇA-ATRS, todos do dia 25 de agosto de 2015, publicados no DODF nº 165, de 26 de agosto de 2015. Estes editais, que finalizariam em março de 2021, estão com prazo final do concurso suspenso até 31 de dezembro de 2021, por força do Edital nº 56, da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, de 04 de setembro de 2020, em virtude das medidas adotadas pelo Governo do Distrito Federal para o enfrentamento do novo coronavírus (Covid-19).

oferta dessa política, além da não prioridade de destinação de recursos financeiros no cenário de desmonte neoliberal das políticas públicas.

Mesmo com as ponderações realizadas sobre as dificuldades de realização de atividades externas e a pouca oferta de cursos, a qualificação profissional foi considerada um aspecto positivo da MSE e surgiu em uma fala de um entrevistado como um diferencial para olhar além dos limites apresentados pelo contexto social que estavam inseridos:

Os técnicos conseguiram uns cursos fora da unidade, depois da Conferência. Lá tinha outras pessoas que iam aumentando meu conhecimento. Eu passei a ver que é bom além da minha quebrada. A professora do curso não expôs a gente, falamos que éramos socioeducandos por vontade própria, e tivemos muito apoio, pagavam um lanche, terminei o curso (Entrevistado 1).

A oferta educacional é um desafio para o sistema socioeducativo. Na Unidade de Internação Provisória (UIPSS), por exemplo, frequentar a escola não significa acesso ao conteúdo regular ministrado nas escolas regulares e que estarão nas provas de vestibulares. Lá os adolescentes participam de "Projetos" educacionais que geralmente envolvem recursos lúdicos para atividades como pintura, filmes, jogos, esportes. Apesar do curto período em que podem permanecer na internação provisória (máximo de 45 dias), e do reconhecimento da importância das atividades realizadas por estes Projetos, esses adolescentes são indiscutivelmente prejudicados no percurso de aprendizagem, pois ao retornarem às escolas vão estar defasados e com maiores dificuldades.

Os entrevistados foram convidados a falar livremente sobre os processos informativos e o acesso à informação durante o período de vivência da internação. Suas respostas destacaram as figuras dos Especialistas e dos Agentes nas memórias sobre os sujeitos envolvidos nesses processos:

Em relação às dúvidas de componente curricular trocam ideia. Mas quando é na diretoria a informação fica restrita pois não existe fluxo para passar informação. No processo de segurança, às vezes o problema já ocorreu por falta de informação. Geralmente o receptor é um Agente, e falta Especialista nas unidades, já vi meninos com 2 meses sem atendimento, não tem cabimento, era pra ser semanal (Entrevistado 02).

Eu chorava, e era levado pra sala da minha técnica. Lá ela me ouvia, me tranquilizava, ligava pra minha mãe. Quando eu voltava, voltava mais tranquilo. Ela falava comigo com decência, não me humilhava. Me explicava as coisas com paciência e eu entendia. Ela que me explicou sobre meu processo. Eu pedia atendimento toda vez que eu sabia que ela estava lá (Entrevistado 03).

Os Especialistas Socioeducativos utilizam largamente o telefone para realizar contato com as famílias dos socioeducandos. As unidades podem solicitar a presença dos familiares

pessoalmente, mas isto é dificultado pela localização geográfica das unidades de internação. Algumas delas não possuem linha de ônibus para acesso das famílias que não possuem carro, além de se localizarem em locais distantes de centros comerciais e às vezes fora da área urbana. A internação provisória apresenta ainda outra dificuldade para acesso físico, que é o acesso ao prédio da Unidade, pois fica localizada dentro do complexo penitenciário Fazenda Papuda, dessa forma, os familiares por vezes enfrentam resistência para ultrapassar a guarita de entrada única do complexo, que por motivo relacionado às questões de segurança penitenciária, por vezes impedem também a passagem de familiares de socioeducandos.

Observa-se que o direito à comunicação extramuros é limitado, mas é garantido aos internos através de ligações telefônicas, cartas, televisão²⁸, visitas a instituições, consultas na rede de saúde, participação em audiências, petições a autoridades. Quando é necessário se deslocar para fora das unidades, o adolescente é acompanhado por Agentes que realizam sua escolta.

A figura do Especialista Socioeducativo surge novamente nas entrevistas, como explicitado nesta última fala do entrevistado, como um interlocutor que desenvolve uma comunicação dialógica e horizontal capaz de identificar as necessidades do socioeducando e atender a algumas de suas demandas.

Uma estratégia de disseminação de informações recorrentemente utilizada em órgãos públicos é a fixação de murais nos ambientes onde existe maior circulação de pessoas. Sobre a existência de murais nos corredores das unidades onde são executadas as MSE de internação, destaca-se que existem em todas elas, como observado pela pesquisadora. Muitos desses murais são inclusive exposições de atividades realizadas pelos socioeducandos. No entanto, se aos adolescentes não é permitido circular pelas dependências da unidade com a cabeça erguida – o que também é uma regra de “segurança” de todas as unidades – como vão ler o conteúdo ali exposto? Uma das singularidades da CP é a comunicação na justa medida, ou seja, que pondere as especificidades de seu público alvo e garanta que a comunicação ocorra.

Os conflitos internos da organização da rotina de trabalho não passam despercebidos pelos adolescentes, que de alguma forma tem sua vivência na MSE impactada por esse contexto. Os adolescentes têm a percepção de que os profissionais que estão nos cargos de Especialista e de Agente Socioeducativo são completamente antagônicos:

²⁸ Nas unidades de internação estrita é permitida a permanência de televisão no quarto dos adolescentes. Na internação provisória eles têm acesso à televisão em situações específicas, mas não em seus alojamentos.

Não existe equilíbrio entre seguranças e Especialistas. Os conflitos existem porque os Agentes são de acusação e os Especialistas são de defesa. Às vezes a culpa não é dos meninos e as técnicas inocentam, nesses casos os Agentes acham que não tem voz. Se não existisse isso seria um caos (Entrevistado 2).

Os adolescentes trazem em suas falas que a equipe técnica, composta por Especialistas Socioeducativos, são de “defesa”. Destaca-se que o trabalho desses profissionais, no cotidiano de uma unidade de internação envolve, dentre outras atribuições, diversos processos comunicativos orais, escritos e com ambas as formas simultaneamente, cada um com diferentes fundamentações e que possuem como característica comum a tentativa de materialização da prática socioeducativa, apesar de preencher também sua função burocrática. Para compreender melhor esse cotidiano, cita-se algumas práticas e processos de trabalho existentes na medida socioeducativa de internação no DF: Atendimento técnico com socioeducandos; Reunião com equipe técnica e gestores; Reuniões entre técnicos; Estudos de caso; Reuniões com Agentes de Segurança socioeducativo; Reuniões com familiares de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa; Reuniões com Defensores Públicos; Articulação com Conselhos Tutelares e outros órgãos da rede do SGD; Atividades com grupos de socioeducandos; Conselho de Avaliação Interdisciplinar – CAI; Elaboração de relatórios; E-mails com encaminhamentos de demandas dos adolescentes; Plano de Atendimento Individualizado – PIA; Preenchimento de informações no Sistema Eletrônico de Informações – SEI; Preenchimento de informações no Sistema de Informações SIPIA/SINASE.

Dentre os processos de trabalho citados, destaca-se o Conselho de Avaliação Interdisciplinar, o CAI. Neste, é redigida uma ocorrência presenciada ou identificada por um Agente Socioeducativo. Em momento posterior, com a presença obrigatória de um Especialista Socioeducativo, o adolescente é chamado a argumentar e concordar ou discordar da ocorrência. O especialista também pode lhe fazer perguntas ou levantar informações sobre o ocorrido. Como resultado, será aplicada uma medida disciplinar ou o adolescente será considerado inocente. Visto os diferentes entendimentos sobre o que é considerada uma ocorrência disciplinar, Especialistas e Agentes não raramente divergem sobre a aplicação destas sanções, tornando esse momento tenso e de difícil consenso, com repercussões nas dinâmicas de trabalho posteriores e na convivência profissional.

Destaca-se que no regimento interno das unidades socioeducativas do DF é considerada uma ocorrência disciplinar a comunicação entre adolescentes que estão em módulos diferentes, independentemente de seu conteúdo. O descumprimento de normas, na MSE afiança a Gerência Interna de Segurança a retirar os adolescentes envolvidos das atividades desenvolvidas na

unidade, permanecendo apenas o direito ao banho de sol, à escola e aos atendimentos técnicos. Assim, nos períodos em que não estão sendo realizadas atividades escolares, esses adolescentes que estão cumprindo medida disciplinar podem permanecer por até vinte e três horas e meia do dia dentro do quarto.

O cumprimento da medida disciplinar pode ser realizado no módulo em que o adolescente já se encontrava, ou poderá ser deslocado para um módulo específico, que por vezes possui estrutura física ainda mais precária, rotina mais controlada e dificulta, entre outros, o acesso de suas famílias nos dias de visita.

Outro aspecto verificado através das entrevistas foi de como se dava a dinâmica de acesso às informações sobre os direitos e deveres, quando ainda estavam cumprindo medida socioeducativa. As respostas apontaram que esse conhecimento foi proporcionado por leituras e pela participação em palestras:

Eu comecei perceber que os direitos dos adolescentes são violados, então comecei a buscar informações, participei de palestras quando estava na unidade. A primeira foi a Conferência na Câmara quando eu estava na internação. (Entrevistado 2).

Eu lia a Constituição de 88, lia ficção, lia para passar o tempo. Lia também coisas que falavam do emocional, tentava ler no geral, não tinha uma leitura certa. Não levei esse hábito da leitura depois da internação, parei de ler (Entrevistado 2).

Eu pedia pra algumas Agentes alguns livros pra ler, elas me entregavam. Só não entregavam lápis nem caderno. Teve uma treta com uma ponta de lápis de cor (Entrevistado 3).

A educação é importante tanto no aspecto individual quanto coletivo e está permeada pelo conhecimento acumulado historicamente e que nem sempre é visível e exposto pelo capital. As experiências que levam a um conhecimento mais amplo das dinâmicas sociais e da participação cidadão deveriam estar mais presentes na MSE, mas ainda são vivenciadas por poucos socioeducandos.

As relações não contidas no contexto profissional da carreira socioeducativa, mas construídas com profissionais desta, foram importantes para o alcance de acesso a emprego após a MSE. Com isso observa-se que as relações pessoais podem ser mais impactantes que as construídas no trabalho regulamentado:

Pra mim o mais importante da internação foi a rede de apoio. Eu presenteei minha tia e minha prima, como retribuição, com um presente caro. Elas não entenderam porque eu presenteei elas, não perceberam que é o retorno. Eu levo hoje que ninguém consegue subir sozinho, se você não tiver uma rede é muito difícil (Entrevistado 1).

No meu aviso prévio eu consegui uma entrevista através da minha rede de apoio. Um cara que eu conheci na Conferência e criei amizade me indicou, porque contou minha história pro pessoal do jovem aprendiz. Fiz entrevista para uma ONG²⁹. Sai de casa dizendo na minha cabeça que essa vaga era minha. Expliquei minha história de vida, que estava ali pra aprender, que tinha entrado na faculdade e tinha perdido o emprego. Depois eles me ligaram e confirmaram que a vaga era minha, isso ainda no aviso prévio. Entrei no novo emprego recebendo salário mínimo e vale refeição, pra mim foi tudo, porque ia conseguir continuar minha faculdade (Entrevistado 1).

Mantenho contato com pessoas que trabalham no socioeducativo. Participei de um projeto na Defensoria do DF, conheci um diretor de lá e depois fui conhecendo várias pessoas. Eu fui orador da turma de educação e direito, foram várias noções de direito administrativo, penal, humanos, constitucional, ECA. Ajudou bastante (Entrevistado 2).

Conheci na audiência pública de educação e direitos uma procuradora do trabalho e ela conseguiu uma indicação de emprego e passei na entrevista e estou trabalhando (Entrevistado 2).

Enquanto servidores públicos, muitos são os sujeitos, lotados em diferentes espaços sociocupacionais, que mediam processos comunicativos com os adolescentes, montando seu plano de trabalho e elencando suas prioridades. Observa-se – resgatando vivências cotidianas, diálogos sobre o fazer profissional, leitura da legislação distrital que regulamenta as atribuições profissionais e leitura do regimento interno das unidades de internação no DF – que as diretrizes para o trabalho socioeducativo não definem procedimentos específicos, apenas direcionamentos gerais para atuação nesses espaços, conseqüentemente, não existe uma regulamentação que padronize o trabalho realizado com os adolescentes, sendo que cada profissional o define de acordo com seus valores éticos e políticos. Dessa forma, os agentes públicos são veículos para realização dos processos comunicativos no cotidiano institucional, como defende a autora na citação a seguir:

No campo da prestação de serviços ao cidadão por meio das políticas públicas sociais ocorrem processos comunicativos entre o Estado e o cidadão, mediados por agentes públicos estruturados e organizados sob diretrizes técnico-ético-políticas que podem estar coadunados ou não com os princípios da Comunicação Pública. De qualquer forma, trata-se de um espaço público constituído por fluxos de informação e interação entre agentes públicos e sujeitos sociais mediados pelo interesse geral (FIGUEIREDO, 2016, p. 90).

Apesar do impacto positivo que alcançaram na inserção profissional e educacional, as relações que extrapolam as atribuições profissionais não podem ser tomadas como referência, pois são exceção e configuram uma atuação paliativa e pontual diante da ineficiência estatal, que deveria acompanhar os egressos após o desligamento da MSE:

²⁹ ONG – Organização Não Governamental

Não tive acompanhamento de órgão público quando saí, estou sendo acompanhado pelo INESC, e por isso recebo bolsa de R\$ 400,00. É uma instituição sem fins lucrativos que acompanha os meninos, e tem parceria com as unidades em um projeto para egressos. Conheço outras pessoas que também são acompanhadas por esse projeto (Entrevistado 2).

O mais marcante pra mim na internação foi aprender a correr atrás dos estudos, pra ter outra perspectiva de vida, do autodidatismo e ter tempo para pensar um pouco. Eu não tinha essa percepção antes (Entrevistado 2).

Não tive nenhum acompanhamento depois que saí, não tive nada. As pessoas podem sair de lá transtornadas por não ter apoio, ouvindo que não tem direito de nada. Eu acho que deveria ter uma rede forte que dê mais apoio mental, e outra, eu vi que um menino me falou que só foi pra lá porque não tinha o que comer. Imagina isso. Ele roubou uma padaria pra comer. A própria sociedade faz as pessoas. Esse menino não tem oportunidade de emprego e de educação. Ele gostava de lá por causa da comida. E quando ele sair? E o apoio? Deveria ter um lugar que ninguém seria obrigado a fazer, mas que se tiver força de vontade pra melhorar estaria ali. Aí sim se poderia jogar na cara que “a gente fez a nossa parte” e o menino que não quis. Tanto pros menores quanto pros maiores de idade, eles também são humanos (Entrevistado 3).

Em um estudo denominado *Adolescentes em conflito com a lei: situação de atendimento institucional no Brasil* (SILVA & GUERESI, 2003), é apontado como uma das grandes fragilidades do sistema socioeducativo nacional a pouca abrangência ou mesmo inexistência das medidas socioeducativas em meio aberto em muitos municípios brasileiros, ou seja, a falta de estrutura local para cumprimento de medidas em meio aberto acaba por contribuir com a internação de muitos adolescentes, o que mostra que as mesmas foram, em muitos casos, incorretamente aplicadas. Seria intencional a falta de unidades para cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto? Defende-se que sim, pois as políticas públicas não são apenas ações, mas também as não-ações intencionais de autoridades diante de responsabilidades de sua competência, assim como essa escolha é também um ato político.

Ainda sobre a concepção de que a comunicação é um todo, Figueiredo (2016) resgata o pensamento de Zémor (2009) ao destacar que os equipamentos públicos, para serem considerados acessíveis, devem estar cercados de informações sobre sua localização, sinalização em seus ambientes internos e devem ser asseguradas instalações mínimas aos usuários, além de identificação dos agentes públicos. No caso das unidades de internação, mesmo não existindo a obrigatoriedade de uniforme, existe mobilização dos Agentes de Segurança para utilização de vestimentas que seguem um padrão. No entanto, essa organização merece ressalvas, pois o padrão atualmente utilizado por eles é extremamente militarizado e remete aos utilizados pelos agentes penitenciários. Além deles não existe nenhum outro tipo de identificação visual por parte dos servidores.

Tinha Agente que parecia que ia pra uma guerra, todo cheio de equipamento, um exagero, não tirava o cassetete (Entrevistado 3).

Dessa forma, percebe-se que a oferta de políticas socioeducativas é permeada por determinações econômicas, históricas e políticas, em um contexto limitado à reprodução do capital, com particularidades para o contexto brasileiro, conseqüentemente, a cidadania é limitada e a política pública possui limitações para a garantia de direitos dos socioeducandos.

Os discursos do senso comum falam em reintegração social, mas existe uma sociedade perfeita para esse jovem se inserir? Consideramos que existe a necessidade do capital de que os indivíduos se adequem às construções socialmente construídas para sua reprodução.

A questão é que, quanto mais visíveis forem os assuntos de interesse público, mais haverá espaço para discussões e participação do cidadão. Nesse sentido, devemos pensar o papel que as mídias sociais desempenham ou podem desempenhar para estimular a prática e o exercício da comunicação pública (MANIERI e RIBEIRO, 2013, p. 03).

A socioeducação está permeada pelo senso comum, discurso midiático, o que empurra para um afastamento do fazer socioeducativo. Muitos dos que se manifestam publicamente não buscam conhecimento necessário para emitir e influenciar opiniões. O midiático acaba construindo um imaginário que se opõe ao real e não busca as contradições e as dinâmicas que envolvem esse contexto.

O manejo da lei-e-ordem está para a criminalidade assim como a pornografia está para as relações amorosas, ou seja, um espelho que deforma a realidade até o grotesco, que extrai artificialmente os comportamentos delinquentes da trama das relações sociais nas quais estão enraizados e fazem sentido, que ignora deliberadamente suas causas e seus significados, e que reduz seu tratamento a uma sequência de iniciativas previsíveis, muitas vezes acrobáticas (WACANT, 2013, p. 11).

A partir dessa citação se resgata as falas dos entrevistados sobre a vivência cotidiana nas unidades de internação, pois as respostas convergem para falas que relatam um espetáculo ritualizado, o que aponta a intenção do Estado em comunicar sua autoridade e seu poder através de seus aparatos institucionais.

A ascensão do Estado Penal, nos Estado Unidos, por exemplo, não é uma resposta ao aumento da criminalidade, pois esta permaneceu praticamente constante, mas sim “aos deslocamentos provocados pela redução de despesas do Estado na área social e urbana e pela imposição do trabalho assalariado precário como nova forma de cidadania para aqueles encarcerados na base da polarizada estrutura de classes” (WACANT, 2013, p. 15).

Fazendo um paralelo dessa situação com o contexto brasileiro, observou-se que os dados apontam para uma redução do quantitativo total de adolescentes encaminhados para a medida socioeducativa de internação desde 2015, em uma curva que vinha crescente desde 1996, quando os dados começaram a ser sistematizados pelo Anuário de Segurança Pública (LIMA; BUENO, 2017). No entanto, essa variação não ultrapassa 1% negativamente, e no acúmulo histórico entre 1996 e 2017, o aumento do número de adolescentes privados de liberdade foi de 515%, apontando para uma tendência no endurecimento da medida socioeducativa no contexto nacional. Esse cenário foi acompanhado também pelo sistema prisional, que no período de 2000 a 2017 também apresentou um aumento de 210% de pessoas adultas encarceradas.

As falas são enfáticas em resgatar que a comunicação na medida socioeducativa de internação no DF é recorrentemente violenta, e esse aspecto é o mais citado durante as entrevistas, apontando o quanto é marcante nessa vivência. Também surgiu nas entrevistas que discursos veiculados por pessoas que trabalham na carreira socioeducativa não credibilizam a Socioeducação e acreditam que os adolescentes permanecerão na reprodução do contexto infracional, ao invés de instigar outras práticas afastadas da ilicitude:

Os Agentes estão sempre dizendo que você não vai viver muito depois que sair, arrancando nossa dignidade. No meu ver hoje, a socioeducação está totalmente falida. Tem uns quatro anos que saí, quando encontro alguns professores, sempre pergunto se evoluiu, eles dizem que houveram avanços, mas precisa de muito ainda (Entrevistado 1).

Outra observação a partir das entrevistas é de que a realidade institucional não consegue oferecer o suporte necessário diante das particularidades vividas pelos adolescentes e jovens, que muitas vezes já possuem dificuldade de inserção em outras políticas públicas, e que vão retornar para essa mesma realidade quando forem desligados, além de outras questões como a de homossexuais.

A política socioeducativa manifesta sua condição subalterna também pela falta de investimentos para sua execução, o que reflete nas condições de trabalho e na falta de estrutura para a realização de atividades mais qualificadas, para contratação de recursos humanos e culmina no atual cenário em que até mesmo o salário dos servidores está sendo pago em valor inferior ao que já foi aprovado por lei.

Figueiredo (2016) destaca que a ausência da democratização da comunicação no Brasil possibilita que a mídia sensacionalista veicule que as manifestações da questão social sejam distorcidas para aprofundar os preconceitos existentes sobre a pobreza. Esse cenário se manifesta tanto por incapacidade quanto por intencionalidade do Estado.

A partir desse posicionamento que gera transparência, abrem-se as possibilidades para que a Comunicação Pública atue com o objetivo de reduzir as diferenças de compreensão da realidade, uma vez que é de sua natureza o diálogo pedagógico mediado pelo interesse de fortalecer a democracia e a cidadania (FIGUEIREDO, 2016, p. 124).

A falta de compreensão sobre o que é a socioeducação também está ligada à ausência de uma política de comunicação, que, se instituída e materializada, possibilitaria uma visibilidade maior sobre os objetivos das medidas socioeducativas que justificam sua existência, além de colaborar internamente e externamente para a compreensão do caráter pedagógico que deveria permear todas as práticas de trabalho e as práticas comunicativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A universidade pública é um lugar privilegiado para fazer pesquisa, apesar de não perder seu caráter contraditório de escalada social que não está acessível, quantitativamente, na proporção que os setores progressistas defendem. Visto o contexto macroestruturante em que está inserida, possui limitações, mas ainda assim não perde seu potencial de qualificação, de formação crítica e de instrumento de transformação social. Neste contexto buscamos a aproximação com um objeto que está em movimento e a contínua qualificação contribui para olhar além do aparente, um exercício necessário para superação das desigualdades sociais.

A pesquisa não se esgota porque o ser social está em movimento, se metamorfoseando, e este não se esgota a não ser que deixe de existir. Realizar leituras da obra de Karl Marx não significa encontrar a fórmula para superação dos problemas decorrentes capitalismo, mas é preciso voltar a Marx para buscar caminhos trilháveis para a emancipação humana e ter a ciência de que o citado autor não dá conta, sem as devidas atualizações de seu legado teórico, da dinâmica hoje existente nas relações sociais, mas seu pensamento continua vivo e conseguindo oferecer aos pesquisadores uma teoria que serve, satisfatoriamente, de ponto de partida para aproximação do real.

Esta pesquisa teve como objeto de pesquisa o estudo sobre os processos comunicativos na medida socioeducativa de internação no Distrito Federal, no contexto de hegemonia do neoliberalismo, tendo por referencial a Comunicação Pública. As condições em que se realizam os processos comunicativos precisam ser reconhecidos, para que se reconheça também seus limites, e suas possibilidades para uma comunicação cidadã com esses adolescentes que estão sob a responsabilidade do Estado. Daí ser a Comunicação Pública a referência mais próxima de uma relação de comunicação dialógica, comprometida com a formação cidadã e a democracia.

No capítulo II trouxemos o conceito de subalternidade como um desdobramento das relações de exploração no contexto capitalista que se expressa de diferentes maneiras e os pertencentes a esses grupos subalternizados são destituídos de poder. Os egressos do sistema socioeducativo, sob essa perspectiva, fazem parte de um grupo subalterno, mas que nesta pesquisa não se resumem em mero objeto de pesquisa e não são apenas representados, e sim sujeitos que, através de um processo comunicativo, tiveram na linguagem um instrumento para romper o silêncio de suas vivências, e assumir seu lugar de protagonismo. Não tivemos a pretensão de falar por eles, mas de lhes dar voz, de lhes permitir a fala.

As maiores dificuldades durante o processo de pesquisa foram a realização do convite para os possíveis participantes da pesquisa e as entrevistas sem o contato pessoal, em decorrência das medidas de isolamento social impostas pela pandemia por Covid-19. Na metodologia inicial, pretendia-se uma entrevista em local apropriado, criando ambiente propício à fala livre. No entanto, as entrevistas aconteceram por meio de aplicativo de videochamada, sem gravação de dados, em que a pesquisadora transcreveu as falas à medida que os entrevistados iam falando, e depois apresentou-lhes o texto final, para que aprovassem e verificassem sua fidedignidade.

Trabalhar com pesquisa qualitativa é sempre um desafio. Nesta pesquisa, na fase de coleta de dados, um dos possíveis entrevistados foi preso após reincidir em prática infracional, dessa forma, não tivemos mais nenhuma possibilidade de contato. Houve também recusas de participação, o que foi plenamente respeitado.

A comunicação aqui é entendida como um bem público, portanto, deve estar alinhada com a defesa dos interesses da sociedade, e superar sua histórica utilização como pilar de interesse de classes dominantes, com interesse em manter a atual conjuntura de dominação de uma classe social, pois, “comunicar é disputar hegemonia e formar opinião” (CFESS, 2017, p. 12). A comunicação, por natureza, é de interesse público, faz parte da vivência em comunidade e é por meio, entre outros, das mediações proporcionadas pela comunicação que ela se organiza no âmbito cultural, político etc. Essas necessidades levam à busca da efetivação da cidadania, ou seja, o cidadão tem direito de conhecer e interagir com a sociedade que está inserido para ter participação na vida cívica. Assim vão se constituindo e se legitimando sistemas para que aconteçam essas trocas. Comunicação pública é direito fundamental necessário à construção democrática e cidadã, e se não é libertadora então não cumpre seu papel. E é se inserindo em seu lugar de legitimidade, as políticas públicas, que ela caminha no sentido de consolidação de seus objetivos.

Em síntese, para o autor Karl Marx, liberdade é a possibilidade de escolher entre alternativas concretas. Se o jovem não tem uma alternativa concreta após a liberação da medida socioeducativa, não se pode considerar que ele foi libertado nem que está em processo de inserção social, mesmo que uma inserção em um contexto exploratório dominado por hierarquias de classe.

As falas trazidas pelos jovens entrevistados reforçam os apontamentos teóricos que afirmam que o capitalismo precisa de relações morais, dos processos sociais extraeconômicos para valorizar o capital. A política sempre esteve permeada por moralidades e essa união ataca

diretamente a democracia. Essa moralidade se entranha na Comunicação Pública através dos sujeitos que materializam a política socioeducativa e se volta para os socioeducandos de maneira violenta, distorcendo-lhes a percepção do real, por exemplo, com a aparência de que suas vivências são manifestações meramente individuais.

O trabalho com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação envolve uma série de atribuições para diferentes profissionais de diferentes formações acadêmicas. Na experiência como Especialista Socioeducativo, em três anos de atuação no cargo, raros foram os acompanhamentos técnicos em que os adolescentes não relataram uso de drogas ilícitas, com relatos de uso que se iniciaram a partir dos nove anos de idade. Algumas pesquisas trazidas por este trabalho apontam que o uso de drogas é utilizado para julgamento moral de adolescentes envolvidos em atos infracionais e influenciam nas decisões judiciais e na definição de qual medida socioeducativa será aplicada.

Considera-se que alguns profissionais investidos no cargo de Agente Socioeducativo, citados exaustivamente nas falas dos entrevistados, não possuem consciência de que também fazem parte da classe trabalhadora e reproduzem padrões de violência que também os coloca em situação de subordinação social, pois fragmentam a luta coletiva que busca instituir outros processos comunicativos – os dialógicos – e a luta de classes. As sucessivas aproximações sobre a tensão constante em um trabalho que deve desenvolver concomitantemente a educação e a segurança possibilitaram superar a visão desses profissionais como dotados simplesmente de intencionalidades individuais perversas. Foi possível identificar inúmeras contradições e percebê-los como explorados por diversos motivos, entre os quais o exercício profissional por necessidade de renda e sem afinidade com as atribuições do cargo, ou seja, sem a realização social através do seu trabalho.

Da mesma forma, não é possível generalizar o trabalho dos Especialistas como pautado na garantia de direitos, sem valores conservadores, pois todos nós estamos permeados de alguma forma por ideologias dominantes, em maior ou menor proporção. A superação do paradigma da situação irregular é um processo histórico que ainda possui um longo caminho. Os profissionais que estão inseridos na política socioeducativa não podem perder o horizonte das práticas dialógicas, a comunicação horizontalizada e a superação do direcionamento do contato direto para atender somente às demandas burocráticas do sistema judiciário.

Os veículos de comunicação precisam assegurar a nossa diversidade, já que estamos falando de um país com dimensão continental e com especificidades étnicas, regionais, sociais e culturais. O discurso veiculado pela mídia também propaga a “reintegração social” como uma

estratégia de superação de sua condição de “ameaça à ordem”, geralmente apontando como caminho a inserção no mercado de trabalho – e esta como uma obrigação individual dos jovens, independentemente de ser uma inserção qualitativa ou extremamente precária. Esse discurso é o mesmo que não problematiza (e muitas vezes desqualifica) reflexões sobre a necessidade de proteção social e os desdobramentos da fragmentação das políticas públicas. Os resgates teóricos apontam para a utilização, pelo Estado e pela classe que domina os meios de comunicação, da sua utilização como instrumento para criar a sensação de insegurança social, e assim subsidiar o projeto neoliberalista e neoconservador de poder. A Comunicação Pública precisa contribuir para a superação da matriz mercadológica e ser o instrumento para reforçar os valores ligados à cidadania, inclusive no contexto das medidas socioeducativas

A Comunicação Pública, mesmo permeada pelas contradições existentes na atuação do Estado, não perde seu potencial de contribuir para a garantia de direitos e emancipação dos sujeitos que são inseridos na política socioeducativa. Na correlação de forças em que as medidas socioeducativas estão imersas, os jovens nela inseridos não escapam do campo de disputas societárias e o paradigma da proteção integral – defendido como modelo de proteção e atacado pelo neoliberalismo – é o que mais se aproxima da garantia de cidadania.

Quando realizadas as entrevistas, nenhum dos participantes estava envolvido em prática de atos infracionais, dois estavam inseridos no mercado de trabalho e um deles estava estudando. Por isso, defende-se que, para os entrevistados, o processo de ressocialização – aqui compreendido como de inserção na dinâmica de reprodução capitalista – ocorreu após o desligamento da medida socioeducativa de internação, mesmo que a auto responsabilização tenha sido a via de regra, sendo necessárias relações de solidariedade para que isso acontecesse.

Surgiram nas falas dos entrevistados algumas iniciativas de servidores que vão além do seu papel funcional, ou seja, não estão previstas nas atribuições do cargo que ocupam, mas que foram fundamentais para que os jovens tivessem acesso a oportunidades que contribuíssem para o afastamento do contexto de práticas infracionais. Iniciativas como estas não são raras no contexto socioeducativo e continuam a acontecer, estando majoritariamente voltadas para a inserção no mundo do trabalho e geração de renda. Consideramos que essas ocorrências estão relacionadas à percepção que esses profissionais possuem desses jovens, de que existe um ser humano, um cidadão ou uma cidadã, repletos de potencialidades e de um olhar que vai além do ato infracional que cometeram.

Ressalta-se que o Estado pôde ser visto como um instrumento regulamentador das formas de reprodução social, mas, de forma contraditória, ao inserir os adolescentes na medida

socioeducativa, mesmo com todas as ponderações sobre as estratégias de encarceramento, também possibilita o acesso a experiências que possuem características predominantemente democráticas, como as Conferências. A atuação profissional dos envolvidos no atendimento socioeducativo também consegue fazer com que os adolescentes tenham acesso a reflexões e participem de processos comunicativos sobre cidadania, mesmo que essas experiências não sejam as majoritárias nesse contexto.

As considerações alcançadas com esta pesquisa contribuem para aproximação, em um movimento dialético, com o cenário socioeducativo no Distrito Federal. As falas dos entrevistados apontam que a demanda por informações e por espaços de comunicação estão recorrentemente voltados para aspectos imediatos e práticos da MSE que estão vivenciando. São informações sobre acesso a direitos, processo, tempo de internação, realização de cursos profissionalizantes, dinâmicas escolares e acolhimento em momentos de sofrimento.

A realidade revela que, sob aspectos legais, no contexto contemporâneo, esses adolescentes são sujeitos de direitos humanos, mas diante das dificuldades de efetividade da proteção integral, no cotidiano, muitas vezes são apenas “objeto de discursos de direitos humanos” (SANTOS, 2013 *apud* NEGRINI, 2017, p. 94). Uma melhor utilização dos processos comunicativos (em suas mais diversas formas e por diferentes meios de divulgação), em especial através da Comunicação Pública, ainda é um potencial a ser apreendido pelo campo democrático e pela luta por cidadania (não se limitando à cidadania burguesa, e sim tendo como referência a emancipação humana), pela luta de classes, que atualmente, dentro das medidas socioeducativas – bem como em diversos outros espaços sociocupacionais – está sob hegemonia do capital neoliberal e conservador.

Seguimos nossa vida cotidiana com a programação dos programas populares, exibidos especialmente no final das tardes, com o dia a dia das notícias destacando o lado imediatista da violência, portanto, sem romper com a função da sensação de insegurança social trazida pela comunicação. Mesmo assim, seguimos observando, analisando essa construção midiática e criando mecanismos de resistência.

Ampliar o caráter dialógico dos processos comunicativos é uma construção necessária no sistema socioeducativo. Nesta perspectiva, a comunicação tem longo percurso para superar o aspecto unidirecional ao qual muitas vezes se limita, respeitar as características e especificidades dos envolvidos, possibilitar a dinâmica de interação horizontal e se materializar como um instrumento de transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Viviane de Araújo. *CAJE: retratos de um cotidiano de conflitos*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2508>. Acesso em 20 de fev. 2021.

ANDRADE, Aedra Sarah de. “*Aqui as flores nascem no concreto*”: negociações nas atuações laborais de agentes socioeducativos. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/25216>> Acesso em 15 jan. 2021.

BASBAUM, Leôncio. *Sociologia do Materialismo: introdução à história da filosofia*. São Paulo: Símbolos, 1978.

BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques; CHOUTHEETE, Marc. *Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

BISINOTO, Cyntia et al. Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 20, n. 4, p.575-585, out./dez. 2015.

BRASIL. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Departamento da Criança e do Adolescente, 2002.

_____. Secretaria Especial de Direitos Humanos. *Documento referencial para o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo*. Brasília, Secretaria de Direitos Humanos, 2005.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES (CONANDA). Sistema nacional de atendimento socioeducativo. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/publicacoes/sinase.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2020.

CARNEIRO, Sueli. *Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios*. Caderno CHR, Salvador, n 36, p. 209-215, jan/jun. 2002.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998. CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Panorama Nacional: A execução das Medidas Socioeducativas de Internação*. Relatório – Programa Justiça ao Jovem, 2012. Reunião Nacional da ANPED – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/programas/justicaaojovem/relatorio_2_etapa_justica_ao_jovem_distrito_federal.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

CFESS. *Política de Comunicação CFESS-CRESS*. Brasília, 2017.

COSTA, A. C. G. *A presença da pedagogia: teoria e prática da ação socioeducativa*. São Paulo: Global: Instituto Ayrton Senna, 2001.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, J. Instrumento de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2007.

DUARTE, Jorge. Sobre a emergência do(s) conceito(s) de comunicação pública. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (org.). *Comunicação pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul, SP: Difusão, 2011. p.121-134.

FACHINI, Regina; RODRIGUES, Julian. In: NOGUEIRA, L. et al (orgs). *Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018 p. 231 a 262.

FEIJÓ M. C.; ASSIS, S. G. *Estudos de Psicologia*.2004, 157-166.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 4ª ed. São Paulo: Global Editora, 2009, pp.21-120.

FIGUEIREDO, Kênia Augusta. Comunicação pública e assistência social: uma transversalidade em construção?. In: *III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais*, 2013, Belo Horizonte. III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2013.

_____. *Comunicação Pública e Assistência Social: um estudo sobre os processos comunicativos nos Centros de Referência de Assistência Social/CRAS*. 2016. Tese (doutorado em Comunicação) –Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FRANÇA, Vera V.; SIMÕES, Paula G. *Curso básico de teorias da comunicação*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FREIRE, P. *Extensão ou Comunicação?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GOES JUNIOR, José Humberto de. *Da Pedagogia do Oprimido ao Direito do Oprimido: uma noção de direitos humanos na obra de Paulo Freire*. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas, UFPB, João Pessoa, 2008.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF). *Projeto político pedagógico das medidas socioeducativas no Distrito Federal: internação*. Brasília: Secretaria da Criança, 2013.

_____. *Regulamento Disciplinar das Unidades de Internação do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal*. Brasília: Secretaria da Criança, 2018.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. Edições Loyola. São Paulo, 2004, capítulo 4.

_____. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo, Loyola, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2003.

IANNI, Octávio. A idéia de Brasil moderno. São Paulo: Brasiliense, 1992

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: *Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas* /Heloiza Matos (org.) – São Paulo: ECA/USP, 2012.

LAVILLE, Chistian; DIONNE, Jean. *A construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LESSA, Sergio. A emancipação política e a defesa de direitos. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, n° 90. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, Cristiane do Socorro Loureiro. *Consultoria Normas técnicas de atendimento DPCA – Regiões Norte e Centro-oeste*. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016. Disponível em: <https://www.novo.justica.gov.br/sua-seguranca-2/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes_externas/pagina-2/63dpcas-norte-e-centro-oeste.pdf>. Acesso em 15 de mai. 2021.

LIMA, Venício A. de. *Regulação das comunicações: história, poder e direitos*. São Paulo: Paulus, 2011.

LIMA, Renato Sérgio de.; BUENO, Samira. (orgs.). *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2017*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

MAINIERI, Tiago; RIBEIRO, Eva Márcia. Comunicação pública e mídias sociais: possibilidades e limitações. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/34345/21920>. Acesso em 05 jul. 2019.

MATOS, H. Desafios da comunicação pública no processo de democratização no Brasil. *Revista Comunicações e Artes*, v. 17, n. 30, p. 22-30, 1997.

_____. Comunicação pública, democracia e cidadania: o caso do legislativo. *Líbero*, Faculdade Cásper Líbero, a.II, n. 3-4, p. 32-37, 1999.

MARQUES, Ângela; MAFRA, Rennan; MARTINO, Luis Mauro Sá. UM OUTRO OLHAR SOBRE A COMUNICAÇÃO PÚBLICA: a constituição discursiva de sujeitos políticos no âmbito das organizações. *Revista DISPOSITIVA*, v 6, n° 9, 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/ClienteRT/Downloads/15030-Texto%20do%20artigo-52719-1-10-20170509.pdf> Acesso em 05 jul. 2019.

MARX, Karl. O processo de produção do capital. In. _____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Livro 1. 1ª ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. *Grundrisse*. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011. P.39-64

_____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010. P.9-72.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K; ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Global, 1981, p.24-25

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, (2004). (Cap. 6 – p. 301-324).

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/sep, 1993.

NETTO, José Paulo. *Introdução ao método de Marx*. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

NEGRINI, Vanessa. *Comunicação Pública e efetividade da justiça: Uma análise dos processos comunicacionais no Juizados Especiais Cíveis do Distrito Federal*. 2017.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

Disponível em

<https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24496/1/2017_VanessaNegrini.pdf> Acesso em 06 mar. 2021.

NOBRE, Heloiza Helena Matos e; GIL, Patrícia. Alternativas ao conceito e à prática da comunicação pública. *Revista Eptic Online*. Vol.15 n.2 p.12-27 mai-ago 2013. Publicado em 15/05/2013

OLIVEIRA, E. R. Ensinando a não sonhar: a anti-pedagogia oficial destinada a adolescentes infratores no Estado do Rio de Janeiro. *Katalysis: Revista do Curso de Serviço Social-Graduação e Pós-Graduação*. Universidade Federal de Santa Catarina, 6 (1), p. 85-95, 2003.

OLIVEIRA, Thiago Rodrigues. *Mecanismos sociais de decisões judiciais: um desenho misto explicativo sobre a aplicação da medida socioeducativa de internação*. 2016. Dissertação

(Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-24112016-122751/pt-br.php>> Acesso em 05 jul. 2019.

PAULA, Renato Francisco dos Santos. *Serviço Social, Estado e desenvolvimento capitalista: (im)possibilidades neodesenvolvimentistas e projeto profissional*. 2013. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

PEREIRA, I., MESTRINER, M. L. *Liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade: Medidas de inclusão social voltadas a adolescentes autores de ato infracional*. São Paulo: IEE/PUC-SP e FEBEM-SP. 1999.

PEREIRA-PEREIRA, P. A. Reorientações éticas da política social: do primado do *ethos* solidário ao império da moral individualista possessiva. *Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. EM PAUTA*, Rio de Janeiro 1º Semestre de 2019, n. 43, v. 17, p. 32 - 47. Acesso em 05 jul. 2019. Disponível em:<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/42500/29814>>

PHEBO, L. Impacto da arma de fogo na saúde da população no Brasil. *In: Brasil: as armas e as vítimas*. RJ: ISER/ 7 Letras, 2005.

- PROCÓPIO, Ana Paula. *O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo! A categoria práxis negra no pensamento social de Clóvis Moura*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
- QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales (CLACSO). Buenos Aires, 2005.
- RAICHELIS, R. Gestão pública e a questão social na grande cidade. *Lua Nova*, São Paulo: CEDEC, n.69, 2006.
- RIVERA, P. O mercado ilegal de armas de fogo na cidade do Rio de Janeiro. *In Brasil: as armas e as vítimas*. RJ: ISER/ 7 Letras, 2005.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- SILVA, Enid Rocha Andrade; GUERESI, Simone. *Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil*. Brasília: IPEA/Ministério da Justiça, 2003.
- SOUSA JÚNIOR, José Geraldo et al. (org). *In: O direito achado na rua*. Introdução crítica ao direito à comunicação e à informação. FAC: UnB, 2017.
- SOARES, Donizete. *Educomunicação – o que é isto?*. GENS, Instituto de Educação e Cultura, 2006. Disponível em: <https://portalgens.com.br/baixararquivos/textos/educomunicacao_o_que_e_isto.pdf> O campo da Comunicação. Acesso em 16 de mar. 2021.
- SOARES, L.E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. *In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P. Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Instituto Cidadania/ Fundação Perseu Abramo, 2004.
- TEJADAS, Silva da Silva. *Juventude e ato infracional: as múltiplas determinações da reincidência*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- THEODORO, Mário (org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA, 2008. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/Livro_desigualdadesraciais.pdf>. Acesso em 14 mar. 2021.
- UNESCO. *Um mundo, muitas vozes* (Relatório MacBride). Rio de Janeiro: FGV, 1983.
- UNICEF. *A voz dos adolescentes*. Brasília, 2002.
- URUPÁ, Marcos. Sociedade da informação, Direitos Humanos e Direito à comunicação. *In: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo et al. (org). In: O direito achado na rua*. Introdução crítica ao direito à comunicação e à informação. FAC: UnB, 2017.
- VIDAL, Delcia Maria de Mattos. Direito de informar: a participação do cidadão comum. *In: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo et al. (org). In: O direito achado na rua*. Introdução crítica ao direito à comunicação e à informação. FAC: UnB, 2017.

YANOULAS, Cristina. *Política educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada*. Brasília: Liber Livro, 2013

YANNOULAS, Silvia Cristina; DUARTE, Natalia de Souza. Conversando com as professoras de educação básica. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Coord.). *Política educacional e pobreza: múltiplas abordagens para uma relação multideterminada*. Brasília: Liber Livro, 2013. p. 215-233. Disponível em: <http://www.tedis.unb.br/images/pdf/Obeduc_RelatorioFinalAtividades2013_Anexo12_Livro.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2021.

YASBEK, M. C. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. *Capacitação em Serviço Social e política social: módulo 2: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social*. Brasília: CEAD, p. 89 – 99, 1999.

ZANELLA, M. N. (2011). *Bases teóricas da socioeducação: análise das práticas de intervenção e metodologias de atendimento do adolescente em situação de conflito com a lei*. Dissertação de Mestrado. Universidade Bandeirante de São Paulo, São Paulo, 2011.

APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar da pesquisa **“VOZES DOS EGRESSOS DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL: OS PROCESSOS COMUNICATIVOS NA PERSPECTIVA DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA”**, de responsabilidade de Paulla Kalliny Moura Cronemberger, estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília – UnB. O objetivo geral desta pesquisa é refletir sobre a Comunicação Pública na medida socioeducativa de internação no Distrito Federal. Os objetivos específicos são: Confrontar os aspectos legais e reais na trajetória da socioeducação no Brasil e no Distrito Federal, visando se aproximar da essência de suas contradições; Debater sobre a perspectiva prisional e sua relação com as políticas públicas e justiça social; e Analisar o papel da Comunicação Pública no sistema socioeducativo. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, decorrentes de sua entrevista, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista semiestruturada, que se utilizará de um roteiro previamente elaborado, com tópicos a serem abordados, mas com margem para inclusões de outros tópicos que possam ser levantados durante a entrevista, que deverá acontecer em um único momento, que será presencial ou por meio de aplicativo online de videochamada, sem gravação de dados ou captura de imagens. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. A utilização de videochamada só deverá substituir a entrevista presencial caso ainda persista a situação de Pandemia por Covid-19 no período de aplicação da pesquisa. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco. Caso haja gastos com transporte e alimentação para se deslocar até o local da pesquisa, você deverá ser ressarcido.

Em caso de realização da entrevista por vídeo chamada, a assinatura dos participantes neste TCLE poderá ser coletada posteriormente, ou enviada por meio de correio eletrônico, a fim de não expor os participantes a riscos de saúde.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício direto. Espera-se com esta pesquisa contribuir com o debate sobre os direitos fundamentais na medida socioeducativa de

internação, através das reflexões realizadas sobre a Comunicação Pública, exercício importante no fortalecimento dos processos democráticos e na garantia de direitos.

Como riscos possíveis em decorrência da participação nesta pesquisa, elenca-se: Risco de invasão de privacidade; Levantamento, durante as entrevistas, de assuntos sensíveis, tais como atos ilegais, violência, sexualidade; Revitimização e perda do autocontrole ao lembrar pensamentos e sentimentos talvez nunca revelados; Tomar o tempo do sujeito para participar da entrevista. Não haverá riscos relacionados à divulgação de imagem, pois não serão realizadas filmagens ou registros fotográficos.

Diante dos riscos elencados, as medidas, providências e cautelas que podem ser adotadas são: Garantia do acesso aos resultados individuais e coletivos. Minimização dos desconfortos, garantindo local reservado e liberdade para não responder questões constrangedoras; Garantia que a pesquisadora esteja habilitada ao método de coleta dos dados, através da observância metodológica e ética durante a entrevista; Atenção aos sinais verbais e não verbais de desconforto; E garantia de que sempre serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos.

Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone (61) 99535-3669 ou pelo e-mail paullakalliny@hotmail.com.

A pesquisadora garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio da Dissertação de Mestrado, que deverá ser entregue a cada participante, que também serão publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br ou pelo telefone: (61) 3107 1592.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do/da participante

Assinatura da pesquisadora

Brasília, ____ de _____ de _____

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Título da pesquisa: VOZES DOS EGRESSOS DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL: OS PROCESSOS COMUNICATIVOS NA PERSPECTIVA DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Discente: Paulla Kalliny Moura Cronemberger

Professora Orientadora: Kênia Augusta Figueiredo

ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Me conte um pouco da sua trajetória de vida, destacando eventos mais importantes, na sua concepção, destacando relações familiares, comunitárias e com o Estado.

Relate o que você se recorda sobre o momento da prisão (tratamento pelos policiais) e o que ficou marcado pra você deste momento

Relate sobre a trajetória nos órgãos do sistema socioeducativo (idade de inserção, idade de desligamento, instituições que teve acesso, informações que você possuía antes da internação)

Relate sobre seu primeiro contato com a estrutura física e humana da unidade de internação e como foram seus primeiros dias na unidade de internação

Relate a dinâmica de informação sobre direitos e deveres na unidade de internação

Me fale sobre sua inserção no mercado de trabalho e a sua trajetória de inserção social após a saída da unidade de internação.

Me fale sobre sua concepção do que é socioeducação na teoria e na prática.

Faça uma avaliação da garantia de direitos na unidade de internação, contemplando o tratamento que você recebeu dos agentes, especialistas, gestores e internos

Me fale sobre a percepção que você possui da medida socioeducativa de internação, se considera positiva ou negativa. Explique por que.

Sobre o acesso à informação e comunicação, relate como isso se dava durante a internação (veículos de comunicação, conteúdo, interação com servidores, principais dificuldades)

Relate sobre as atividades com pessoas que faziam (ou não) parte do corpo de servidores da unidade durante a internação.

Me relate sobre o desligamento da unidade de internação (Quem estava do lado de fora te esperando; O retorno à comunidade; Acompanhamento por alguma instituição/profissional)

Para finalizar, relate o que você guardou, como vivência relevante, de memória do período de internação.